

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM ARTES**

SAMIRA ÁVILA THEISS VORCARO

**O CRJ QUE SONHAMOS:
Uma experiência de gestão compartilhada no Centro de Referência das
Juventudes de Belo Horizonte**

Belo Horizonte
2024

Samira Ávila Theiss Vorcaro

O CRJ QUE SONHAMOS

**Uma experiência de gestão compartilhada no Centro de Referência das Juventudes de
Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes, na Linha de Pesquisa Artes da Cena da Escola de Belas Artes, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Dra. Mônica Medeiros Ribeiro

Belo Horizonte
2024

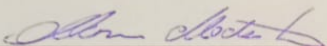
Ficha catalográfica
(Biblioteca da Escola de Belas Artes da UFMG)

306 A958c 2024	Ávila, Samira., 1979- O CRJ que sonhamos [recurso eletrônico] : uma experiência de gestão compartilhada no Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte/ Samira Ávila Theiss Vorcáro. – 2024. 1 recurso online. Orientadora: Mônica Medeiros Ribeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes. Inclui bibliografia. 1. Centro de Referência das Juventudes (Belo Horizonte) – Teses. 2. Políticas públicas – Teses. 3. Ativismo – Teses. 4. Gestão – Teses. I. Ribeiro, Mônica Medeiros, 1970- II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes. III. Título.
----------------------	--

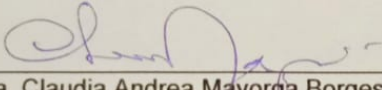
FOLHA DE APROVAÇÃO

Assinatura da Banca Examinadora na Defesa de Dissertação da aluna
SAMIRA ÁVILA THEISS VORCARO - Número de Registro **2021699522**.

Título: "CRJ QUE SONHAMOS
Uma experiência de gestão compartilhada no Centro de Referência das
Juventudes de BH"



Profa. Dra. Mônica Medeiros Ribeiro – Orientadora – EBA/UFMG



Profa. Dra. Claudia Andrea Mayorga Borges – Titular – FAFICH/UFMG



Prof. Dr. Fernando Antonio Mencarelli – Titular – EBA/UFMG

Belo Horizonte, 28 de junho de 2024

(Via do aluno)

À minha mãe e à minha filha.

AGRADECIMENTOS

À pessoa que me incentivou e confiou na relevância desta pesquisa desde o início, minha querida orientadora, Dra. Mônica Medeiros Ribeiro. Mônica é dessas raras pessoas que deseja o nosso melhor como se fosse para ela e que, perceptivelmente (e apaixonadamente), torce e vibra pelos seus orientandos. Orienta, apoia e sonha junto. Para mim, ela traz em si a essência do Teatro, esse lugar de ofício e de vizinhança. De labuta, luta e afeto.

À Universidade Federal de Minas Gerais, pelo o que ela representa e proporciona. Ter acesso à pós-graduação da UFMG é motivo de orgulho e de gratidão, um direito conquistado por meio de tantas lutas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGARTES), pela excelência e aos dedicados e bravos servidores(as), pelo acolhimento, seriedade, compromisso e apoio durante todo tempo que estive vinculada à Escola de Belas Artes. Obrigada, em especial, pelas servidoras da secretaria que lidam diretamente com as demandas dos discentes de maneira respeitosa e carinhosa. Isso faz toda diferença, é importante que vocês saibam.

Ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo dado por meio de concessão de bolsa de estudos para esta pesquisa. Sem este suporte financeiro, esta pesquisa não teria sido concluída.

Ao Centro de Referência das Juventudes de BH e todos os meninos, meninas e meninos que ali estiveram ou passaram nos cinco anos e meio que tive o privilégio de estar trabalhando por lá. Nunca imaginei que parte dessa experiência teria sido transformada em uma pesquisa de mestrado. Sempre soube que aquilo, ali, era precioso e que eu estava vivendouma experiência única. Obrigada, em especial, aos jovens e colegas que sonharam junto o CRJ, como Thiago Santos, Paixão Sessémeandê e Aiezha, entre tantos outros.

À Laura Bastos, minha amiga e irmã sonhadora, que, no meu imaginário, esteve sempre comigo nesse sonho de CRJ.

Aos meus amigos, que torcem por mim.

À minha filha, Nina, minha razão de viver.

E, por fim, à minha mãe, Maria do Carmo, a Didi, que é minha maior referência, orgulho e inspiração.

Sozinhos, eles não passavam de pessoas. Mesmo aos pares, quaisquer pares, não passariam de pessoas, em si mesmos. Mas, juntos, tornaram-se o coração e os músculos e a mente de algo perigoso e novo, algo estranho, crescente e grande. Juntos, todos juntos, são os instrumentos da mudança.
— Keri Hulme, *The Bone People*

RESUMO

O histórico que permeia a construção do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte (CRJ), política e equipamento público da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), envolve anos de lutas, reivindicações, debates, conquistas importantes e inúmeros confrontos vividos entre 2006 e 2016. Esses eventos culminaram na ocupação do espaço por movimentos, coletivos, grupos e ativistas autônomos da cidade e região metropolitana. As juventudes exigiam a abertura do espaço e a implementação de um Comitê de Gestão compartilhada, paritário entre poder público e sociedade civil, para a construção das diretrizes norteadoras do CRJ. Este texto apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo refletir criticamente sobre o primeiro ano de gestão do CRJ com o seu Comitê Gestor democraticamente eleito, sob a perspectiva das Ações Participativas e de como elas definiram o projeto-conceito do CRJ. Buscou-se ainda identificar e compreender os elementos constitutivos do processo de gestão compartilhada experimentado no CRJ, bem como sua influência nas relações afetivas e de pertencimento ao espaço. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental nos documentos de arquivos públicos e privados e consequente reflexão crítico-interpretativa dos documentos e registros do Centro de Referência das Juventudes (CRJ), bem como pesquisa bibliográfica. A pesquisa apresenta o Centro de Referência das Juventudes de BH, sob a perspectiva coletiva de sonho: o ato de criar e instituir uma política pública de juventudes feita PELAS e COM as juventudes. Instituída na prática coletiva, essa política questiona a forma como se pensa e conduz espaços públicos de direitos, fundamentando uma nova lógica de ocupação e gestão, desconstruindo regras e protocolos vigentes na administração pública e instituindo um modelo democrático de ocupação do espaço. Neste contexto, a imaginação radical de Cornelius Castoriadis (1975) conceitualiza a jornada do Comitê Gestor do CRJ no ato de conceber o novo, questionar e transcender o existente, imaginar e criar outras formas de organização social, valores e significados. Este trabalho também analisa as etapas de formulação e implementação de políticas públicas e, no caso do CRJ, desenvolve-se o conceito de ativismo institucional como um subtipo de ação criativa, que envolve agir de forma reflexiva e coletiva em contextos desafiadores. A dimensão do coletivo e da práxis instituinte desdobra o conceito de transversalidade, de Félix Guattari (1972[2004]), como fundamental para escapar de estruturas binárias, promovendo multiplicidade e diversidade de conexões, essenciais para a transformação institucional. Este trabalho também busca refletir sobre a dimensão do afeto e do pertencimento das juventudes ocupantes do CRJ por meio das teorias não-representacionais e como as conexões e interações entre as juventudes e o espaço do CRJ incentivaram a instauração de um ambiente propício para o desenvolvimento artístico dos jovens.

Palavras-chave: Centro de Referência das Juventudes; políticas públicas; gestão compartilhada; Ativismo Institucional.

ABSTRACT

The history surrounding the construction of the Youth Reference Center of Belo Horizonte (CRJ), a public policy and facility of the City of Belo Horizonte (PBH), involves years of struggles, demands, debates, significant achievements, and numerous confrontations experienced between 2006 and 2016. These events culminated in the occupation of the space by autonomous movements, collectives, groups, and activists from the city and metropolitan region. The youth demanded the opening of the space and the implementation of a shared Management Committee, with equal representation between the public authorities and civil society, to establish the guiding principles of the CRJ. This text presents the results of research aimed at critically reflecting on the first year of management of the CRJ by its democratically elected Management Committee, from the perspective of Participatory Actions and how they defined the conceptual project of the CRJ. It also sought to identify and understand the constitutive elements of the shared management process experienced at the CRJ, as well as its influence on the affective relationships and sense of belonging to the space. To this end, a documentary research was conducted on public and private archive documents, followed by a critical-interpretative reflection on the documents and records of the Youth Reference Center (CRJ), as well as a bibliographic research. The research presents the Youth Reference Center of Belo Horizonte from the collective perspective of a dream: the act of creating and instituting a youth public policy made BY and WITH the youth. Instituted in collective practice, this policy questions the way public spaces of rights are conceived and conducted, establishing a new logic of occupation and management, deconstructing existing rules and protocols in public administration, and instituting a democratic model of space occupation. In this context, Cornelius Castoriadis's (1975) concept of radical imagination conceptualizes the journey of the CRJ Management Committee in the act of conceiving the new, questioning and transcending the existing, imagining and creating other forms of social organization, values, and meanings. This work also analyzes the stages of formulation and implementation of public policies and, in the case of the CRJ, develops the concept of institutional activism as a subtype of creative action, involving acting reflexively and collectively in challenging contexts. The dimension of the collective and the instituting praxis unfolds Félix Guattari's (1972[2004]) concept of transversality as fundamental to escape binary structures, promoting multiplicity and diversity of connections, essential for institutional transformation. This work also seeks to reflect on the dimension of affect and the sense of belonging of the youth occupying the CRJ through non-representational theories and how the connections and interactions between the youth and the CRJ space encouraged the establishment of an environment conducive to the artistic development of young people.

Keywords: Youth Reference Center; public policies; shared management; institutional activism.

Lista de figuras

Figura 1 - Centro de Referência das Juventude de BH - CRJ de luta	12
Figura 2 - Planta do primeiro andar do CRJ	32
Figura 3 - Planta do segundo andar do CRJ	32
Figura 4 - Seminários do CRJ	46
Figura 5 - Sobre o CRJ – 2017	58
Figura 6 - CRJ - Critérios para uso do espaço – 2017.....	62
Figura 7 – Atendimento CRJ – 2017-2018	64
Figura 8 - Quanto menos regras, melhor! – 2020	70
Figura 9 - Atendimento CRJ – 2017	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO –	11
2	ANO ZERO – Experimental	15
	2.1 Breve histórico de lutas e conquistas	15
	2.2 O CRJ que queremos	22
	2.3 Estruturando sonhos – os contra-sonhos.....	30
	2.3.1 <i>Uma casa muito engraçada</i>	30
	2.3.2 <i>Mania de poder</i>	35
	2.4 Estruturando sonhos – com pedrinhas de brilhante.....	40
	2.4.1 <i>Cola, Desembola e Mostra CRJ - Ações Participativas (o tal seminário)</i>	41
	2.4.2 <i>Enfim, um projeto feito e validado pelas juventudes</i>	46
3	O AVESSO DA CARTILHA	55
	3.1 Como formular e implementar uma política pública ao mesmo tempo.....	55
	3.1.1 <i>A Ocupação após a Okupação</i>	57
	3.1.2 <i>Pode mesmo?</i>	62
	3.1.3 <i>Quanto menos regras, melhor</i>	67
	3.2 Ativismo institucional	74
4	MINHA SEGUNDA CASA	81
	4.1 A criação de um novo imaginário, o coletivo	81
	4.1.1 <i>Radicalmente colorido</i>	86
	4.1.2 <i>Radicalmente “nosso”</i>	89
	4.1.3 <i>Catraca livre</i>	93
	4.2 Coletivo e afetivo	95
	4.2.1 <i>Atravessando a cidade</i>	97
	4.3 Política de Juventudes ou de Cultura?	103
	4.3.1 <i>A felicidade é a prova dos nove</i>	110
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

A história do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte (CRJBH; doravante CRJ), política e equipamento público da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), é marcada por uma trajetória de mobilização social e reivindicação ocorridas entre os anos de 2006 e 2016, e impulsionada por diversos atores sociais, incluindo movimentos, coletivos, grupos e ativistas autônomos, que viam na instituição do Centro uma oportunidade não apenas de ocupação física, mas de participação ativa na gestão e definição das políticas públicas voltadas para as juventudes.

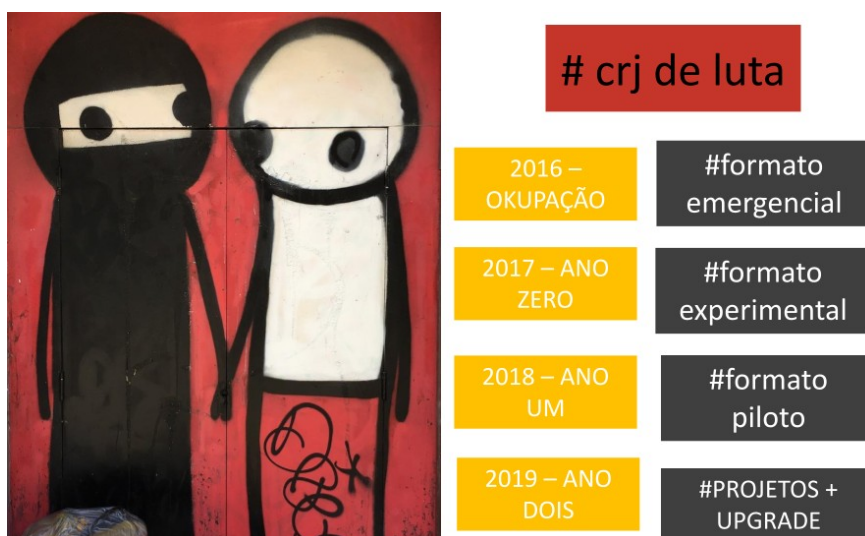
A ocupação do espaço do CRJ, em 2016, foi um marco significativo desse movimento, simbolizando a conquista material de um local físico, bem como a afirmação de um espaço de direitos e de expressão juvenil. A demanda pela implementação de um Comitê de Gestão compartilhada foi central nesse processo, refletindo o desejo das juventudes de serem co-autoras do projeto que nortearia as atividades do Centro. Esse Comitê, composto de forma paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil, representou um avanço na concepção de políticas públicas participativas no âmbito da gestão executivamunicipal.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho propõe refletir criticamente sobre o primeiro ano de gestão do CRJ, especialmente sob a ótica das Ações Participativas. Essas ações não se limitaram apenas à gestão administrativa e operacional do Centro, mas estenderam-se à definição do próprio projeto-conceito do CRJ. Objetiva-se identificar e compreender os elementos constitutivos do processo de gestão compartilhada, bem como este modelo pode ter influenciado nas relações afetivas e de pertencimento ao espaço entre as juventudes.

A metodologia adotada incluiu uma pesquisa documental nos arquivos públicos e privados relacionados ao CRJ, além de uma análise crítico-interpretativa desses documentos. A pesquisa bibliográfica complementar proporcionou uma base teórica para situar o CRJ em um panorama mais amplo de políticas públicas voltadas para a juventude. Para a realização dos objetivos propostos esta pesquisa baseou-se também na metodologia de estudo de caso, segundo Gil (1997), por meio da descrição do caso (gestão do CRJ) seguida de reflexão crítica.

Para ilustrar como estruturei¹ a narrativa desta pesquisa, irei me valer de um *slide* de *powerpoint* que era muito utilizado nas minhas apresentações sobre o Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte. Fui gestora do CRJ entre janeiro de 2017 e agosto de 2022 e, como o espaço possui um histórico longo, cheio de disputas políticas e sociais, além de um modelo de gestão compartilhado com as juventudes, para apresentá-lo e contextualizá-lo, eu costumava apresentar o esquema apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Centro de Referência das Juventude de BH - CRJ de luta



Fonte: nossa autoria.

Desenhei essa estrutura (Figura 1) depois de alguns meses na gestão do CRJ (2017), após diversas definições coletivas sobre como iríamos conduzir aquela política pública no ano de 2017 e como, inicialmente, planejávamos (e desejávamos) que a gestão funcionasse nos dois anos seguintes (2018 e 2019). Observem que o ano de 2017 é notado de “ano zero”, então “ano um”. Do ponto de vista cronológico, o espaço tinha começado a funcionar em agosto de 2016, após uma ocupação juvenil organizada, que durou 28 dias. Contudo, a organização temporal que espelhava o que se entendia e desejava para o CRJ marcava que o ano de 2016 não era o início do *ano um* do espaço, mas, sim, o ano *okupação*, com “k” mesmo,² marcado por um formato emergencial de funcionamento. Já o ano de 2017, que marcava o início da

¹ Por se tratar de um relato de uma série de experiências pessoais, a escrita desta dissertação apresenta uma mescla entre a primeira pessoa do singular e do plural, bem como o uso do modo impessoal. Essa diversidade linguística tem o intuito de contribuir para a objetividade e a clareza do texto.

² O Fórum das Juventudes, um dos movimentos mais atuantes em prol da existência do CRJ, realizava naquela época um projeto na RMBH, “A Juventude Okupa a Cidade”, com diversas ações de arte, cultura e cidadania voltadas para jovens. Quando da ocupação do CRJ, as juventudes mantiveram o “k”, na palavra ocupação, quando se referiam a ela.

gestão do espaço, com um comitê gestor paritário (eleito em dezembro de 2016), que contemplava a participação das juventudes, foi notado de “ano zero”, sob formato experimental. A ideia é de que 2017 seria o ano de construção e planejamento coletivos da política pública CRJ e que somente em 2018 se iniciaria o “ano um”, sob o formato de projetopiloto; ou seja, que seria colocado em prática para ver como e se funcionaria, podendo ser revisto. Somente, em 2019, se firmaria o “ano dois”, em um formato que sustentasse projetos e ações já estabelecidas, além de um *upgrade* nos processos, que se referia, sobretudo, a uma melhora no orçamento, estrutura e recursos para o espaço. Na lógica do planejamento, de fato, após passar um ano definindo e planejando e mais um ano aplicando o projeto construído, o terceiro ano seria o de consolidação e investimento.

Dessa forma, a linha básica para este texto foi tomada a partir da estrutura planejada para o CRJ, de como ele se dividia e era roteirizado. Assim, o capítulo dois, intitulado de *Ano Zero - Experimental*, aborda os primeiros meses do Centro de Referência das Juventudes recém-aberto em Belo Horizonte, sob a perspectiva das Ações Participativas e de como elas definiram o projeto conceito do CRJ. Para tanto, há um breve relato sobre a trajetória de 11 anos de luta social e política do Centro de Referência das Juventudes até a sua abertura oficial para, em seguida, apresentar o início do processo coletivo de construção do documento-base norteador do CRJ. Há também o detalhamento dos aspectos estruturais do CRJ na sua abertura, sobre a atuação do Comitê Gestor do CRJ nesse processo e de como se deu a condução das Ações Participativas que levaram à implementação do projeto base (piloto) do CRJ. Do ponto de vista teórico, Freire (2000) harmoniza a audácia do ato de sonhar e da utopia, com a imaginação radical de Cornelius Castoriadis (1975), que por sua vez conceitualiza a jornada do Comitê Gestor do CRJ no ato de conceber o novo, questionar e transcender o existente, imaginar e criar outras formas de organização social, valores e significados. Ao final desse capítulo, um destaque importante, há o registro das ideias centrais do documento “Projeto CRJ – Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes” (2017), material inédito, construído pelas e com as juventudes, que nunca foi publicado nem publicizado oficialmente pela prefeitura de Belo Horizonte.

O capítulo três – *O avesso da cartilha* – discorre sobre o primeiro ano do Centro de Referência das Juventudes, sob a perspectiva da gestão do espaço. Enquanto o CRJ passava pelo processo das Ações Participativas, era preciso garantir que a instituição estivesse aberta e funcional para as juventudes. Um dos primeiros passos foi entender como seria o formato de ocupação dos espaços do CRJ: salas multiuso e didática, auditório, arena, sala das artes (uma sala com um grande tablado para dança e alto impacto), cozinha, refeitórios, galerias e áreas

comuns. Assim que definimos uma forma inicial desburocratizada e simplificada de receber o público jovem, fomos surpreendidos pelo próprio público jovem nos questionado “se podia mesmo” usar o espaço, ou “se não tinha de assinar ou fazer mais nada”. Outro ponto abordado nesse capítulo refere-se a como foram elaboradas as regras do espaço, ou seja, o que podia, o que não podia e como se podia usá-lo. Nessa seção estão postos os desafios referentes à formulação e implementação de políticas públicas (Lotta, 2019) – que no caso do CRJ, ocorreu de maneira concomitante – bem como os conceitos de discricionariedade (Lotta, 2019), de ativismo institucional (Abers, 2021) e de pragmatismo (Dewey, 1922, 1933, 1934 e Joas, 1996). O capítulo encerra com um panorama do espaço no final do ano de 2017, quando já estava recebendo cerca de 12 mil jovens por mês, sem qualquer investimento direto em projetos específicos promovidos pelo CRJ.

O capítulo quatro – *Minha Segunda Casa* – objetiva explicar *como* e *se* a forma como o CRJ foi instituído no seu primeiro ano – de forma instituinte – afetou e afeta a maneira com o centro é ocupado e experienciado pelas juventudes. A questão investigada é se a participação direta da sociedade civil na gestão do CRJ interfere na relação que os jovens têm com o espaço e como se criam as relações afetivas entre o espaço e as possibilidades do aparelho. Para tanto, retoma-se à imaginação radical e sociedade instituinte de Castoriadis (1975), acrescida dos desdobramentos das teorias sobre o *comum* de Dardot e Laval (2017) e Hardt e Negri (2016). Por fim, o texto apresenta reflexões sobre a vocação do CRJ para a arte, em particular, e para a cultura (Porto, 2020), a ponto de muitas vezes ser confundido ou nomeado como *Centro Cultural das Juventudes*, bem como se esse viés cultural que o espaço adquiriu tem a ver com o modo que ele foi idealizado e construído.

Para finalizar, as considerações finais pontuam o arcabouço dessa jornada, além de sublinhar alguns pontos para futuras pesquisas.

2 ANO ZERO – Experimental

2.1 Histórico de lutas e conquistas

O histórico que permeia a construção do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte (CRJ-BH) envolve anos de lutas, reivindicações e debates, conquistas importantes e inúmeros confrontos vividos entre os anos de 2006 e 2016. Tais eventos foram narrados de maneira legítima e competente, muitas vezes oferecendo uma perspectiva íntima dos fatos, pelo jornalista, articulador e pesquisador Bruno Vieira (2019). Ele pesquisou sobre ativismos juvenis para sua dissertação de mestrado no programa de Pós-graduação em Psicologia – FAFICH, da UFMG, em 2018, tendo como estudo de caso a ocupação do Centro de Referência das Juventudes. Na sua pesquisa, ele apresenta, de forma detalhada, os diversos acontecimentos e imbrólios que antecederam a Ocupação do CRJ-BH e sua posterior abertura.

Nesta pesquisa, porém, a abordagem é o momento posterior ao período histórico pesquisado por Vieira (2019), possibilitando, assim, uma continuidade de acompanhamento do CRJ-BH no campo acadêmico. Em virtude disso, este texto não aprofunda no que já foi tão bem registrado e elaborado por Vieira (2019). Além de autor da referida pesquisa, Bruno Vieira também era integrante de alguns coletivos juvenis que participaram ativamente da luta pelo CRJ. Dessa feita, ele apresenta uma perspectiva testemunhal dos fatos, o que torna sua versão como a principal referência sobre os anos pregressos à abertura do espaço.

O terreno onde, hoje, funciona o Centro de Referência da Juventude já abrigou projetos importantes para crianças e adolescentes na década de 1990, como o *Circo de Todo Mundo*³ e o *Programa Miguilim*.⁴ Tais programas eram vinculados às providências

³ O projeto “Circo de Todo Mundo” é oriundo de outro projeto, o Projeto Recreação, que iniciou suas atividades, em Belo Horizonte, no início da década de 1990. O “Projeto Recreação” foi idealizado por um grupo de pessoas ligadas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que realizavam abordagem, acolhimento e oferta de atividades para crianças e adolescentes moradores ou com trajetória de rua em três áreas da cidade: na Praça da Estação (Centro - no local onde existe hoje o CRJ), no antigo campo do Clube Atlético Mineiro (Lourdes) e na praça Marechal Floriano Peixoto (Santa Efigênia). O projeto ocupou o terreno onde hoje está localizado o CRJ até 1993 e depois – já intitulado Circo de Todo Mundo – teve sede em diversos endereços de BH e região metropolitana. Disponível em: <https://www.circodetodomundo.org.br/> Data de acesso: 15 de julho de 2023.

⁴ Já o Programa Miguilim foi concebido no âmbito da sociedade civil organizada, por meio da Frente de Defesa das Crianças e Adolescentes e em 1993 a prefeitura de Belo Horizonte incorporou a proposta, transformando-a em ponto central de sua política de atenção às crianças e adolescentes com a criação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS/Miguilim Cultural, localizado na Praça da Estação (onde atualmente funciona o CRJ). Em 2014 a sede do programa transferida, provisoriamente, para um prédio próprio

encaminhadas em todo Brasil em função da lei n. 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Já o recorte específico para as juventudes, ou seja, a população etária entre 15 e 29 anos – que somente em 2013 conquistou seu próprio estatuto – não dispunha de políticas públicas a elas dedicadas na cidade de Belo Horizonte.

O marco do movimento que conceberia o CRJ foi a criação do Conselho Municipal da Juventude, em 1998. Esse foi o primeiro órgão do gênero no país, o Conselho Nacional de Juventude só foi criado sete anos depois, em 2005. Entre 1999 e 2001, o Conselho Municipal da Juventude de Belo Horizonte alcançou uma projeção internacional e teve papel importante no intercâmbio de políticas públicas para a juventude, contribuindo para a estruturação da Unidade Temática de Políticas Públicas de Juventude da rede de cidades do Mercosul, por meio dos Seminários de Políticas de Juventude das Mercocidades, realizados, respectivamente, em Rosário, na Argentina, em 1999, e, em Belo Horizonte, em 2000.⁵ Foi

nessa época, a partir da troca de experiências com o Centro de La Juventud de Rosário/AR, que o CRJ foi pautado, pela primeira vez, no âmbito das políticas públicas de Belo Horizonte.

O debate e a demanda pelas Políticas Públicas de Juventudes (PPJ) também avançavam na esfera da sociedade civil. Em 2002, foi criado o *Observatório das Juventudes* (OJ), da UFMG, com o projeto “Formação de Agentes Culturais Juvenis”;⁶ nos anos subsequentes foram realizados dois Seminários de Políticas Públicas de Juventude (2003 e 2004), envolvendo em sua organização os grupos D-vEr.CidaDe CuLturaL e a ONG Contato.⁷

da prefeitura na Rua Mucuri, nº24, no Bairro Floresta, e em 2016 instalou-se na Rua Varginha, no mesmo bairro, em um casarão do início do século XX, que foi reformado e que hoje tem o nome de Centro Pop Miguilim. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/2006/05/19/programa-miguilim/#:~:text=O%20programa%20foi%20concebido%20no,at,en%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes>. Acesso em: 8 maio 2023.

⁵ A temática Juventudes foi pautada pela primeira vez em 1999 na rede Mercocidades durante um seminário sobre juventudes locais na cidade do Rosário (Argentina) e em 2004, no Seminário Integração e Participação da Juventudes das Mercocidades em Buenos Aires (Argentina), uma Unidade Temática foi instituída para tratar especificamente dos assuntos relativos à esta população. No relatório que faz o registro deste seminário, faz-se menção a estes antecedentes. Disponível em:

<https://mercociudades.org/pt-br/descarga/seminario-integracao-e-participacao-da-juventude-das-mercociudades/>. Acesso: 25 maio 2023.

⁶ O projeto Formação de Agentes Culturais Juvenis foi criado pelo Observatório das Juventudes da UFMG e consistiu em um processo formativo de 35 jovens moradores de bairros da periferia de BH e RMBH, com idades entre 15 e 31 anos, ligados a grupos culturais de diferentes linguagens artísticas (Dayrell;Silva; Souza, 2004) e tinha como objetivo fornecer subsídios teóricos e práticos para potencializar as ações culturais que eles próprios já desenvolviam, e, ao mesmo tempo, estimulá-los a assumir o papel de agentes culturais, contribuindo para criar e/ou ampliar os espaços de encontro e de formação na região onde atuam. Na internet há um documento que faz um relato sobre o projeto. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Educa/Educa94.pdf>.

⁷ Os seminários foram consequência do processo formativo de Agentes Culturais Juvenis, iniciado em 2002, pelo *Observatório das Juventudes da UFMG*. O primeiro seminário, intitulado Seminário de Políticas Públicas da Juventude, foi realizado em 2003 em parceria com a ONG Contato (organização de agentes culturais fundada em 2002) e o segundo foi o Encontro Estadual de Redes de Juventudes, em 2004, organizado pela rede de jovens agentes constituída após a formação de Agentes Culturais Juvenis, intitulada D.vEr-CidaDe CuLturaL. Para mais

Também do OJ surge uma das instâncias mais ativas do movimento pelos direitos das juventudes da RMBH, o Fórum das Juventudes da Grande BH, um projeto de extensão criado por docentes e bolsistas, em 2004, que visava promover ações para dar visibilidade social às demandas juvenis e estimular o poder público local a desenvolver políticas nesse âmbito (Observatório da Juventude, 2023). O Fórum das Juventudes funciona por meio de uma rede de entidades, movimentos, grupos e ativistas autônomos que desenvolvem trabalhos com jovens e / ou são formados por jovens. Foi o Fórum das Juventudes que retomou a pauta da criação do CRJ em 2006, durante a III Conferência Municipal de Juventudes, como relata Vieira (2019, p. 69):

A Conferência Municipal de Juventude de 2006 foi realizada em duas etapas: uma etapa de pré-conferências nas nove regionais administrativas de Belo Horizonte, em 20 de maio, como momento de subsídio e sugestão para PPJs na cidade, bem como para eleição dos conselheiros regionais; e uma segunda etapa, feita no dia 11 de junho, na qual novos conselheiros foram eleitos (agora por áreas e temas) e foi feita a discussão e aprovação das propostas oriundas das pré-conferências. Um documento com 254 propostas foi gerado nesse encontro, e tais sugestões seriam tomadas como prioritárias pelo recém-eleito Conselho Municipal de Juventude. O CRJ é uma dessas propostas de políticas públicas elencadas no documento final da conferência.

Entre junho de 2006 – quando o CRJ foi encaminhado como uma demanda de Política Pública de Juventude (PPJ), durante a Conferência Municipal de Cultura, e o ano de 2011, não há qualquer registro sobre atividades, ações, mobilizações sobre a construção do espaço. Até que, em agosto de 2011, em um almoço restrito na Prefeitura de Belo Horizonte, com a participação de representantes de movimentos e grupos juvenis convidados (Fórum das juventudes, 2011), o então prefeito Márcio Lacerda anuncia a intenção de construir o Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte. Na ocasião é apresentado somente o projeto arquitetônico do espaço e representantes dos movimentos juvenis questionam a real necessidade de alguns dos elementos prospectados para o equipamento, como um muro de rapel e minifloresta.⁸ Ainda naquele ano, por diversas vezes, o Fórum das Juventudes solicitou projeto conceitual do CRJ à PBH, sem sucesso. Em outubro daquele ano, o presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, Arnaldo Godoy, instruiu uma audiência pública para discutir o projeto do CRJ. Na ocasião, a representante do Fórum das Juventudes, Áurea

informações a respeito do projeto e seus desdobramentos, sugere-se visita ao site <https://www.ufmg.br/congrent/Educa/Educa94.pdf>.

⁸ Os movimentos sociais juvenis solicitaram, na época, para participarem da construção do projeto arquitetônico, mas não foram atendidos.

Carolina, leu uma carta aberta do Fórum, em que critica o processo de implantação do CRJ. Frente a um auditório lotado, o então secretário de Políticas Sociais da PBH, Jorge Nahas, reconheceu que não existia um projeto conceitual para o CRJ. Assim, é pactuada uma comissão paritária para discutir e acompanhar a execução do projeto do CRJ, composta por membros da PBH e de entidades e movimentos juvenis de Belo Horizonte (Fórum das juventudes, 2011). No mês seguinte, o Fórum das Juventudes da Grande BH participou de duas reuniões da comissão paritária e, de acordo com relatos expostos nas redes sociais do Fórum, “ficou clara a ingerência do Governo de Minas sobre todo o processo de construção do CRJ. Além disso, houve adulteração de uma ata e foi forjada uma eleição de organizações da sociedade civil para a permanência no grupo”⁹ (Fórum das juventudes, 2011). Em seguida, o Fórum divulgou outra carta aberta, intitulada “Por uma cidade amiga da juventude, com cidadania e dignidade”,¹⁰ na qual denunciava todas as arbitrariedades do processo e, por isso, havia decidido se retirar da comissão. A carta teve grande repercussão entre os grupos juvenis.

Em julho de 2012, a PBH oficializa parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da assinatura de um protocolo de intenções, para a construção do prédio do CRJ, durante um evento fechado. Segundo a reportagem do jornal *Hoje em Dia* (Ventura, 2012), de acordo com o então prefeito Márcio Lacerda a obra custaria R\$14 milhões. Entre 2012 – início das obras do CRJ – e 2014, Vieira (2019) relata que:

Nesse tempo, houve duas visitas técnicas ao espaço em construção, a participação em uma audiência pública especialmente dedicada à discussão sobre o orçamento do município para que o CRJ pudesse ter verba e a realização de outra audiência pública, realizada depois do prédio pronto, para questionar a gestão do espaço. Em paralelo, os governos municipal e estadual se articulavam e estabeleciam entre si acordos e parcerias para a viabilização (um tanto acelerada) do CRJ. Estado e Município firmaram um convênio no início de 2013, que tinha prazo de 24 meses e se destinava a formalizar uma “cooperação mútua” para construir e implantar o Centro (Vieira, 2018, p. 79-80).

Em dezembro de 2014, o espaço foi “inaugurado” às pressas e de portas fechadas,¹¹

⁹Trecho extraído da matéria publicada no *site* do Fórum das Juventudes, sob o título: “Lançamento oficial do centro de referência da juventude de bh: conheça outra história”, em julho de 2012. Disponível em: <https://forumdasjuventudes.wordpress.com/2012/07/09/lancamento-oficial-do-centro-de-referencia-da-juventude-de-bh-conheca-outra-historia-12/>.

¹⁰ A carta publicada no *site* do Fórum, em 28 de novembro de 2011, está integralmente disponível em: <https://forumdasjuventudes.wordpress.com/2011/11/28/carta-aberta-por-uma-cidade-amiga-da-juventude-com-cidadania-e-dignidade/>.

¹¹ No jornal *O Tempo*, o jornalista Felipe Castanheira (2014) intitula a coluna A.Parte, do dia 20 de dezembro de 2014, da seguinte maneira: “Governador e prefeito de BH ‘entregam’ espaço ainda em obras”. Já para o

somente com representantes do poder público, marcando um ato final da gestão do governador Antônio Anastasia (naquela época, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), que interromperia os doze anos de governo da sigla em Minas Gerais, uma vez que o candidato do seu partido, Pimenta da Veiga, acabara de perder as eleições estaduais para o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Pimentel. Como tal inauguração foi um ato em um cenário político em transição, o CRJ passou o primeiro semestre de 2015 fechado e, em outubro do mesmo ano, foi realizada outra audiência pública na Câmara Municipal de BH, provocada pelos movimentos juvenis, na qual as juventudes expuseram a demanda por uma gestão compartilhada do CRJ e sua imediata abertura. Em apoio ao pedido feito pelo Fórum das Juventudes e em acordo com a PBH e o governo do estado, foi encaminhada, mais uma vez, a criação de uma comissão mista para planejamento e realização de um seminário sobre políticas públicas para a juventude, no qual seria discutida com a cidade a melhor forma de gestão para o espaço. Em janeiro de 2016, na reunião da comissão para planejamento e realização desse seminário, foi estabelecido que o evento deveria ocorrer no começo de abril daquele ano. Contudo, nada foi feito a respeito, tampouco foram convocados novos encontros com a comissão para esclarecimento do assunto.

Em maio de 2016, a PBH apresentou, durante uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Juventude, uma proposta de projeto para o CRJ, construída sem a participação dos movimentos juvenis, que previa ações e oferta de atividades fruto de diversas parcerias propostas pelo próprio poder público, sem apresentar os critérios ou motivos de tais entidades, projetos, programas e serviços terem sido “escolhidos”.¹² A proposta não apresentava nenhum projeto nem ação própria do CRJ, alienando o poder público municipal de investir recursos financeiros no equipamento e sem nenhum tipo de comprometimento em construir e efetivar políticas públicas de juventude, função e objetivo maior do Centro de Referência das Juventudes.

subtítulo, o jornalista escreve: “Um dia após placa de entrega ser descerrada, tapumes foram recolocados e operários foram vistos trabalhando no local”. No corpo da coluna, é informado que o então governador de Minas Gerais e prefeito de Belo Horizonte, Antônio Anastasia e Márcio Lacerda, respectivamente, estiveram presentes no CRJ junto a outras autoridades para fixar no CRJ uma placa de agradecimento ao governo de Minas em nome do prefeito Márcio Lacerda. Quando questionados pela coluna A.parte sobre a ocasião parecer uma inauguração, enquanto o espaço ainda se encontrava em obras, tanto a prefeitura quanto o governo do estado reconheceram que a construção não havia sido finalizada, embora a placa faça referência à “entrega do Centro de Referência da Juventude a esta capital nas comemorações do seu 117º aniversário” (O Tempo, 2014).

¹² Embora tal proposta nunca tenha sido publicizada, tive acesso a ela quando assumi a gerência do CRJ (2017). O que mais chamou a atenção foi que os então responsáveis pela gestão do CRJ estavam em um estado avançado de negociação para cessão de algumas salas do CRJ para grupos e projetos da sociedade civil. A Sala das Artes, por exemplo, uma ampla sala com um tablado e paredes com amortecimento, ar-condicionado, isolamento acústico, projetada para atividades corporais (de alto impacto também), estava sendo negociada para ser cedida a um importante grupo de dança da cidade, que ofertaria algumas contrapartidas em troca. No documento, não havia a explicação do porquê aquele, e não outro grupo ou projeto, havia sido escolhido.

Diante da proposta desvirtuada e do histórico da atuação da então gestão da PBH em relação ao CRJ, ao final daquela reunião extraordinária do Conselho Municipal de Juventude, o espaço foi ocupado por movimentos coletivos, grupos e ativistas autônomos da cidade e região metropolitana. Bruno Vieira (2019) transcreve, em sua dissertação, o depoimento de uma jovem integrante do Fórum das Juventudes que estava na referida reunião:

Não tinha mais por onde dialogar. Você já fez audiência pública, você já fez carta aberta, várias reuniões no Conselho [Municipal de Juventude], tudo isso desde 2014 quando era para ter sido entregue a obra, e nada foi feito? A gente se articulou com vários coletivos da cidade (...) e nós decidimos que íamos ocupar. Como estratégia, fomos para a reunião do conselho cobrando uma posição da Prefeitura. E aí, como eles nem imaginavam que podia acontecer qualquer coisa, que **a gente já estava na tampa**, eles foram lá achando que falando qualquer coisa daria certo. Falaram que precisavam esperar o prefeito; aí respondemos que enquanto o prefeito não dá o aval, a gente ocupa. E foi nessa reunião, dentro do auditório, com 42 jovens, que fechamos as portas, entramos e falamos: “o CRJ é nosso!” (Paola Abreu, entrevista cedida a Bruno Vieira, em 19 de maio de 2017, citado por Vieira, 2018, p. 84, grifo do autor).

No dia seguinte, o jornal *O Tempo* (2014) noticia¹³ que a ocupação era composta por integrantes de diversos movimentos de juventudes da cidade e da região metropolitana e que a demanda era pela abertura efetiva do espaço, bem como pela sua gestão compartilhada e democrática. A ocupação durou 28 dias, com uma média de 300 jovens ocupantes – e cerca de 100 deles dormiam no lugar. O grupo era composto por jovens ligados a movimentos juvenis organizados, jovens autônomos, trabalhadores, produtores culturais e artistas independentes (*djs, mcs, bboys*, poetas, grafiteiros, esportistas de *slackline* etc.). Chamava a atenção a presença importante de ocupantes mulheres, bem como a presença de jovens trans, demarcando expressivamente no corpo as marcas da resistência e a bandeira por diversidade de gênero e de orientação sexual (Dayrell, 2016; Everton, 2016). Duas frases de ordem regiam o movimento: “CRJ sem juventude não rola” e “Nada de nós sem nós”.

Compreendendo a pertinência dos questionamentos da ocupação, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) instaurou um inquérito civil público que versava sobre a apuração das responsabilidades do município e a promoção das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias ao pleno funcionamento do CRJ. A atuação do MPMG, nesse caso, foi de apresentar um Termo de Pactuação, no qual ficou sob a responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte:

- 1) abrir o espaço para o público; 2) implantar um comitê de gestão

¹³ Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-ocupam-centro-de-referencia-da-juventude-de-bh-1.1305101>. Acesso em 20 set. 2023.

compartilhada paritário entre poder público e sociedade civil; e 3) realizar um Seminário que visasse à construção e alinhamento das diretrizes norteadoras e do Plano de Ação do CRJ. Outras medidas operacionais, encaminhamentos relativos ao pleno funcionamento do espaço, como Alvará do Corpo de Bombeiros e Licenciamento Urbano, foram pactuadas e deveriam ser priorizadas pela PBH.

É emblemático, do ponto de vista das políticas públicas, que, após a intervenção do MPMG, a gestão do espaço tenha sido conferida à Fundação Municipal de Cultura, em virtude da sua vocação para processos compartilhados e coletivos e por conta da forte tendência e inclinação do Centro de Referência das Juventudes para a arte e a cultura, eixos norteadores da política.¹⁴ Anteriormente, o equipamento estava lotado diretamente no Gabinete do Prefeito e submetido à Secretaria Municipal de Governo, reproduzindo a velha ideia obscurantista de relacionar as políticas de juventudes às esferas e instâncias político partidárias da gestão pública.¹⁵

Após a pactuação com o MPMG, o espaço foi aberto ao público, em agosto de 2016, durante o período eleitoral que iria decidir o comando da prefeitura de Belo Horizonte para os quatro anos seguintes (2017-2020). Sabíamos que, no final daquele ano, haveria uma descontinuidade nos oito anos de gestão do empresário Márcio Lacerda e que a prefeitura já estava realizando o processo de transição com o grupo do prefeito eleito, Alexandre Kalil. Este, que nunca havia concorrido a nenhuma candidatura pública até então, trazia um forte discurso antipolítico sob o *slogan* “Chega de política, é hora de Kalil”. Nos bastidores do CRJ, o clima era de incerteza sobre a continuidade da gestão da pasta da cultura no município que, caso alterada, afetaria diretamente aquele início de processo de abertura do espaço e cumprimento dos acordos com o Ministério Público e com as juventudes.

Em dezembro de 2016, fui convidada pelo então presidente da Fundação Municipal de Cultura (FMC), Leônidas Oliveira, para assumir a gestão do Centro de Referência das

¹⁴ Nesse sentido, vale a pena mencionar a pactuação de cogestão do CRJ entre secretarias municipais da PBH, uma articulação pouco usual, que buscou enfatizar a necessidade de se olhar transversalmente para a política pública de juventudes (PPJ) no âmbito do município. A parceria – registrada enquanto PORTARIA CONJUNTA – proporcionou a união entre a Assistência Social e a Cidadania, a partir da SMASAC, com a Cultura, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), reafirmando a vocação artística cultural do equipamento, bem como dos processos coletivos e compartilhados.

¹⁵ Importante complementar que, em maio de 2017, a PBH iniciou a tramitação de um projeto de lei para sua reforma administrativa. Assim, o debate sobre a localização das políticas de juventudes na gestão municipal foi protagonizado, mais uma vez, pelas juventudes, que entenderam que a temática deveria integrar a Secretaria de Políticas Sociais, na Subsecretaria de Direitos e Cidadania, ao lado das Coordenadorias de Mulheres, Igualdade Racial, LGBT, Pessoa com Deficiência, Criança de Adolescentes e Idosos. Essa construção derivou da ideia de uma política integral voltada para as juventudes que, para além do direito à arte e à cultura, considere outros eixos de atenção fundamentais na promoção e garantia de direitos da população jovem, como a educação de qualidade, trabalho e renda, qualidade de vida, direito e diversidade, entre outros.

Juventudes. Leônidas Oliveira havia ocupado a presidência da FMC durante praticamente todo o governo do prefeito Márcio Lacerda, e havia sido confirmado para manter-se no cargo e, dessa forma, seguir com os planos pactuados para o CRJ. Segundo o presidente da FMC, o convite era motivado pela minha experiência pregressa em espaços e políticas públicas de Arte, Educação e Cidadania, voltadas para as Juventudes em Belo Horizonte. Sobretudo, pelo fato de, nesses projetos, as práticas coletivas, compartilhadas e centradas na participação serem elementos centrais da gestão. De fato, entre 2005 e 2017, eu havia participado da implantação e da coordenação de outras políticas públicas exclusivamente voltadas para as juventudes de Belo Horizonte: o *Valores de Minas* e o *Plug Minas* (Governo do Estado de Minas Gerais),¹⁶ ambos os projetos que também possuem espaços físicos amplos e centenas de usuários, além de funcionarem com diversos dispositivos de participação juvenil.

Naquela época, eu acompanhava a ocupação do CRJ por meio dos jornais e de relatos de jovens, e vibrava com as conquistas alcançadas até ali pelas juventudes. Motivada por uma crença legítima na construção coletiva e compartilhada de espaços para juventudes, aceitei a missão e, precisamente, no dia 13 de janeiro,¹⁷ assumi a gestão do Centro de Referência das Juventudes de BH. Muito do que irei relatar a seguir faz parte da minha experiência no processo pós-ocupação e início da estruturação da política pública CRJ.

2.2 O CRJ que queremos

No início do primeiro semestre de 2017, o Comitê Gestor, composto por representações juvenis e do poder público, foi oficialmente publicado e instaurado.¹⁸ O

¹⁶ Antes de ser chamada para assumir a gerência do CRJ, eu havia sido gerente do Programa *Valores de Minas* e do *Plug Minas*. Entre 2014 e 2016, fui gestora operacional do Centro de Formação e Experimentação Digital – PlugMinas, que se caracteriza como uma política pública voltada para as juventudes e que oferece formação em diversas áreas do conhecimento, como empreendedorismo juvenil, audiovisual, multimídia, idiomas, moda, *design* e artes. Naquela época, o modelo de gestão era por meio de Termo de Parceria entre governo do estado de Minas Gerais com o terceiro setor e, dessa forma, atuei como diretora da OSC, executora do projeto. No programa em que estive por nove anos antes do PlugMinas – o Valores de Minas – tive a oportunidade de passar por muitas funções e áreas. Comecei como professora de teatro e encerrei minhas atividades como gerente executiva. Atendíamos, por ano, a 500 jovens em situação de extrema vulnerabilidade social, com cursos de teatro, dança, música, circo e artes visuais. O objetivo sempre foi entender o jovem nas prerrogativas da autonomia e sujeito de direitos, como agente central que participa ativamente dos processos educativos e sociais em que está envolvido. Com uma equipe de profissionais e com os jovens, tive a oportunidade de trabalhar a sistematização dos processos de formação do programa, a criação de diretrizes pedagógicas sólidas, espaços de reflexões sobre o próprio fazer e a descoberta de novas possibilidades e tecnologias educacionais em arte.

¹⁷ Nomeação por meio de Ato Administrativo: Atos do Prefeito, em 13/01/2017. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/343631>. Acesso em: 20 ago. 2023.

¹⁸ O Comitê Gestor do CRJ foi instituído por meio de decreto municipal (DECRETO n. 16.605, de 6 de abril de 2017), publicado no Diário Oficial do Município, como a seguir: [...] *Cria o Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude e dá outras providências* [...]. O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica do Município,

principal instrumento de participação do equipamento foi oficializado por meio de Decreto Municipal (aquele que cria o comitê gestor do CRJ) como uma instância *consultiva*, ou seja, que fornece conselhos, sugestões e recomendações sobre políticas, estratégias ou ações a serem tomadas. Nesse modelo, os participantes oferecem experiência e conhecimento para auxiliar na formulação de políticas públicas; contudo, do ponto de vista da tomada de decisão, eles não têm poder de decisão direta, e suas recomendações são levadas em consideração pelo órgão ou indivíduo responsável pelas decisões finais.

Não era essa a demanda das juventudes quando ocuparam o CRJ por quase um mês. No entendimento dos movimentos juvenis, que se articulavam há mais de uma década para concretizar o Centro de Referência das Juventudes genuinamente representativo das diversas juventudes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a participação ativa nas tomadas de decisões para sua construção era considerada inegociável. De fato, do ponto de vista da efetividade da participação social, pode-se dizer que a democracia participativa ocorre quando o cidadão comum tem voz e voto nas decisões públicas, seja como pessoa individual, seja como parte de um grupo social (Nez, 2009). A participação efetiva se dá quando os cidadãos estão diretamente envolvidos na tomada de decisões durante o processo participativo, seja de forma direta, seja por meio da escolha de representantes. Nez (2009, p. 328) observa que:

A partilha da decisão entre políticos e técnicos, por um lado, e os cidadãos, por outro lado, está no centro de uma definição da democracia participativa como uma partilha do poder. Ao nos inspirarmos na distinção entre “públicos fortes” e “públicos débeis”, como propõe Fraser (2005), determinamos uma “democracia participativa forte” quando as práticas são decisivas e responsáveis pela redistribuição das riquezas, e uma “democracia participativa débil” quando as práticas são consultivas e os resultados sociais baixos. Estimamos que as práticas participativas decisivas são mais inclusivas que as práticas participativas consultivas, porque dão ao cidadão um poder de decisão a partir da sua participação na discussão pública.

considerando o termo de pactuação assinado entre o município de Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais e sociedade civil que visa a criação do Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude, DECRETA: Art. 1º ---- Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Governo, o Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude, instância de caráter consultivo, sendo composto pelos seguintes membros e respectivos suplentes, designados por ato do Prefeito: I o Gerente do Centro de Referência da Juventude, que o presidirá; II 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito; III 02 (dois) representantes do Poder Executivo Estadual; IV 01 (um) representante do Conselho Municipal da Juventude; V 01 (um) representante do Conselho Estadual da Juventude; VI 03 (três) representantes de organizações das juventudes da sociedade civil. (Belo Horizonte, 2017).

Sem dúvida, os jovens ligados ao Comitê Gestor do CRJ se reconheciam como “públicos fortes”. A dimensão que a ocupação do CRJ tomou, tendo resultado na instauração de um inquérito civil contra a PBH, pelo Ministério Público, representava uma vantagem importante das juventudes na disputa de poder com as autoridades municipais. O poder público reconhecia isso. Havia uma apreensão interna nos bastidores da PBH de que o espaço pudesse ser ocupado novamente pelos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, o fato de eu ter sido escalada para a “missão CRJ” denotava, ainda que minimamente, uma abertura da gestão municipal para a participação das juventudes na criação dessa política de juventudes, uma vez que meu histórico profissional prévio era integralmente composto por processos compartilhados de gestão de políticas públicas de juventudes. Todavia, era importante que o município compreendesse que, naquele momento, não havia qualquer espaço para simulacros de processos participativos. Os anos anteriores haviam deixado marcas traumáticas de abuso de poder e falta de transparência em relação à condução dada pela prefeitura ao CRJ. Em virtude disso, os jovens e representantes dos movimentos juvenis demonstravam total falta de confiança nos agentes públicos. Era fundamental que a administração pública recuasse, de forma honesta.

Quando recebi o texto do decreto de criação do Comitê Gestor para aprovação, discordei imediatamente do termo *consultivo*, vinculado à natureza da instância. Na época, informei às partes que aquele não era o combinado. O texto seguiu para o setor jurídico e, alguns dias depois, tive uma reunião com o gabinete da Fundação Municipal de Cultura para apresentar a impossibilidade (até mesmo operacional, naquela época, em função do clima organizacional) de pensar em um Comitê Gestor sem a participação direta e deliberativa da sociedade civil nas tomadas de decisões referentes ao Centro de Referência das Juventudes. Senti uma legítima abertura dos responsáveis públicos para assegurar um processo democrático participativo efetivo no Comitê Gestor do CRJ, garantindo que a instanciativesse, de fato, poder decisório na gestão do espaço.

Irei aprofundar posteriormente sobre como o Comitê Gestor operava na prática diária do CRJ, de forma totalmente deliberativa e colegiada. É preciso dizer que o termo “deliberativo” parecia caber somente à prática mesmo, pois, juridicamente, para o texto do decreto de criação do CG, parecia inviável conseguirmos a inserção dessa palavra. A justificativa era de que se tratava de um comitê de gestão, ou seja, referia-se à operação de um equipamento público, com decisões relativas a ele que eram de responsabilidade da prefeitura de Belo Horizonte e deveriam seguir a lógica e as leis públicas. De fato, a demanda das juventudes em relação a empreender uma gestão compartilhada no CRJ mirava, sobretudo, as

decisões referentes aos caminhos da construção da política de juventude que ali seria realizada. Buscavam, pois, a construção atenta a como seriam pensados os projetos que o espaço desenvolveria para as juventudes; quais seriam as diretrizes para estabelecimento de parcerias futuras, como seria a política de ocupação diária do espaço, como o CRJ “pensaria” e como desenvolveria ações e medidas que refletissem as necessidades das juventudes subalternizadas e historicamente excluídas, como a juventude negra, LGBTQIAPN+, quilombolas, de terreiro, indígenas, rural e de mulheres. Em outras palavras, a demanda ia muito além da gestão operacional do espaço e, dessa forma, foram necessárias algumas reuniões com os jovens e os movimentos juvenis para a construção desses entendimentos e para que a designação do termo “consultivo” fosse incorporada ao texto do decreto municipal que regulamentaria a criação do Comitê Gestor do CRJ.

É importante pontuar que o clima, naquele início de processo de construção do Comitê Gestor, era de profunda desconfiança em relação ao poder público (não só municipal, mas estadual e federal também). Apesar de a gestão municipal ter demonstrado legitimidade ao “jogar com as juventudes” no empreendimento de construção da política pública CRJ, pairava no ar uma suspeição por parte da sociedade civil a cada abordagem da PBH. Como gestora, isso não era surpreendente para mim, uma vez que considerava que aquele estado de alerta era necessário e benéfico para o movimento social, além de estar definitivamente comprometida a jogar junto com eles, as juventudes, apesar de estar, estruturalmente, no outro time. Mais adiante, tratarei mais sobre esse assunto.

A primeira missão do Comitê Gestor era “organizar um seminário para debater a destinação do CRJ, *com caráter propositivo e / ou de estabelecimento de diretrizes gerais*” (Minas Gerais, 2016, grifo do documento), como previsto no Termo de Pactuação (2016) do MPMG. O Comitê decidiu ampliar os momentos de encontro e debate e, em vez de realizar um seminário, optou por realizar as *Ações Participativas* – que ocorreram em três etapas e que dariam origem ao vigente projeto “CRJ – Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes”. Tais ações foram planejadas para ocorrerem durante todo o ano de 2017 – *ano zero* – por meio de seminários, rodas de conversas, encontros temáticos e outros formatos dialógicos. O momento era esperado, na medida que se desejava que, daqueles encontros, nascesse um projeto conceitual para a política pública CRJ; e era fundamental que ele espelhasse e fizesse jus às juventudes que ocuparam e reivindicaram um espaço para si. Antes da ocupação, um outro projeto foi escrito para o CRJ, sob uma consultoria renomada, como relata Vieira (2019):

Em 2013, a Prefeitura contratou uma consultoria de Recife, a C.E.S.A.R., para realizar um “diagnóstico” sobre a juventude na capital e o que essa juventude gostaria que houvesse em um centro específico para esse público, formatando um “projeto conceitual” do Centro de Referência. Tal processo, à época, foi muito criticado. (...) as críticas não foram para pessoas convidadas, as críticas a este diagnóstico não foram direcionadas à empresa contratada, mas à forma como a Prefeitura estava realizando o processo: com as obras do CRJ em andamento e, como já mencionei anteriormente, conduzindo a implementação de tal política pública de maneira nada transparente (Vieira, 2019, p. 89).

Para as ações participativas do ano de 2017, o ambiente era outro. Como o projeto conceitual anterior não foi aderido pelo movimento juvenil, era preciso criar um outro para o CRJ, coletivamente. O projeto de uma política pública coletiva requeria a consideração de diversas vozes. Naquele ano, o movimento em prol da criação do CRJ já fazia 11 anos, com um número incalculável de atores envolvidos, de diversos nichos sociais: pessoas que, em 2017, já *não* eram mais jovens, outras, *jovens-adolescentes*, *jovens-jovens* e *jovens-adultos*,¹⁹ representantes do poder executivo, legislativo e do ministério público, movimentos juvenis organizados, movimentos artísticos, juventudes partidárias e não partidárias, jovens que participaram e que não participaram da ocupação. O Comitê Gestor tinha, então, a tarefa de fazer com que essas vozes fossem escutadas, ecoadas e reverberadas quando chegara a oportunidade de construir um Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte pelas e com as juventudes, seus representantes e suas representatividades. Foi nas primeiras reuniões do Comitê Gestor, instância da qual fui presidente entre 2017 e 2022, por dois mandatos,²⁰ que esta primeira grande e desafiadora missão ganhou uma pergunta que nos acompanharia por todo o ano de 2017: *qual é o CRJ que queremos?* Rapidamente, a frase foi ganhando contornos mais prósperos e / ou amplos, e se transformou em: *qual é o CRJ que sonhamos?* Mais do que querer, parecia que havia, finalmente, espaço para sonhar.

No seu livro *Pedagogia da Indignação*, uma publicação em formato de cartas pedagógicas e crônicas, Paulo Freire (2000) faz uma análise de alguns dos desafios postos em torno da dimensão da presença política e humana no mundo que, segundo ele, iriam perdurar pelo início do século 21. A primeira problematização (ou desafio) colocado por Freire (2000) é apresentada no trecho intitulado de: “A negação atual do sonho e da utopia e a briga por

¹⁹ No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ) considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. A Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa entre 25 e 29 anos como jovens-adultos.

²⁰ De acordo com o DECRETO Nº 16.605, DE 06 DE ABRIL DE 2017, o gerente do Centro de Referência das Juventudes preside o Comitê Gestor do espaço.

eles, agora e no começo do século que vem”,²¹ que identifica como prática tributária da lógica neoliberal a recusa sistemática do sonho e da utopia, “que ameaça a vida da esperança, termina por despolitizar a prática educativa, ferindo a própria natureza humana” (Freire, 2000, p. 56). Para o autor, não sonhar e não querer mudanças é uma estratégia de manutenção fatalista de um presente “vitorioso” do neoliberalismo.

No CRJ, após tantos anos de espera, de falta de esperança, de falta de diálogo e, diante de uma vitória surpreendente dos movimentos juvenis, ousava-se sonhar. O que fortalecia ainda mais esse verbo era a sua conjugação plural, coletiva. Ao mesmo tempo, o projeto coletivo “CRJ que sonhamos” era mais que reunir todas as demandas postas no decorrer dos anos, das conferências de juventudes, das assembleias estudantis, das audiências públicas, dos registros e das falas dos movimentos juvenis, das atas da ocupação e das reuniões com a PBH e Ministério Público. Era mais do que organizar todo o acúmulo advindos dos anos pregressos em um projeto que nortearia a forma de iniciar a transformação daquele espaço em uma política pública. Tratava-se do ato de criar e instituir uma política pública de juventudes, no tempo presente, feita *pelos* e *com* as juventudes.

No caso do CRJ, até a intervenção do MPMG, os interesses dos jovens nunca haviam sido considerados. As juventudes, organizadas ou não, reuniram o acúmulo existente da longa disputa política pelo CRJ, baseada em cansativas e contínuas negociações para se posicionarem na participação institucional, um dos âmbitos nos quais se dá o ativismo cidadão.

Segundo Vieira (2018, p. 95-96), “o estímulo à participação, no caso do Centro de Referência, deu-se pelas vias institucionais tanto no momento da proposição quanto na negativa do poder público em conceder acesso à participação da construção do equipamento”. Mesmo quando nega a participação, o poder público pode – em uma via colateral não desejada por ele – incitar uma urgência de contestação e luta que pode ser traduzida em ativismo e participação política e cidadã. Nesse sentido, o processo de ativismo organizado, como um somatório de vozes e corpos que ecoam e movem-se em torno de um objetivo comum, forja o que chamará Benedicto (2016) de *cidadania juvenil*:

(...) um processo de conquista de espaços de autonomia (pessoal e coletiva) e de implicação participativa dos jovens, quando estes deixam de ser meros objetos passivos da atuação pública para se converterem em sujeitos protagonistas de políticas ativas de promoção da cidadania (Benedicto, 2016, p. 926, tradução minha).

²¹ Freire escreveu esse texto em 1977. Ele foi publicado em: A. Pazzianoto *et al.*, *O livro da profecia: o Brasil no Terceiro Milênio*. Brasília: Senado Federal, 1977. (Col. Senado, v. 1).

O *CRJ que queremos* era filho do ativismo e da participação política e cidadã dos atores envolvidos na conquista do que se tinha em mãos no início de 2017: um CRJ, finalmente, aberto, gerido com a participação de um Comitê Gestor paritário, sem um projeto que fosse criado pelo poder público de forma inadvertida. O *CRJ que sonhamos* surge como um possível salto de qualidade para a participação política e cidadã das juventudes, na medida que abria a possibilidade de planejar, projetar, executar, em tempo real (afinal, naquela época, o espaço já estava aberto e sendo ocupado livremente), uma política pública sob medida para diversos jovens. Sonhar implicava imaginar, criar e instituir o Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte *pelos e com* as juventudes.

Para o filósofo Cornelius Castoriadis (1987), as realidades sociais são tributárias da imaginação e da capacidade de criar o mundo. Embora haja determinações, estas também são criações que, por sua vez, também podem ser substituídas por novas ideias e por novas invenções. Na sua perspectiva, a realidade social histórica é fruto do embate entre o imaginário social instituído e o imaginário social instituinte:

A história é criação; criação de formas totais de vida humana. As formas sociais-históricas não são “determinadas” por “leis” naturais ou históricas. A sociedade é autocriação. Quem cria a sociedade e a história é a sociedade instituinte, em oposição à sociedade instituída, imaginário social no sentido radical. A auto-instituição da sociedade é a criação de um mundo humano: de coisas, de realidade, de linguagem, de normas, de valores, modos de viver e de morrer, objetivos pelos quais vivemos e outros pelos quais morremos – e, obviamente, em primeiro lugar e acima de tudo, ela é criação do indivíduo humano no qual a instituição da sociedade está solidamente incorporada (Castoriadis, 1987, p. 271).

A concepção de *sociedade instituinte*, como delineada por Castoriadis (1987), representa uma força criativa em um processo perene de (re)criação que dá forma à estrutura social. Esse processo é caracterizado por uma renovação constante, no qual a sociedade (re)imagina e (re)organiza de maneira incessante suas estruturas, normas e significados. Dessa perspectiva, a sociedade é dinâmica, um processo vivo que, perpetuamente, cria e recria o ambiente social e humano, repletos de objetos, linguagens, normas, valores e até mesmo modos de existência e compreensão da mortalidade. Essa concepção transcende a tradicional visão estática da sociedade, concebendo-a como um organismo em constante evolução, capaz de se adaptar e reformular em resposta às forças internas e externas. A interação entre a *sociedade instituinte* e a *sociedade instituída*, considerando a primeira como aquela que se reinventa por ser dinâmica e a segunda como fixa e inerte, reflete o poder da imaginação

coletiva, na qual a criatividade social ativamente molda o nosso presente e, por extensão, vislumbra o futuro.

No caso do CRJ, não havia uma política institucional e de gestão consolidadas nem instituídas. Por meio do Comitê Gestor, o processo começaria a ser conduzido de maneira coletiva, ativa, permeável a mudanças e evolução, sujeito a acordos e metodologias em constante definição pelo coletivo: instituinte. A busca era de um imaginário vivo e dinâmico, que ia se consolidando diariamente no espaço, sem se restringir ou se fixar, considerando o passado vivido e lutado pelos que antecederam o marco da abertura do espaço, o presente dinâmico do dia a dia de um CRJ de portas abertas e o futuro que se sonhava. O direito de construir do CRJ que se sonha e se imagina radicalizava a experiência em movimentos de autonomia e participação.

Oportunamente, Córdova (1994, p. 24) adverte que todo o desenvolvimento conceitual que Castoriadis faz sobre o imaginário é “no contexto de uma discussão sobre o projeto de autonomia, eixo central do que ele denominará projeto revolucionário, isto é, o projeto de construção de uma sociedade autônoma”. Nesse sentido, o fazer político é feito a partir das realidades das pessoas envolvidas, de suas múltiplas visões de mundo, da diversidade e pluralidade das suas existências e das suas demandas. Nesse processo, há a intenção de transformação da realidade e, para tanto, o que virá a ser criado, construído, não será necessariamente espelhado no que já existe. O imaginário, antes de tudo, no sentido primeiro em que o utiliza Castoriadis (1982, p. 154), é a “faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que *não são* (que não são dadas na percepção) ou *nunca foram*”.

Já a imaginação radical vai além da mera capacidade de criar imagens ou ideias. Ela representa a habilidade humana de conceber o inédito, de questionar e transcender o existente, de imaginar e criar formas de organização social, valores e significados outros. É a força que nos permite desafiar normas estabelecidas, questionar instituições consolidadas e imaginar futuros alternativos. Quando isso ocorre, a instituição é construída e pensada pelas e para as pessoas e, quando públicas, elas “são criaturas dos homens, individual ou coletivamente, pela superação do imaginário social opressor e mistificador.” (Castoriadis, *apud* Córdova, 1994, p. 11). Mais adiante iremos desenvolver melhor tais conceitos de Castoriadis, conectando-os com as práticas (*práxis*) de gestão e funcionamento do CRJ no seu primeiro ano de funcionamento.

Para seguirmos a narrativa do processo sonho de construção do projeto CRJ é necessário voltar a Freire (2000) que, ao mesmo tempo em que reivindica o sonho e a utopia, não os desvincula do ato de lutar e resistir.

Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não re-conhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos (Freire, 2000, p. 26).

De fato, o sonho de construção do CRJ continuaria sendo luta, como veremos adiante. A observação constante dos contextos, atualizações de perspectivas, envolvimento eventual de novos atores no processo iriam produzir contra sonhos, que viriam a requalificar o sonho original. Parecia que sonhar era, sim, um ato revolucionário.

2.3 Estruturando Sonhos – os contra sonhos

2.3.1 *Uma casa muito engraçada*

Para além dos sonhos, existia uma realidade estrutural do Centro de Referência das Juventudes de BH, no início de 2017, importante de ser considerada e contextualizada.

Quando trabalhei na gestão do *Valores de Minas* tínhamos uma estrutura física, uma equipe profissional e dotação orçamentária previstas e garantidas. O projeto tinha seus objetivos e público-alvo bem definidos. Havia um formato de atendimento e de logística, bem como um projeto pedagógico e artístico. Esses últimos eram bem abertos, e construídos constantemente e cotidianamente no dia a dia com os jovens e com a equipe docente, artística e de gestão. Por sua vez, o *PlugMinas* era um projeto ainda mais estruturado. Ele era considerado um projeto estratégico do governo de Minas e, com isso, além de um orçamento bem robusto, tinha um desenho institucional sofisticado (gestão por meio de parceria com a sociedade civil, na época intituladas de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), e com a iniciativa privada) e um projeto conceitual feito por consultores qualificados, envolvendo instituições reconhecidas, como Instituto Oi Futuro, Fundação Itaú, Sebrae, entre outros.

Já no CRJ, no ano de 2017, não havia quase nada. A começar, não havia postos de trabalho previstos pela gestão executiva municipal. Ou melhor, havia um, o de *gerente do*

CRJ, cargo criado por meio de um decreto municipal,²² e que foi ocupado por anos por quadros ligados às juventudes partidárias do governo vigente na PBH até 2016, sempre com o *CRJ* fechado. Diante da exigência de abrir o espaço – condição presente no Inquérito Civil do Ministério Público – além do cargo de gerente, outros dois cargos foram *arranjados* para o *CRJ*: cargos comissionados oriundos da Fundação Municipal de Cultura do município. Dessa forma, o espaço, com 5.624,46 m² de área construída e uma estrutura de vidro extremamente vulnerável no centro de Belo Horizonte, abriu as portas com três trabalhadores – uma gerente e dois assistentes – atuando no horário de funcionamento do espaço, que era de 09h00 até as 22h00 horas (13 horas por dia). Como a matemática carga/horária de equipe *versus* tempo de funcionamento do espaço não fechava – afinal, os contratos de trabalho previam, no papel, oito horas diárias de trabalho – em poucos meses, após a sua abertura (2016), por meio de um outro arranjo institucional, o *CRJ* conseguiu seis cargos de estagiários de nível superior.

É importante contextualizar a dimensão e especificidades do espaço do *CRJ*, bem como a estrutura disponibilizada pela PBH no ato de sua abertura, para que se compreenda o desafio imposto para que ele tivesse, minimamente, condições de estar aberto ao público. Como dito anteriormente, a primeira missão do Comitê Gestor do espaço foi a realização das ações participativas para a criação do projeto conceito da política pública *CRJ*. Entretanto, tal empreitada caminhava em paralelo à operacional, relativa ao próprio funcionamento do espaço. Considero relevante a apresentação de duas imagens ilustrativas (plantas-baixa) do espaço, dos dois pavimentos do *CRJ*, para auxiliar na compreensão da dimensão e complexidade do equipamento:

Figura 2 - Planta do primeiro andar do *CRJ*

²² Cargo criado por meio do Decreto n. 14.284, de 18 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial do Município (DOM).



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 3 - Planta do segundo andar do CRJ



Fonte: arquivo pessoal

No primeiro pavimento, o espaço possui (colocarei os nomes dos espaços conforme são chamados no CRJ):

1. MemoriHall – hall de entrada do CRJ, que abriga a escultura Memorial Pela Vida da Juventude Negra, onde também são realizados eventos de médio porte para até 100 pessoas;
2. Espaço da Biblioteca Pública Infanto-juvenil da Fundação Municipal de Cultura –

política pública da Fundação Municipal de Cultura, que passou a ocupar o CRJ em 2016;

3. Sala Equipe CRJ;
4. Aquários – Salas de reunião com paredes de vidro com capacidade para até 20 pessoas em cada;
5. Galerias Nath Veigas, Ciço e Romão – galerias abertas multiuso, de diferentes tamanhos. Os nomes Ciço e Romão foram atribuídos de forma aleatória no dia a dia do espaço e foram aderidos naturalmente e a Galeria Nath Veiga tem esse nome em homenagem a uma jovem que ocupou o CRJ durante a Ocupação e morreu subitamente em 2017;
6. Arena Dênnis Barracuda – espaço em formato de arena multiuso com 20 metros de comprimento, arquibancada que comporta até 250 pessoas e uma área interna que possibilita eventos de até 500 pessoas. O nome Dênnis Barracuda é em homenagem a um jovem do mesmo nome que faleceu tragicamente em 2017. “Barracuda” era o nome do seu grupo de dança *Vogue*, que foi um dos primeiros a ocupar diariamente o CRJ quando abriu suas portas; e
7. Auditório – palco com 20 metros de boca de cena, plateia com capacidade para até 250 pessoas, isolamento acústico e ar-condicionado. Possui um amplo espaço de bastidores com acesso aos fundos do palco para ser utilizado como coxias, dois camarins com chuveiro, dois depósitos e uma entrada de veículos para descarga de equipamentos. Conta também com uma cabine nos fundos da plateia para operação de luz e som.

Já no segundo pavimento, a estrutura comporta:

1. Estúdio de música – duas baias com isolamento acústico completo;
2. Sala das Artes – sala de ensaios e oficinas de dança, teatro e atividades corporais em geral, com piso amortecido, pé direito alto, 12x8 m de dimensão, isolamento acústico e ar-condicionado;
3. Duas salas multiuso – com pias para atividades de artes plásticas, tendo um deles o vidro escurecido para atividades de audiovisual;
4. Sala didática – sala com carteiras e quadro;
5. Cozinha oficina – dimensões industriais, com ampla bancada central, quatro pias profundas e gás encanado;
6. Refeitório – espaço aberto com diversas mesas;
7. Sala do PrEP 15-19 UFMG – sala que abriga o projeto PrEP 15-19, iniciativa da UFMG com instituições internacionais de saúde para o atendimento de adolescentes na saúde sexual;
8. Sala equipe – sala para equipe do CRJ;

9. Sala 23 de maio – sala que leva a data da Ocupação do CRJ – dia 23 de maio de 2016 – e é destinada para as reuniões do Comitê Gestor do CRJ, assim como para as atividades promovidas pela equipe do CRJ para as juventudes; e

10. Galeria Juazeiro – amplo espaço aberto no centro do segundo andar. O nome Juazeiro, assim como das outras duas galerias do primeiro andar, foi atribuído de forma aleatória no dia a dia do espaço e foi naturalmente aderido.

Todos os espaços supracitados já estavam mobiliados, em janeiro de 2017, com recursos do governo do estado de Minas Gerais. Sobre o cenário político no qual o CRJ estava inserido, cabe uma breve contextualização a respeito da relação entre o governo do estado e prefeitura de Belo Horizonte na construção do espaço:

[...] governos municipal e estadual se articulavam e estabeleciam entre si acordos e parcerias para a viabilização (um tanto acelerada) do CRJ. Estado e Município firmaram um convênio no início de 2013, que tinha prazo de 24 meses e se destinava a formalizar uma “cooperação mútua” para construir e implantar o Centro. No tempo que esse convênio vigorou, dois termos aditivos foram assinados. Um deles, com data de 07 de novembro de 2013, tinha como objetivo prorrogar o prazo de validade do convênio, mudando de 24 para 48 meses o prazo de execução da obra do Centro (...) (Vieira, 2019, p. 80).

Dessa forma, ainda dentro do orçamento do governo do estado, o mobiliário do CRJ havia sido comprado, entregue e disposto no local. No entanto, em nenhum dos espaços havia qualquer equipamento de multimídia, de som, de projeção nem de iluminação. Na cozinha escola não havia nenhum equipamento eletrodoméstico nem quaisquer utensílios. Havia somente uma geladeira velha, sem plaqueta de patrimônio, que ninguém nunca soube contar como chegou ali. Essa geladeira era usada pelos porteiros, equipe de limpeza, guardas municipais e servidores da Biblioteca Municipal Infantil e Juvenil.

Por falar em equipe de limpeza e portaria, já na sua abertura, o CRJ contava com esses profissionais contratados pela prefeitura por meio da Minas Gerais Administração e Serviços S.A – MGS –.²³ Havia também guardas municipais escalados para atuarem ali todos os dias, 24 horas por dia. Em relação a outros serviços, o CRJ contava com contrato e receita

²³ A definição da MGS, de acordo com seu *site*: “Com 68 anos de fundação a MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A., criada em 18 de janeiro de 1954, é uma sociedade anônima de capital fechado sob a forma de Empresa Pública, orientada pela Lei Estadual nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, e de acordo com seu Estatuto Social. Em projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, dentro do conjunto da reforma administrativa do Estado realizada em 2016, a MGS teve a sua área de atuação ampliada pela possibilidade de prestar seus serviços, também, a nível Federal, além dos Estados, Distrito Federal e Municípios – caput com redação dada pelo artigo da Lei nº 22.257, de 27/07/2016. Disponível em: <https://www.mgs.srv.br/detalhe----da/materia/info/nbsp/6496>. Acesso em: 18 fev. 2023.

prevista para abastecimento de água, luz e manutenção de ar-condicionado e elevadores.

Sendo assim, nos primeiros meses de funcionamento, o Centro de Referência das Juventudes dispunha de uma estrutura mínima necessária para o seu funcionamento. No entanto, ao final de 2017, sem qualquer incremento financeiro ou estrutural significativo, o CRJ estava ocupado por cerca de 500 jovens em diversas atividades, tais como ensaios, encontros, reuniões, mostras, palestras, seminários, atividades formativas e atividades afins. Quando não havia espaço nas salas e espaços fechados, os jovens e coletivos se reuniam em espaços abertos – galerias, refeitório e corredores, negociando, entre eles mesmos, o uso dos espaços e o volume do som. Apesar das limitações de recursos humanos e financeiros, o CRJ aberto, localizado no centro da cidade, estava acontecendo. Essa pulsação e senso de propósito faziam com que os problemas operacionais fossem considerados secundários e o sonho coletivo fosse o mais importante. Muitas vezes nos entre olhamos e pensamos: *parece um sonho*.

2.3.2 *Mania de poder*

Ainda sobre estruturas, é relevante aprofundar-nos em uma estrutura central na condução do primeiro ano de CRJ: o Comitê Gestor. Para tanto, irei remeter à ocupação do CRJ, de acordo com a dissertação de Bruno Vieira (2019), que descreve o evento que culminou na ocupação, no dia 23 de maio de 2016, durante uma reunião extraordinária do Conselho Municipal da Juventude, quando, mais uma vez, a PBH não se comprometeu a realizar o seminário para a construção coletiva do espaço:

As vias institucionais, pelo o que se pode perceber, encontravam-se esgotadas e com isso posto foi necessária uma articulação entre grupos para uma incidência mais expressiva e radical. E a ocupação foi a saída para isso. (...) O #OcupaCRJ reverberou pela cidade e pela região dos municípios próximos, convocando jovens de diversas classes sociais, raças e localidades para habitarem o prédio com as suas respectivas identidades (Vieira, 2019, p.87).

Como já dito, a ocupação durou quase um mês, com intensas negociações entre movimentos juvenis e juventudes ocupantes, prefeitura de Belo Horizonte e, por fim, com o Ministério Público de Minas Gerais. Este, como já mencionado, abriu um inquérito civil contra a PBH, que acabou por gerar o Termo de Pactuação (2016) que, entre outras coisas, exigia que o espaço fosse aberto em 90 dias, após a desocupação (20 de junho de 2016), que o

Comitê Gestor fosse instituído e que fosse realizado um seminário para definir o projeto norteador do CRJ.

A negociação com o MPMG buscava diminuir os riscos de que, após o aceite das demandas dos movimentos juvenis, o poder público responsável pela gestão do espaço voltasse ao seu *modus operandi* de gestão autoritária e, obviamente, não dialógica, alienando mais uma vez as juventudes da construção do CRJ. Havia também a preocupação, por parte das juventudes ocupantes, de que a prefeitura pudesse se valer da cooptação de agentes juvenis dos movimentos sociais para maquiar uma possível abertura ao diálogo e à construção coletiva. A desconfiança e estado de alerta eram tão grandes que, na primeira tentativa de eleição para o Comitê Gestor do espaço, realizada em agosto de 2016, diversos coletivos implodiram a plenária de votação por meio de gritos de xingamentos entre si para provocar seu cancelamento. Naquela época, desconfiava-se que alguns movimentos da sociedade civil estariam atuando de forma não colegiada e pouco transparente no processo de eleição do Comitê Gestor, buscando ocupar espaços de poder no CRJ para fins pessoais e até partidários.

A primeira tentativa de eleição do Comitê Gestor do CRJ ocorreu no segundo dia da também primeira tentativa de realização do seminário do CRJ, ainda em 2016 (cinco meses antes de eu assumir a gerência do espaço). Vieira (2019, p. 90), que estava presente naquele momento, relata que foi um dia de “tensões e discussões internas muito fortes”. De acordo com ele, a juventude organizada ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – União da Juventude Socialista – UJS) foi inabilitada para concorrer a uma cadeira no Comitê Gestor por falta de documentação (um Ato Administrativo publicado no Diário Oficial do Município, publicado em 3 de agosto de 2017, versava sobre os critérios para concorrer na eleição Comitê Gestor do CRJ)²⁴ e, diante disso, interrompeu o seminário para debater tal situação. Os jovens “autônomos”, ou seja, aqueles que não eram ligados às juventudes partidárias, incomodaram-se com o ato e o que seguiu foi relatado por Vieira (2019):

Uma das jovens, negra e moradora de uma das ocupações urbanas de Belo Horizonte, pediu a palavra e solicitou a retirada das bandeiras que estavam no palco do auditório por não concordar com a partidarização do encontro – as diversas entidades presentes, como UJS, são conhecidas por colocarem suas bandeiras onde elas se encontram; não foi diferente no seminário: várias bandeiras de juventudes partidárias de esquerda, principalmente, estavam abertas e bem visíveis ao público. [...] Esse pedido da jovem para retirar as bandeiras partidárias foi o estopim para uma discussão que culminou em confronto físico. Uma agitação tomou conta do auditório e, rapidamente, um dos jovens avessos ao partidarismo de UJS e afins desceu do lugar onde

²⁴ Ato administrativo: resolução da comissão provisória de implementação do centro de referência da juventude nº 001/2016. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/336278>. Acesso em: 27 set. 2023.

estava no auditório e arrancou as bandeiras. Tratava-se de um jovem da cultura rastafári, que se identificava como autonomista (sem vínculos institucionais). Depois disso, só me lembro de eu no meio da multidão tentando separar as pessoas: instalou-se uma briga principalmente entre os autonomistas e os partidários. Os trabalhos ficaram inviabilizados e a eleição do comitê gestor foi adiada (Vieira, 2019, p. 91-92).

Esse relato de Vieira (2019) remete ao que Judith Revel (2022) observa sobre os imbróglis do poder. Em seu artigo “Resistências, subjetividades e o comum”, Judith Revel (2022) revela a necessidade de se criar, no âmbito de uma biopolítica que resista aos dispositivos do poder, “uma articulação entre as singularidades que não deixe qualquer espaço para dispersões individualistas” (p. 107); e que, nesse ensejo, não permita um círculo vicioso de substituição de “um poder” por “outro poder”:

Diante de um dado poder, que me submete e me oprime, eu preciso organizar uma resistência. Mas, definir esta resistência como reação a este poder, como o outro combativo deste poder, acaba por transformá-la no duplo invertido do poder; e nada garante que – no caso de que a resistência prevaleça e consiga reverter o poder – este movimento de sublevação contra o intolerável não acabe dando lugar a um poder até mais cruel (Revel, 2022, p.107).

Revel (2022) questiona a visão convencional da resistência como mera oposição ao poder estabelecido, buscando transcendê-la e voltando-se para estratégias que efetivamente desafiem e transformem as estruturas de poder. Para ela, a resistência pode se tornar autoritária, excludente e exercer controle sobre outros de maneira coercitiva, criando, assim, outro poder que, apesar de ser diferente em termos de retórica e discurso, ainda mantém características de domínio e opressão. Lutar para se libertar é uma coisa, mas construir um sistema político a partir da prática coletiva de liberdade é outra bem diferente, como pontua Revel (2022, p. 107). Por isso é imperativo reformular o ciclo dialético convencional de poder / contrapoder, de modo a adotar uma abordagem que foque na acumulação, no excedente e na introdução de uma diferenciação qualitativa. Esse diferencial qualitativo é um posicionamento no qual a lógica do poder e contrapoder se dá como um movimento de ação, um fenômeno político não somente como uma oposição / reação direta ao poder, mas como um espaço dinâmico de criação e redefinição constante das dinâmicas de poder. Nesse sentido, para que os movimentos de resistência não sejam percebidos – e aderidos – como movimentos sempre reativos e responsivos ao poder e, dessa forma, operem na lógica da estagnação, morte ou da reprodução das próprias lógicas estruturais de (contra) poder, há que se pensar em “dar um salto de qualidade”:

E porque seria melhor, enfim, que a resistência se desse como assimetria, ou seja, que ela afirme sua dimensão positiva, afirmativa e propositiva – em uma palavra, produtiva – para poder expressar sua diferença criativa e sua capacidade em inventar um novo ser (novas formas de vida, novos modos de subjetivação) (Revel, 2022, p. 111).

Após o cenário caótico e o cancelamento do primeiro seminário e da eleição do Comitê Gestor, em agosto de 2016, a Prefeitura de Belo Horizonte, o MPMG e os movimentos das juventudes organizaram outro processo para a eleição dos representantes das juventudes que iriam compor o Comitê Gestor. Em dezembro do mesmo ano, a eleição ocorreu de forma pacífica:

Nova data foi elencada para a eleição do comitê gestor: 17 de dezembro. (...). No dia marcado, os representantes dos grupos compareceram ao auditório do CRJ, onde foi feita a escolha; cada um/a apresentou seu coletivo ou sua entidade e, num processo que lembra as conferências, estimulou as pessoas presentes a votar. (...). Ao final das apresentações, os representantes das instituições/grupos/coletivos foram à urna votar. A contagem dos votos foi feita nesse dia mesmo, de maneira pública e aberta a todos/as/ presentes – cada representante de grupo acompanhou de perto a apuração. Foram eleitas três entidades, todas com representação de pessoas periféricas: o coletivo Pretas em Movimento, a Juventude da Coordenação Nacional de Entidades Negras (JCONEN) e o Instituto Tucum, de Santa Luzia. Dessas, apenas uma é ligada a partidos (a JCONEN ao Partido dos Trabalhadores - PT) (Vieira, 2019, p. 92-93).

Como observa Vieira (2019), a eleição do Comitê Gestor, depois de longos percalços, foi bem-sucedida. Após isso, tornou-se necessário organizar o funcionamento dessa instância de forma coerente em relação ao movimento de ocupação que gerou e precedeu sua existência. Era crucial que o comitê “instituído” não se fechasse em torno de uma estrutura institucional engessada e reprodutora de opressões, contra a qual os movimentos haviam se insurgido. Dessa forma, “qualificar” era a palavra de ordem não apenas para enfrentar as armadilhas do jogo e das relações de poder mas também para o reposicionamento adquirido pelos jovens que, se antes dormiam no chão do CRJ durante a ocupação, agora ocupavam as cadeiras de gestão ao lado dos integrantes do poder público.

Pierre Dardot e Christian Laval (2017), em *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*, atentam para o interesse de Sartre (2002), em *Crítica da razão dialética*, de flagrar o momento específico do surgimento da “instituição”, a partir do momento

imediatamente anterior, ou seja, o do “grupo organizado”²⁵ (Dardot; Laval, 2017). Essa transição representa um ponto de inflexão crucial, no qual o grupo, inicialmente unido por uma práxis comum e estruturado para uma finalidade compartilhada, começa a enfrentar contradições internas que sinalizam a petrificação da prática e o fortalecimento da lógica de integração. Esse processo evidencia a complexidade da interação entre a dinâmica grupal, a autoridade e a estruturação institucional, enfatizando a delicada fronteira entre a práxis comum e as formas estabelecidas de poder e controle presentes nas instituições. Daí nasce a contradição inerente à instituição, enquanto prática e enquanto uma entidade “coisificada” ou “instância” (inerte). A prática institucional busca a organização, a distribuição de tarefas, a resolução judiciosa de disputas e alianças com os aliados escolhidos, resultando na criação de uma “serialidade” e na consolidação de uma nova ordem, caracterizada por sua natureza serial e reprodutiva, porém inerte.

Dessa dialética, Dardot e Laval (2017, p. 342) observam a conclusão sartreana como “o momento da instituição no grupo corresponde à “auto domesticação sistemática do homem pelo homem”, fazendo a instituição representar o ‘momento de degradação comum’”.

Era imperativo que o recém-eleito e recém-instituído Comitê Gestor do CRJ conseguisse superar as possíveis armadilhas que poderiam afetar seu cerne. O cenário era agravado pelo fato de ser uma instância paritária, com cadeiras destinadas a representantes do poder público que, por sua prática e / ou orientação profissional, poderiam induzir e promover formas de operar na racionalidade das instituições estatais; extremamente instrumentais e burocráticas, além de seguirem uma lógica hierárquica que enfatiza a autoridade e a soberania. Portanto, era necessário que fosse dado o tal “salto de qualidade” de Revel (2012); que o “projeto” Comitê Gestor fosse aliado ao projeto CRJ, na medida que ambos estavam em processo de constituição ou, melhor: de instituição.

Pela etimologia latina, “o verbo *instituere* pode significar o ato de estabelecer ou fixar um estado de coisas, o ato de fazer ou empreender, a ação de pôr ou plantar [...]” (Dardot; Laval, p. 336). Nessa linha, o compromisso do Comitê Gestor era desfazer o possível equívoco de que sua “institucionalização” lhe conferisse fixidez, automatismo e

²⁵ Dardot e Laval (2017) resumem o modo de progressão que orienta Sartre dessa passagem do “grupo organizado” à “instituição”. Inicialmente, Sartre analisa os “conjuntos prático-inertes”, que incluem o “serial” e o “coletivo”. O “serial” é uma pluralidade de solidões, como pessoas esperando um ônibus, enquanto o “coletivo” é uma multiplicidade de indivíduos unidos por um objeto material, como operárias em uma fábrica. O grupo se forma como reação a esses conjuntos, definido por uma *práxis* comum para superar a impotência e dispersão da “serialidade”. A análise do grupo segue a do prático inerte, com os grupos sendo “determinações-negações” do coletivo, superando-o e preservando-o. A progressão é dialética, do simples ao complexo, e inclui o “grupo em fusão”, que surge de uma *práxis* comum sem organização, e o “grupo organizado”, que possui divisão de tarefas e aparatos especializados para dirigir a práxis comum.

inorganicidade, uma vez que a primeira e honrada missão que lhe foi outorgada era a de garantir que o CRJ fosse construído com as juventudes da cidade e da RMBH, sob uma perspectiva “radicalmente democrática das singularidades” (Revel, 2022)

O CRJ que se sonhava pautava que o ato de instituir o Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte superasse o pessimismo sartreano, garantindo a persistência das assimetrias e das diferenças, ou seja, fosse um espaço “político, subjetivo e de vida – onde cada um reforça por sua própria diferença a potência desta comunalidade com o outro” (Revel, p. 113).

2.4 Estruturando Sonhos – Com Pedrinhas De Brilhante

Como já mencionado, as Ações Participativas realizadas no CRJ ocorreram entre abril e outubro de 2017, e resultaram na construção de um documento balizador para nortear apolítica pública, intitulado *Projeto CRJ - Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes (2017)*, que, além da apresentação, conta com onze capítulos.

Antes de tudo, é imperativo questionar o fato de que esse documento, fruto dos seminários do CRJ, nos quais centenas de jovens participaram e contribuíram para a concepção e organização da política pública do CRJ – por meio de uma metodologia desenvolvida em colaboração com as juventudes que ocuparam o espaço – jamais foi publicado ou divulgado pela PBH. Enquanto gerente do espaço, solicitei por diversas vezes a impressão e a publicização do documento, mas, em meio a diagramações, revisões, pedidos de novos prazos e preenchimento de vários formulários, isso nunca se concretizou. Nem mesmo a publicação do documento no *site* da prefeitura foi garantida.

Sabemos que se trata de um documento escrito pela sociedade civil e que a prefeitura não pode se responsabilizar inadvertidamente pelo seu conteúdo. Sabemos também que nem a sociedade civil – nem a gestão do CRJ – aceitariam interferências no conteúdo do documento. Por fim, nós mesmos imprimimos nosso projeto na impressora do CRJ e o seguíamos como nosso fundamento e causa.

Para a equipe do CRJ e para seu Comitê Gestor, validar e pôr em prática o conteúdo daquele projeto era um compromisso com a cidade e com as juventudes. Aquele documento representava uma luta de mais de uma década, de muitos corpos e múltiplas vozes que não se calaram. Fruto da frase de ordem “CRJ que sonhamos”; aquelas páginas carregavam mais que diretrizes, missão, visão, plano de ação e projetos. Elas traduziam sonhos. Aspirações individuais e coletivas, de jovens dos quatro cantos da cidade e da região metropolitana. Para

nós, aquela conquista não era uma trivialidade. Afinal, a primeira grande missão do CRJ – tarefa que o poder público municipal e estadual não conseguiram cumprir por anos a fio – havia sido realizada com e pelas juventudes. Esse talvez fosse o aspecto mais valioso contido naquelas páginas. O tão esperado, desejado e sonhado projeto do CRJ havia sido construído, rompendo a dinâmica e o princípio “adultocêntricos” da gestão pública, que, historicamente, pensa e executa políticas públicas *para* as juventudes, sem, na totalidade ou na maioria das vezes, colocá-las no centro desses processos. O projeto que tínhamos em mãos carregava uma singularidade e valor únicos: legitimidade. O que tínhamos em mãos não era um projeto construído para uma juventude abstrata, pensada por especialistas, consultores, governos ou grupos políticos. Apesar de reconhecermos a impossibilidade de abranger todas as juventudes da nossa cidade e região metropolitana (incluindo aquelas que, apesar de serem citadas e pensadas durante os seminários, não estavam presentes nos debates, como a juventude indígena, a juventude com deficiência e a juventude rural), tivemos a satisfação de finalizar a elaboração do projeto do CRJ com um número expressivo de jovens, diversos e plurais, que são aqueles que representaram as juventudes da RMBH, autoras do projeto CRJ.

O próximo item apresenta uma descrição de como foram pensadas e realizadas as Ações Participativas do CRJ, bem como alguns elementos do projeto escrito e sonhado para o CRJ. É importante que esta pesquisa deixe um lastro desse sonho, já que o conteúdo do projeto do CRJ pode desaparecer em possíveis processos de mudanças de governo e discontinuidades. Do ponto de vista das políticas públicas, incluindo a área de concentração desta pesquisa, aposto na relevância de registrar elementos constitutivos do processo de construção do Centro de Referência das Juventudes de BH.

2.4.1 Cola, Desembola e Mostra CRJ - Ações Participativas (o tal seminário)

Para alcançar o objetivo de construir coletivamente um projeto de intervenção para o CRJ, definir os eixos de trabalho, as diretrizes norteadoras e, finalmente, o plano de ação, foram realizadas três ações participativas: os seminários *Cola no CRJ*, o *Desembola CRJ* e o *Mostra CRJ*. O Comitê Gestor e a pequena equipe do CRJ foram os responsáveis por toda produção, articulação, desenvolvimento de estratégia de mobilização, comunicação e divulgação do evento:

As parcerias que dariam sustentação à programação foram articuladas pela equipe organizadora que, ao final, pôde contar com a adesão de mais de 15 artistas e coletivos de arte e de comunicação, além de mais de 25 mediadores, educadores, gestores, pesquisadores, advogados, psicólogos e

representantes governamentais que colaborariam alinhando o Seminário como um todo. A participação voluntária desses profissionais teria papel crucial para viabilizar as ações, visto que o CRJ trabalhava – e ainda trabalha – com uma equipe reduzida e não dispunha de uma verba específica para a realização do Seminário (CRJ, 2017, p. 23).

Os artistas e lideranças ligadas aos movimentos juvenis receberam com entusiasmo a tão esperada efetivação dos seminários e aceitaram irrestritamente contribuir e participar das ações. A presença e participação deles somavam e legitimavam o movimento de construção de um Centro de Referência das Juventudes sonhado coletivamente.

Para balizar o debate sobre o que as juventudes pensavam e queriam para um centro de referência das juventudes, o Comitê Gestor ancorou-se em documentos prévios oriundos de instâncias representativas dos jovens, como os relatórios produzidos nas Conferências Municipais e Estaduais de Juventude, em consonância com as reivindicações históricas dos movimentos das juventudes na cidade.

Inicialmente, os cinco eixos definidos foram: “Arte e Cultura”, “Trabalho e Renda”, “Educação”, “Qualidade de Vida” e “Direitos Humanos”. Entretanto, a Gerência do CRJ e o Comitê Gestor entenderam que para garantir uma ampla atuação do CRJ como um espaço de referência para as juventudes, seria fundamental a criação de um eixo específico para fortalecer as redes de juventude, as formas de financiamento das atividades e o modelo de gestão do espaço. Este seria o sexto eixo e trataria das “Redes, Parcerias e Modelo de Gestão”. A validação dos seis eixos aconteceu durante o “Cola CRJ”. Todavia, nos encontros seguintes, os eixos “Educação” e “Direitos Humanos” foram ganhando contornos mais específicos para atenderem às diretrizes desenhadas para o CRJ e, ressignificados, foram rebatizados de “Educação Social” e “Direitos e Diversidade” (CRJ, 2017, p. 24).

A divisão em eixos tinha como objetivo listar as diferentes áreas temáticas que influenciam a vida das jovens. A escolha dos eixos nos processos participativos de reflexão e debate, geralmente, é determinada pelas subdivisões temáticas das conferências municipais, mas pode, como no caso do CRJ, acrescentar ou qualificar novos eixos temáticos. Em cada eixo, cria-se um grupo de discussão (ou Grupos de Trabalho – os GTs) que debaterá sobre as necessidades e demandas das juventudes naquela área, quais são as mais urgentes, os pontos críticos e possíveis soluções e propostas.

O *Cola no CRJ* foi o primeiro dos três encontros previstos no projeto das ações participativas. O formato proposto foi baseado em práticas lúdicas, processos criativos e grupos de conversação e compartilhamento de saberes. A programação iniciava com um momento chamado *Okupa*, que incentivava o público a ocupar todos os espaços do CRJ com

cartazes, faixas, balões, desenhos, instalações, palavras e imagens que ilustrassem as lutas das juventudes, suas causas prioritárias, ou simplesmente registrassem o que cada um gostaria de deixar ali. Foram ofertadas oficinas de elaboração de cartazes, lambe-lambe, tipografia e carimbos. Uma frase, impressa no *flyer* com a programação do evento, dizia: *Cole na parede o seu sonho coletivo para o CRJ!* Em um segundo momento, no auditório do espaço, foi programado o *SarauFest*, espaço aberto e coletivo para as diversas vozes, rimas e depoimentos, em formato de sarau. Em seguida, diversas lideranças juvenis ocuparam o palco e abriram as rodadas de discussão sobre os eixos temáticos pré-definidos, que se iniciaram coletivamente, para, em seguida, serem debatidas em grupos menores, os Grupos de Trabalho (GTs):

[...] foram formados cerca de oito grupos de trabalho (GTs), cada um com aproximadamente 25 pessoas, mediados por uma dupla de jovens ativistas. A condução dos trabalhos nos GTs consistiu na execução de duas tarefas: a primeira, apresentar os eixos ao grupo e realizar dinâmicas para estimular os participantes a debater por cerca de 15 minutos cada tema. Enquanto isso, o segundo mediador faria o registro, por escrito, das principais informações que seriam, posteriormente, repassadas à equipe organizadora. As duplas poderiam se alternar na execução das tarefas, estando livres para fazê-las conforme suas habilidades. (CRJ, 2017, p. 24).

Por fim, os grupos apresentaram um painel que resumia os pontos mais importantes que apareceram durante o debate e, para fechar a programação, foi realizada uma *batalha do conhecimento* – uma modalidade dentro das batalhas de rima do rap – sob o tema *CRJ que sonhamos*:

O formato da Batalha do Conhecimento difere das batalhas de rima, berço de grandes nomes do rap nacional como Emicida e Max B.O., porque o objetivo não é construir rimas com base em ataques aos adversários e, sim, em temas propositivos pré-definidos. O público escreve diversas palavras em um quadro e o MC precisa rimar em cima delas, acompanhado de um beat, dentro de 40 segundos (Damasceno, 2021).

Amplamente divulgado e aberto às juventudes, grupos, coletivos, sociedade civil e poder público, o *Cola no CRJ*, contabilizou cerca de 250 participantes com representatividade concentrada entre os belorizontinos, mas também obteve pulverização na RMBH. Cerca de 190 pessoas responderam ao questionário aplicado pelos estagiários do CRJ no evento.²⁶ A maioria dos participantes tinha idades entre 16 e 25 anos, e 49% deles eram do sexo feminino

²⁶ Essas informações constam no documento final do projeto “CRJ - Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes” (2017).

e 76% negros (60% declararam-se negros e 16% pardos). A escolaridade permaneceu equilibrada entre estudantes do ensino médio incompleto / completo e estudantes do ensino superior incompleto / graduado. As informações sobre a faixa etária, gênero e raça eram relevantes para o Comitê Gestor e gestão do CRJ, pois identificava se os seminários estavam conseguindo assegurar a presença e participação das juventudes mais subalternizadas, ou seja, aquelas que são público prioritário do CRJ. Para garantir a presença desses jovens, foi fundamental oferecer alimentação e auxílio transporte a todos os participantes. Esse foi um ponto de grande insistência durante o planejamento e produção dos eventos: as juventudes periféricas e de baixa renda não possuíam recursos para se deslocar até o centro da cidade. Garantir e informar sobre o fornecimento de lanche e vale transporte para os participantes do seminário aumentava exponencialmente a probabilidade de participação das juventudes no evento.

Ao final do *Cola no CRJ*, os jovens presentes foram convidados a participarem da segunda etapa dos seminários, que aconteceria no final de semana seguinte: o *DesembolaCRJ*. A estratégia para a segunda ação participativa era pegar carona na mobilização realizada para o *Cola CRJ* e fazer uma triagem para reunir um grupo com disponibilidade, interesse e disposição para uma imersão de dois dias – sábado e domingo – nos turnos da manhã e tarde. Com adesão juvenil garantida, os GTs do *Desembola CRJ* tiveram o auxílio da mediação de especialistas nos temas, além de palestras elucidadoras sobre o genocídio da juventude negra no Brasil – apresentada pela pedagoga e ex-ministra do *Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos*, Nilma Lino Gomes – e sobre os indicadores do *Índice de Vulnerabilidade Juvenil da PBH*, o IVJ-BH.²⁷ Os participantes foram divididos em seis Grupos de Trabalho, que discutiram os eixos *Arte e Cultura*, *Trabalho e Renda*, *Educação Social*, *Qualidade de Vida*, *Direitos e Diversidade*, e, por fim, *Redes, Parcerias e Modelo de Gestão*, validados no seminário anterior. O objetivo foi aprofundar o debate sobre esses eixos temáticos a partir dos conteúdos discutidos no *Cola no CRJ*. Um documento orientador foi elaborado pelo Comitê Gestor e pela gestão do CRJ para os mediadores, contendo orientações metodológicas e sobre as entregas mínimas necessárias por Grupo de Trabalho. A orientação era para que os grupos abrissem os trabalhos com a leitura coletiva e

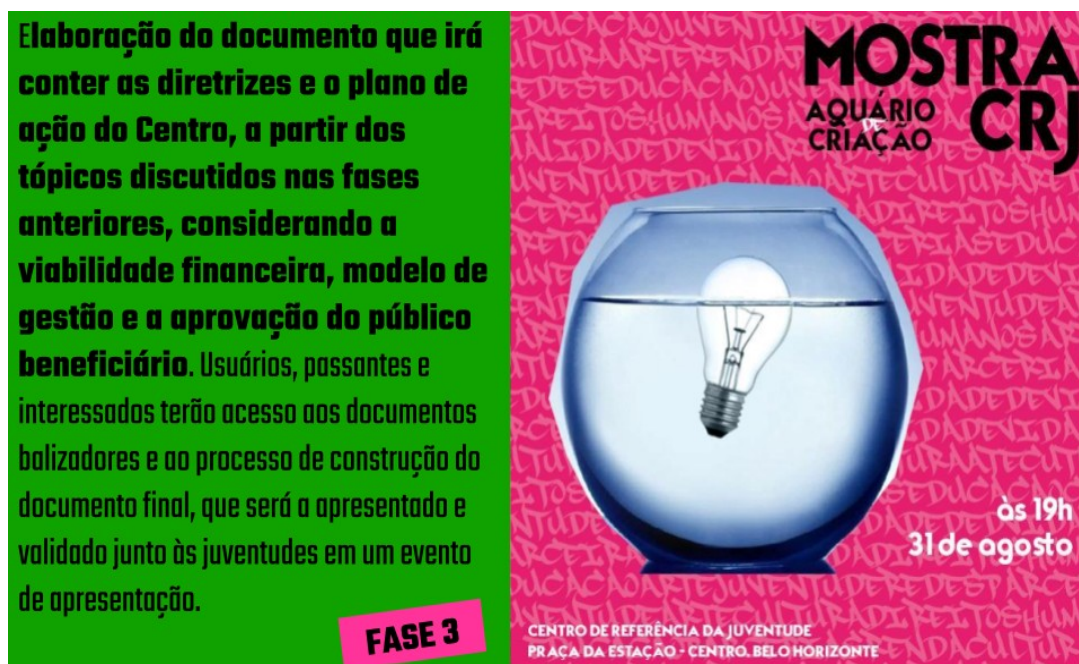
²⁷ O Índice de Vulnerabilidade juvenil de Belo Horizonte (IVJ-BH) é um instrumento de apoio ao planejamento e ao monitoramento das políticas públicas municipais voltadas para o público jovem e foi desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP-UFMG. No site da PBH, é informado que ele é “composto por sete indicadores de vulnerabilidade juvenil, o índice varia entre 0 e 100 e permite identificar os territórios da cidade nos quais os jovens estão em situação de maior vulnerabilidade (ÍNDICE..., 2018). O relatório e mais informações estão disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-de-belo-horizonte>.

discussão do material produzido no *Cola no CRJ*, a partir do registro escrito das discussões realizadas, bem como as deliberações oriundas da 5ª Conferência Municipal de Juventude de Belo Horizonte. Também foi incentivado o debate, aprofundamento e conceitualização dos temas e subtemas que deveriam integrar cada eixo, bem como uma escala de priorização. Além disso, foram propostas ações e projetos com o intuito de atender às prioridades estabelecidas para cada eixo e / ou alcançar os resultados desejados por tema. Ao término do seminário, realizou-se um painel para apresentar os trabalhos desenvolvidos nos Grupos de Trabalho (GTs).

Cerca de 80 pessoas compareceram nos dois dias, e desses, 61 responderam ao questionário de perfil do público aplicado durante o evento. Entre os presentes, havia um equilíbrio de gênero, 47% feminino e 46% masculino. A maior parte se declarou negra, 60% (57% de pretos e 3% de pardos), com brancos totalizando 31%.

Por fim, a terceira ação participativa, o *Mostra CRJ*, realizada quatro meses depois do *Desembola CRJ*, iniciou os trabalhos convocando uma plenária para a retomada das propostas, realizou encontros temáticos para a sistematização dos eixos trabalhados nos encontros anteriores e criou o ambiente *Aquário de Criação*, uma sala de reunião do CRJ cercada por paredes de vidro, produzida com cartazes e *post-it notes* gigantes, com textos sobre a primeira versão da sistematização do projeto. A Figura 4 apresenta um dos *slides* produzidos:

Figura 4 - Seminários do CRJ



Fonte: produção da autora.

Como registrado no documento final do projeto do CRJ:

O objetivo do Aquário foi de afirmar com os jovens a coautoria do Projeto estando eles livres para interferir, argumentar, construir e reconstruir junto, dando visibilidade à construção participativa realizada nas etapas “Cola” e “Desembola” além de trazer para dentro do CRJ os resultados das ações, o que facilitaria o acesso e o envolvimento de antigos e novos participantes. Como em um work in progress, o Aquário de Criação simbolizou o “espaço concreto” das ideias e visou estimular os frequentadores do CRJ a se envolverem na elaboração dos desenhos de projetos (CRJ, 2017, p. 26).

Ao final das três ações participativas e com o vasto material acumulado, por meio da colaboração mais de 350 pessoas, o projeto do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte foi sistematizado e uma minuta do documento foi finalizada e enviada aos colaboradores do evento e, após suas contribuições, validada.²⁸

2.4.2 Enfim, um projeto feito e validado pelas e com as juventudes

O documento intitulado *Projeto CRJ – Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes* (2017) informa, no seu capítulo de apresentação, que o objetivo das ações participativas foi a discussão em torno dos eixos de atuação do Centro por meio da escuta e

²⁸ Como já informado, o documento balizador para nortear a política pública CRJ, intitulado *Projeto CRJ – Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes* (2017), nunca foi publicizado. É importante para estapesquisa que ele seja um anexo como forma de registro e divulgação do seu conteúdo.

construção coletiva e “levando em consideração a pluralidade das vozes das juventudes e a partir da demanda dos movimentos juvenis” (CRJ, 2017). Em seguida, um breve capítulo intitulado *Sobre as Juventudes* contextualiza a noção de jovem como sujeito de direitos e ressalta a enorme diversidade existente entre as juventudes, que pode ser caracterizada por raça, gênero, etnia, orientação sexual, regionalidade, aspectos socioeconômicos, meio urbano e rural, entre outros inúmeros fatores: fato do qual deriva o uso da palavra juventude no plural – *juventudes* – no sentido de representar essa gama de sujeitos na categoria “jovem”.

Vale reproduzir o parágrafo que reivindica os jovens como sujeitos sociais:

Apela-se para o reconhecimento do jovem enquanto sujeito, o que significa: i) tratar o jovem como jovem, ou seja, sujeitos que vivenciam uma fase importante da vida, fundamental para a sua formação, com necessidades próprias dessa fase; ii) conhecer com profundidade os jovens sujeitos com os quais lidamos, não os reduzindo a uma questão etária, como fazem certos programas e projetos de juventude; iii) não considerar a juventude como “classe” homogênea é fundamental para a diversidade e, por consequência, para o desafio em lidar com as diferenças; iv) lidar com o sujeito jovem é, também, assumir o compromisso de lutar pela juventude como um direito de ser e de viver dos jovens conforme preconiza o Estatuto da Juventude (2013); v) compreender o jovem como sujeitos ativos, atores de suas próprias histórias, que refletem sobre as suas condições e experiências de vida, responsáveis por seus posicionamentos e opiniões sobre si mesmos e sobre o mundo, donos de seus próprios desejos e propostas de melhoria de vida; por fim, pessoas com capacidade de agência e com autonomia; vi) compreender o jovem como sujeito de desejos é entender que o desejo, ao lado da oportunidade, é a força motriz de qualquer ação (CRJ, 2017, p. 7).

É relevante referenciar um importante e emblemático artigo sobre as juventudes, de autoria de Juarez Dayrell (2003), fundador do Observatório da Juventude da UFMG, publicado *online* na Revista Brasileira de Educação, que marca a ampliação do conceito e noção de *juventude* para *juventudes*, no plural, de modo a realçar a heterogeneidade de modalidades de ser jovem que coexistem. Para Dayrell (2003), a juventude é concebida como uma faceta integrante de um processo de constituição de sujeitos que transcende sua singularidade, embora mantenha especificidades determinantes em suas trajetórias individuais. Representa um momento delineado, mas não se restringe a uma mera transição, ostentando uma relevância intrínseca. Esse processo é sensivelmente influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das interações que esse meio proporciona. Dessa forma, “é nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social” (Dayrell, p. 42).

Sobre a noção de sujeito social, Dayrell adota a definição de Charlot (2000, p. 33), que vê o sujeito como um ser humano com historicidade, desejos, e em relação com outros seres humanos. O sujeito é social, com uma origem familiar e um lugar social, e é singular, com uma história e uma interpretação própria do mundo. Charlot argumenta que o sujeito é ativo e “age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere” (Charlot, 2000, *apud* Dayrell, 2003, p. 43). O desenvolvimento das potencialidades humanas depende da qualidade das relações sociais e do meio social concreto em que se insere e, por mais que o autor concorde que todo ser humano é sujeito, ele destaca que há várias maneiras de se construir como sujeito, especialmente em contextos de desumanização: “não é que eles não se construam como sujeitos, ou o seja pela metade, mas, sim, que eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem” (Dayrell, 2003, p. 43).

Voltando ao documento em questão, o capítulo seguinte é intitulado *Juventudes em Belo Horizonte: lutas e conquistas*; nele há a descrição de alguns marcadores históricos importantes da história de luta pelo CRJ até a sua ocupação e consequente instituição do Comitê Gestor. Um dos parágrafos desse documento chama a atenção e vale ser registrado:

É preciso destacar que a Ocupação do espaço do CRJ, mais do que uma tomada de território, representou um marco na construção de novas relações entre os jovens e a PBH. Desobediência civil, negação das formas de representatividade, descrédito da política, dos sindicatos e das diretorias, as ocupações que se espalharam por todo o país significaram verdadeiros gritos de socorro da sociedade clamando para a construção de novas dimensões sociais, horizontalidade de relações, participação política, dentre outras questões que abordaremos com mais atenção no próximo tópico (CRJ, 2017, p. 9).

É interessante observar a dimensão cidadã reivindicada pelas juventudes nesse trecho destacado, associando o ato de ocupar o CRJ à consequência de transformar-se em um ator político, não só na construção do CRJ, mas na relação com a gestão municipal. Nesse sentido, a ocupação representa uma forma de exercício de cidadania ativa, que naturalmente reconhece a ineficiência da participação política por meio da democracia direta e representativa (Copatti, 2010) e coloca o jovem a questionar “quem é o povo, e onde está o povo, nessa forma de organização em que o ente político é objeto, e não sujeito, e se viu privado, pela extorsão política, da titularidade de suas faculdades soberanas”? (Bonavides, 2003, p. 27, *apud* Copatti, 2010, p. 87). Essa indagação se apresenta propícia para inserir a democracia participativa na órbita do exercício pleno da cidadania e da soberania do povo. O modelo democrático do

Estado, no qual a essência da democracia está na concessão de poder ao eleitorado para que este eleja seus representantes, não pode mais ser tomado como suficiente, na medida que “serve como um fomentador de desigualdades, acirra as competições eleitoreiras e faz com que o povo abra mão da sua capacidade decisória, entregando-a para um governo, muitas vezes desconectado da realidade” (Copatti, 2010, p. 87). Assim, o exercício da democracia centrada na soberania popular pressupõe a participação ativa do indivíduo no processo decisório político, destacando a importância da voz e engajamento do cidadão. Para Bonavides (2003, p. 283), a essência da democracia é a participação:

Quem diz democracia diz, do mesmo passo, máxima presença de povo no governo, porque, sem participação popular, democracia é quimera, é utopia, é ilusão, é retórica, é promessa sem arrimo na realidade, sem raiz na história, sem sentido na doutrina, sem conteúdo nas leis (*apud* Copatti, 2010, p. 88).

O capítulo seguinte do documento avança ainda mais na reflexão sobre as ocupações dos espaços públicos, citando as jornadas de junho de 2013²⁹ e as posteriores ocupações das escolas e equipamentos públicos, entre 2015 e 2016³⁰ (ano da ocupação do CRJ), concluindo que tais feitos “marcaram um momento crucial na história política brasileira, pois trouxeram à tona inúmeras reflexões acerca do sistema político formal, bem como da relação entre Estado e sociedade no país.” (2017, p. 13).

Em seguida, o texto trata de um pequeno capítulo sobre as Políticas Públicas de Juventudes (PPJ), no qual se explicita a importância de políticas públicas não só universais, mas setoriais, que visam olhar e atender a um público específico, com realidades e demandas também específicas. Há também reflexões sobre a importância das ações afirmativas, voltadas para grupos subalternizados que não possuem respaldo institucional na garantia de seus direitos. Há, neste capítulo, um parágrafo que busca definir o CRJ dentro da pauta PPJ e ações afirmativas:

²⁹ As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil foram uma série de manifestações populares que começaram em São Paulo e se espalharam por várias cidades do país. Inicialmente, os protestos foram motivados pelo aumento das tarifas de transporte público, mas rapidamente se expandiram para incluir uma ampla gama de reivindicações, como a melhoria dos serviços públicos, a luta contra a corrupção e a insatisfação com os gastos públicos na preparação para a Copa do Mundo de 2014.

³⁰ No texto do projeto do CRJ, atribui-se às movimentações de 2013, as posteriores manifestações de 2015 e 2016, caracterizadas pelo processo político da ocupação de espaços (escolas, equipamentos, praças públicas): “é incontestável que os protestos revelaram novas formas de relação do indivíduo com a coisa pública. Se naquele momento, as novas formas estavam sendo vivenciadas e se justificavam por uma conjuntura de reivindicações macrossociais e sentimentos de mudança política, hoje, é fato que a experiência foi apreendida”(CRJ, Centro..., 2017, p.13).

Neste mesmo sentido, o Centro de Referência da Juventude de BH, único exemplar em meio aos mais de 800 municípios de Minas Gerais, não poderia deixar de olhar para todos os jovens, mas, em especial, para aqueles que têm suas vidas marcadas por desigualdade de oportunidades, discriminações, violências, violações e opressões. Para o CRJ, não basta a construção de políticas públicas superficiais, que não considerem, por exemplo, o histórico cultural de cada identidade; é preciso ir além, desconstruir antigas relações sociais, modificando as fontes que produzem as desigualdades (CRJ, 2017, p. 14).

Após o capítulo que anuncia em seu título *O papel do CRJ* que, além de descrever os seminários, busca dar pistas sobre o projeto a ser desenvolvido no espaço. O documento traz um capítulo intitulado de *Diagnóstico da situação juvenil* que traz importantes informações e dados sobre as juventude no âmbito nacional:

[...] o Estado brasileiro, de acordo com o CEPAL, investe insuficientes 11% para políticas públicas nesta faixa etária, um déficit de 50% em relação a outros grupos etários se considerado o seu peso demográfico. Dados das pesquisas citadas revelam que a cada dois desempregados hoje no Brasil, um é jovem. A respeito dos jovens que estão empregados, 65% estão trabalhando na informalidade. A cada três presos hoje no Brasil, dois deles são jovens. Segundo o DataSUS (2012-Brasil), a principal causa mortis entre jovens de 15 a 29 anos é o homicídio, em 2012 foram 30 mil jovens assassinados. O número de homicídios de jovens negros é três vezes maior do que de jovens brancos (CRJ, 2017, p. 31).

Em seguida, são apresentados dados de Belo Horizonte que, de acordo com o CENSO 2010, alcançou pouco mais de 2 milhões e 500 mil pessoas; cerca de 632.250 mil desse contingente são jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que representa 26,6% das pessoas residentes no município. Dessa estimativa de jovens, 13,65% são mulheres e 12,95% são homens. O recorte racial, que é crucial, no que diz respeito aos jovens no Brasil, é discutido conjuntamente com um dos mais marcantes sintomas do racismo estrutural do nosso país, o genocídio da juventude negra, que, em alguns países do hemisfério sul, é denominado “juenicídio”.³¹ O índice nacional de homicídios, de acordo com o estudo local de 2012, da FLACSO, informa que, para cada homem branco assassinado, pelo menos três negros são mortos.

³¹ De acordo com o "Dicionário Desenvolvimento e Questão Social. 110 problemáticas contemporâneas", o termo juenicídio foi cunhado pelo professor e pesquisador mexicano José Manuel Valenzuela Arce (2016) e "o conceito de juenicídio refere-se não só ao fato de arrancar fisicamente a vida de jovens (Valenzuela Arce, 2015), mas também ao processo de criação e execução de dispositivos envolvendo precarização sistemática, ou seja, gerando repetidas e organizadas situações de vulnerabilidade econômica, sociais e fatores culturais que ameaçam a população jovem" (Calazans, 2020, p. 390).

A prefeitura de Belo Horizonte, em dezembro de 2016, elaborou e divulgou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte (IVJ-BH), para salientar dados que agravam ainda mais o diagnóstico da juventude da capital mineira. A iniciativa é resultado de um grupo de trabalho intersetorial que reuniu dados de diferentes áreas em todo o território municipal, avaliando a dimensão social e outros fatores ligados à juventude. O índice compõe o “Cidade para Todos”, uma das áreas do Plano Estratégico BH-2030, e permite o monitoramento das ações em andamento, contribuindo também para a melhoria do acesso do público jovem aos recursos de educação, saúde, segurança e inserção econômica da cidade:

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil é composto por sete indicadores: o percentual de população jovem de 15 a 29 anos (baseado no ano de 2010), o percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham (2010), a renda domiciliar média (2010), a taxa de abandono escolar no ensino médio (2013-2015), taxa de distorção entre idade e série (2013-2015), a taxa média de homicídio da população masculina com idade entre 15 e 29 anos (2013-2015) e a taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos. Foram realizados diagnósticos nos 40 territórios do mapa de Belo Horizonte, os estudos possibilitaram a criação de mapas temáticos para cada um dos indicadores e, agora, é possível verificar as áreas que possuem as situações mais frágeis. A reunião de todos esses dados gerou o indicador final, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte, que varia de 0 a 100 pontos, e quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade do território (CRJ, 2017, p. 35).

O IVJ foi, durante os anos em que estive na gestão do CRJ, um instrumento referencial importante para identificar os jovens moradores das regiões com os maiores índices de vulnerabilidade juvenil como públicos prioritários da política pública. De acordo com o texto final:

É este jovem o principal beneficiário das atividades a serem desenvolvidas no Centro de Referência da Juventude. Suas expectativas, suas necessidades, sua escola, sua família e sua comunidade, também, devem estar refletidas nas diretrizes norteadoras da política pública de juventude CRJ (CRJ, 2017, p. 36).

Nesse mesmo capítulo, *Diagnóstico da situação juvenil*, ainda são disponibilizados dados estatísticos sobre mulheres e a população LGBTI+, com as referências do recorte jovem (até 29 anos) dessas categorias sociais. Ao final da explanação, indica-se que ambos os públicos devem também ser considerados como prioritários no atendimento do CRJ.

Após este capítulo, todo o conteúdo do documento *CRJ - Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes* é dedicado ao que foi construído coletivamente nas Ações

Participativas e sobre o que deveria vir a ser o Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte, o “CRJ que sonhamos”.

Intitulado *Princípios, Diretrizes e Objetivos para o CRJ*, o primeiro parágrafo desse capítulo discorre sobre o enunciado: “O que rege o CRJ?”, que uma recomendação:

Para todos os cidadãos que, por vontade de participação social ou por atuação profissional, venham a se envolver com a elaboração, gestão e avaliação dos projetos e ações destinados ao público do CRJ, é fundamental que tomem conhecimento sobre este conjunto de propostas regimentais e que atuem para o seu fortalecimento (CRJ, 2017, p. 36).

É importante enfatizar a recomendação supracitada, para dimensionar a relevância e legitimidade do conteúdo do documento construído pelas e com as juventudes no primeiro ano de funcionamento do espaço. Não foi à toa que o norte para a gestão do CRJ nos anos seguintes tenha sido o documento em questão.

Nesse mesmo capítulo, estão presentes: os *princípios gerais*;³² a *missão*;³³ a *visão*;³⁴ as *diretrizes gerais*³⁵ e os *objetivos gerais*³⁶ do CRJ, de forma detalhada. Olhando em

³² Princípios gerais do CRJ: 1. Reconhecimento dos jovens, com idade entre 15 e 29 anos, como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares; 2. Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva das juventudes; 3. Reconhecimento da importância da igualdade de oportunidades, do bem-estar, da consciência cidadã, da comunicação, da experimentação e da inovação para o desenvolvimento das potencialidades dos jovens; 4. Estímulo e apoio ao diálogo e ao convívio social entre os jovens e as demais gerações; 5. Valorização da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; 6. Fortalecimento e articulação de redes de apoio para as juventudes; e 7. Estímulo à consciência política e à participação social dos jovens na construção de políticas públicas destinadas às juventudes.

³³ Missão – Ser um espaço colaborativo e participativo de oportunidades qualificadas para as juventudes e diversidade da Grande BH, atendendo prioritariamente jovens em situação de vulnerabilidade, contribuindo para que se tornem cada vez mais conscientes e aptos na conquista de seus direitos, da sua autonomia e da sua emancipação no seu percurso de inserção social, política e econômica.

³⁴ Visão – Ser, até 2030, referência no atendimento ao jovem da Grande BH, quanto à experimentação de direitos, à gestão participativa, acesso à cultura, à educação, à capacitação profissional, ao lazer e à cidadania.

³⁵ Diretrizes gerais – Se tornar um centro de reverberação das demandas das juventudes da RMBH, com foco nas juventudes negra, pobre, LGBT e mulheres, dando suporte e contribuindo para que os jovens conquistem seus direitos e se tornem cidadãos plenos e autônomos para realizarem seus projetos de vida.

³⁶ Objetivos gerais – 1. Atender, comunicar e estimular os jovens beneficiários do projeto, e visitantes, sobre os serviços disponíveis, atividades e redes de juventudes promovidos no Centro, além de orientar sobre os cuidados que devem ser tomados na utilização do espaço físico e da infraestrutura local; 2. Acolher, orientar, integrar e encaminhar os jovens que necessitam de atenção especial para redes de apoio, garantindo um atendimento adequado, com linguagem apropriada à faixa etária e às suas especificidades, visando o cumprimento de direitos nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental; 3. Dar suporte, contribuir e incentivar por meio de editais públicos, a realização de atividades de formação cidadã, educacional, cultural, profissional, esportiva, de lazer, entre outras; 4. Estimular o diálogo entre grupos juvenis de diferentes ideologias, a favor da construção democrática por um CRJ político, apartidário e laico; 5. Articular e ampliar o diálogo entre jovens e atores de outros setores, e das demais gerações, que atuam diretamente no universo das juventudes, contribuindo para a sensibilização sobre a condição juvenil e para uma atuação qualificada com o jovem; 6. Contribuir para que jovens se conscientizem sobre a importância da participação social nos espaços de disputa política, seja de forma direta ou por meio de suas representações; 7. Articular a intersetorialidade para promover a transversalidade entre políticas, programas, projetos e ações de, com e para as juventudes; e 8. Articular e dar suporte para a criação de redes de apoio às juventudes.

retrospectiva e sob outra perspectiva, percebo que o documento traz, em relação ao CRJ, os princípios, as diretrizes e os objetivos gerais da política pública. Não me vem à memória o que, na nossa cabeça, distinguia princípio de diretriz e de objetivo. Por mais que fique evidente no texto a diferenciação entre esses tópicos, não consigo me lembrar do porquê da escolha de tais nomenclaturas e categorias.

Retomando os capítulos, na sequência, foram descritas as diretrizes gerais com os objetivos para cada eixo de atuação do CRJ discutidos nos GTs das ações participativas – Arte e cultura, Trabalho e renda, Educação social, Direitos e diversidade, Qualidade de vida e Redes, parcerias e modelos de gestão. Durante a etapa *Mostra CRJ*, além do “aquário de criação”, na sala de vidro localizada no centro do CRJ, onde reuniões e encontros espontâneos eram realizados com os usuários do CRJ, realizamos algumas oficinas de elaboração de projetos, com foco nos jovens que já ocupavam o espaço ou pertenciam a algum grupo, coletivo, *crew*, movimento de jovens. As oficinas objetivavam o desenvolvimento de ações / projetos nos eixos de atuação do CRJ, a partir dos princípios e objetivos de cada um. Sempre em grupos, os jovens desenvolviam suas propostas de ações ou projetos a partir das seguintes perguntas: O que é a ação / projeto? Como isso é feito? Qual é o público-alvo? Qual é a duração? Quais as etapas? Quais materiais são necessários? Qual infraestrutura? Pessoal? Estimativa de custo?; entre outras afins.

Ao final das oficinas, 21 propostas de projetos foram desenhadas e inseridas no projeto do CRJ, que estão presentes no último capítulo do documento. A partir de 2018 (o *anoun*, que já era o segundo ano), todos os projetos desenvolvidos pelo CRJ foram baseados nessas propostas. No parágrafo que antecede a apresentação dos projetos, observa-se:

Com o objetivo de responder às diretrizes e aos objetivos do Projeto, apresentamos aqui 21 propostas de projetos para o CRJ. Entretanto, estes não são projetos acabados, são esboços de ideias sólidas, construídas a várias mãos, porém, são 21 projetos abertos que, antes de serem implementados, deverão ser discutidos um a um com as juventudes para o seu acabamento. Este mecanismo de preparação e acabamento das atividades permite que a participação e a atuação dos jovens sobre os projetos do CRJ nunca pare. Jovens como os agentes responsáveis por mover as engrenagens do espaço e por reger o tempo dos acontecimentos. Emancipação. Boa sorte a todos! (CRJ, 2017, p. 50).

É importante registrar que as Ações Participativas do CRJ foram a primeira ação do Comitê Gestor e isso foi determinante para a compreensão da sua razão de existir. Em vez de ser uma instância que esperasse da administração pública a criação dos processos participativos com as juventudes e que, sob o poder de sua institucionalidade, cumprissem o

papel de regular e garantir que tais ações fossem empreendidas, o Comitê Gestor do CRJ tomou para si tal empreitada, assumindo-se como criador do projeto CRJ. Em suas primeiras páginas, um aviso:

O Projeto que apresentamos aqui trata, sem sombra de dúvidas, da transposição da teoria sobre ‘o jovem e as juventudes’ para a prática cotidiana de cidadãos vivendo em sociedade. Propomos aqui a urgente implementação de um Projeto construído pelas juventudes para as juventudes que nasce com a força da coletividade, com potencial para ir além das políticas públicas emergenciais. Um Projeto que conta com apoio e força suficientes para plantar no coração da cidade a postura ética a que as juventudes têm direito. (CRJ, 2017, p. 7).

Não é exagero afirmar que chegar ao final do *ano zero* (2017) com nosso projeto-sonho em mãos (e quantas mãos!) foi um feito que determinou a força e a potência do que estava virando o CRJ para as juventudes, para a cidade, para diversas instituições que começaram a procurar o CRJ para parcerias e, por fim, para a prefeitura de Belo Horizonte. Para essa, o CRJ desestabilizava suas estruturas sólidas. E isso era muito bom.

O próximo capítulo aprofundará nessa questão colocada.

3 O AVESSO DA CARTILHA

3.1 Como formular e, ao mesmo tempo, implementar uma política pública

No livro *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*, Lotta (2019, p. 19) define que os estudos sobre implementação de políticas públicas configuram-se como parte do campo de análise dessas políticas, que foca no seu momento de materialização. De acordo com Souza (2003, *apud* Lotta, 2019), para fins analíticos, cabe considerar as políticas públicas inseridas em um ciclo composto por quatro fases: agenda, formulação, implementação e avaliação.

Na fase da agenda, são definidos os temas prioritários para o Estado, quando cabe também a análise de como e por que esses temas ganham atenção governamental ao longo do tempo. A formulação é o momento em que as políticas são planejadas e seu formato e objetivos são decididos. Os processos de análise dessa última fase buscam entender como as políticas públicas foram formuladas, quem participou desse processo, e “[...] em que medida a formulação é radical ou incremental, o papel das coalizões, entre outros aspectos” (Souza, 2003, *apud* Lotta, 2019, p. 13). A terceira fase, a implementação, transforma os planos em realidade, ao envolver ação de burocratas e instrumentos estatais, com análises focadas nas discrepâncias entre formulação e execução (Hill; Varone, 2016, *apud* Lotta, 2019). Por fim, a fase de avaliação é aquela em que os resultados das políticas públicas são medidos. Os estudos sobre esta fase buscam compreender os diferentes instrumentos de avaliação utilizados, os resultados alcançados em várias dimensões (eficiência, eficácia, efetividade etc.), os atores envolvidos na avaliação, os mecanismos de *feedback*, entre outros aspectos.

Observe-se que o segundo capítulo desta pesquisa apresentou os diversos elementos constitutivos da política pública Centro de Referência das Juventudes de BH, no que se refere a como ele se tornou uma agenda no governo municipal e estadual (fase que durou quase dez anos, entre os anos de 2006 e 2016) e como, por meio das ações participativas e do seu Comitê Gestor, seu projeto base foi construído (durante o ano de 2017).

Seguindo o ciclo das fases apresentadas por Lotta (2019) para a criação de políticas públicas, esse último foi o momento da formulação da política pública CRJ, que foi concluída no final de 2017. No final do capítulo 2, há uma retomada à particular cronologia temporal adotada pela gestão do CRJ na contagem dos anos e fases previstas para a implementação do CRJ: o ano de 2017, o da formulação da política, foi chamado de *ano zero – formato*

experimental; e o ano 2018 de *ano um - formato piloto*. Em regra, a fase de formulação das políticas públicas antecede a sua implementação. Todavia, no caso do CRJ, o espaço foi aberto ao público e seu Comitê Gestor recusou o projeto formulado pelo executivo municipal, o que acarretou meses de trabalho coletivo com as juventudes para a elaboração de um projeto que fosse pensado (e sonhado) pelos jovens. Dessa forma, o ano da abertura do espaço (2017) foi classificado não como o primeiro ano do CRJ, mas, sim, como o *ano zero*, pelo fato de ele estar sendo formulado e planejado (mesmo que em funcionamento); assim, o *ano um* ocorreria no segundo ano de abertura do espaço, pois seria nesse momento que o projeto formulado seria implementado.

Seguindo essa lógica temporal, trataremos neste capítulo ainda do *ano zero* do CRJ, ou seja, início de 2017, enquanto processo de implementação da política pública, que ocorreu concomitantemente às Ações Participativas, sem qualquer projeto conceitual ou planejamento prévio. Lotta (2019) enumera alguns pressupostos importantes a serem considerados para analisar processos de implementação de políticas públicas. Destaca-se a concepção de que formulação e implementação não constituem fases isoladas, mas, sim, processos decisórios contínuos, englobando diferentes atores em uma cadeia decisória caracterizada por camadas hierárquicas ou paralelas.

Nesse contexto, outros pressupostos relevantes são apontados, como o reconhecimento prévio da complexidade dos processos decisórios e a interatividade do processo de implementação, evidenciando a participação de diversos atores: estatais ou não estatais, formais ou informais, em grupos multiorganizacionais que defendem diferentes perspectivas e valores. Por fim, a autora vê como elemento constitutivo da análise da implementação de políticas públicas a compreensão da *política como ela é*, ou seja, como ela ocorre na prática, e não como ela deveria ser a partir das normas e regras pensadas para ela.

Pressupostos como estes orientam os estudos de implementação, que buscam analisar diferentes recortes e objetos, respondendo a diversas questões sobre a dinâmica real da política pública. Desde o início, os estudos sobre implementação têm se dedicado à análise da atuação dos burocratas nos processos decisórios, explorando práticas, interações e comportamentos individuais ou organizacionais (Lipsky, 2010; Tummers, 2017; Brodtkin, 2012; Lotta, 2015; Pires, 2009, *apud* Lotta, 2019). Para esta pesquisa, é relevante entender a ação da burocracia na implementação do CRJ, na perspectiva dos atores, por meio do enfoque específico dos burocratas de nível de rua.

A expressão “burocratas de nível de rua” refere-se aos funcionários públicos – concursados ou não – que operam no nível mais próximo da execução prática das políticas

públicas. São os profissionais que estão diretamente envolvidos na implementação e prestação de serviços governamentais no contato direto com a população, muitas vezes atuando em situações cotidianas e lidando com as necessidades específicas dos cidadãos. A expressão “nível de rua”, também chamado de “ponta”, sugere proximidade com as situações práticas vivenciadas pela comunidade, em contraste com níveis hierárquicos mais altos da burocracia governamental. Esses burocratas desempenham papéis cruciais na transformação de políticas públicas em ações concretas, muitas vezes enfrentando desafios práticos e lidando com a complexidade das necessidades individuais e comunitárias. Ao mesmo tempo, e por serem a interface mais visível do Estado, “esses burocratas materializam a imagem que os cidadãos têm sobre o governo – seja de forma positiva, seja de forma negativa” (Lotta, p. 23).

É importante abordar a atuação dos (poucos) agentes públicos nos primeiros anos do CRJ, tanto no *ano zero*, quando o espaço estava já estava aberto e em funcionamento para seu público, mas ainda não existia um projeto formulado para sua implementação, quanto no *ano um*, quando o projeto conceitual da política pública estava formulado e viria a ser implementado. É importante considerar que a implementação do CRJ se deu desde o ato de sua abertura, independentemente do fato de não existir política formulada para a sua implementação, na medida que o público passou a acessar aquele espaço com suas diversas demandas. Se a partir de 2018, após a estruturação do projeto do CRJ no seu documento norteador, a gestão do CRJ contava com o respaldo coletivo para uma implementação assertiva, no primeiro ano da abertura do espaço, muitas decisões tiveram de ser tomadas sem que esse respaldo tenha sido oficializado. Era nesse sentido que nos configurávamos como os tais burocratas de nível de rua: estávamos a bordo de um equipamento de porta aberta, no centro da cidade, sem catracas nem controle de entrada e saída. Como a abertura foi emergencial, ainda não existiam serviços ofertados pelo CRJ. O que havia era aquele espaço imenso, cheio de salas com infra estruturas atrativas, como a Sala das Artes, onde havia um tablado de madeira e paredes com amortecimento, o Auditório, com um palco e plateia grandes, a Arena, que tinha um pé direito alto, que poderia comportar atividades circenses aéreas, por exemplo. Por isso, ocupar esses espaços foi a primeira demanda das juventudes.

3.1.1 A Ocupação após a Okupação

O primeiro “serviço” do Centro de Referência das Juventudes de BH foi o agendamento dos espaços para os jovens ocupá-los com suas atividades. Após a *okupação* do CRJ e suas reverberações e conquistas, era mister fomentar a ocupação física e simbólica do

espaço, com vistas a garantir a livre expressão das diferentes *performances* juvenis e garantir que o CRJ fosse, de fato, apropriado pelas juventudes. Também era importante considerar as experiências práticas de ocupação do CRJ para delinear as diretrizes de gestão e funcionamento do espaço. No ano de 2016, momento pós-ocupação em que eu ainda não gerenciava o CRJ, inicialmente os agendamentos eram feitos a partir da procura direta dos usuários, no próprio espaço. Havia também uma expressiva ocupação feita por meio de articulações internas da própria prefeitura, cedendo o espaço para festivais da prefeitura e eventos da sociedade civil que procuravam diretamente os gabinetes municipais. Ainda em 2016, foi pensado um formulário *Google forms* para que os jovens pudessem preencher e solicitar os agendamentos. Quando assumi a gestão do espaço, em 2017, o formulário estava começando a ser implementado, o que permitiu que a lógica de funcionamento dos agendamentos fosse compartilhada e pensada com o Comitê Gestor do CRJ.

Referenciada pela pesquisa documental desta pesquisa, valho-me, na Figura 5, de outro *slide* de uma das minhas apresentações sobre a implementação do CRJ, que demonstra o que foi considerado como entrega do ano de 2016,³⁷ quando o formato de ocupação e uso do espaço começaram a ser formatados:

Figura 5 - Sobre o CRJ – 2017



Fonte: nossa autoria.

³⁷ O Centro de Referências das Juventudes de BH foi aberto em agosto de 2016, após a ocupação das juventudes e intervenção do Ministério Público. Entre agosto e dezembro de 2016 (período de preparação para o processo eleitoral do Comitê Gestor, que ocorreu em dezembro daquele ano), a equipe mínima que atuava no espaço iniciou a construção do formulário para a reserva e ocupação do espaço. Só depois que eu assumi a gestão do espaço, em janeiro de 2017, com o Comitê Gestor já eleito, foi que validamos coletivamente o formulário e os critérios para a ocupação do espaço. Por isso, em minhas apresentações sobre o primeiro ano da minha gestão (de jan. a dez. 2017) – que era concomitante com a implementação do Comitê Gestor – que eu atribuí a ativação inicial do formato de uso do espaço ao ano de 2016.

Percebe-se que, mesmo sem o desenho formal sobre a política pública CRJ, já existiam pistas importantes sobre como o espaço deveria operar para atender às juventudes. O “formato de uso” do espaço pelos jovens deveria ser acessível, desburocratizado, simples, democrático, transparente, com foco nas juventudes e ocupado, prioritariamente, pela sociedade civil (afinal, como o espaço conta com uma excelente localização e estrutura, a PBH estava se movimentando para realizar diversos eventos do poder público no CRJ, o que era visto pelos jovens como um risco).

Seguindo tais pistas, o formulário para agendamento deveria ser simples a ponto de poder ser preenchido em qualquer celular com internet limitada. Dessa feita, retomamos o papel do burocrata de nível de rua. Foram os funcionários que trabalhavam no CRJ (à época uma gestora e dois assistentes), em diálogo com o Comitê Gestor, que romperam com as lógicas normativas municipais de regramento e normatização para a elaboração desse formulário. De maneira geral, o acesso aos equipamentos, serviços e bens públicos são permeados por diversas normas e regramentos, que costumam exigir uma escalada procedimental extenuante. Por exemplo, recentemente, no ano de 2023, tentei marcar uma agenda para ensaios nos espaços da Fundação Nacional de Artes (Funarte),³⁸ de Belo Horizonte, que foi solicitada por meio do envio de um *e-mail* para a instituição, que me solicitou, em resposta, o preenchimento de um formulário e a confirmação das datas solicitadas. Além disso, tal documentação foi solicitada: a) cópia do documento de identidade e do CPF do proponente; b) cópia do comprovante de endereço atualizado; c) *clipping*, *release* e breve currículo; d) declaração de próprio punho de que as cópias são idênticas às originais; e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válida e atualizada; e f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, válida e atualizada.

Para conseguir alguns dias de ensaio no referido espaço público, além da documentação citada acima, ainda era necessário um cadastro em uma outra plataforma. Dessa forma, para solicitar a ocupação de uma sala de um espaço público de arte e cultura, em 2023, em Belo Horizonte, foram necessários, no mesmo processo: 1) enviar um *e-mail* para a FUNARTE, solicitando o uso do espaço; 2) receber um *e-mail* devolutivo da Funarte, com uma conexão a uma página de um formulário que deveria ser preenchido; 3) preencher tal

³⁸ Criada em 1975, a Fundação Nacional de Artes – Funarte é o órgão do Governo Federal brasileiro cuja missão é promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. É responsável pelas políticas públicas federais de estímulo à atividade produtiva artística brasileiras; e atua para que a população possa cada vez mais usufruir das artes. Mais informações em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/aceso-a-informacao-lai/institucional/institucional>.

formulário para, em seguida, receber um *e-mail* com informações sobre as datas disponíveis e demandando ampla documentação para tal agendamento, incluindo Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válida e atualizada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, válida e atualizada; e 4) preencher um cadastro em uma plataforma interna da Funarte, ligada ao governo federal.

Após essas etapas e ocupação do espaço (por duas noites), ainda recebi um *e-mail* da instituição solicitando um relatório das atividades que haviam sido realizadas naquele espaço público, bem como fotografias e número de participantes. Em vez disso, enviei um *e-mail* perguntando por que eram exigidas as certidões negativas, pois não parecia fazer sentido para tal aplicação. Saliente-se que a Funarte nunca deu resposta a esse questionamento. Acredito fortemente que a servidora, definitivamente, uma burocrata de nível de rua, também não fazia a menor ideia do porquê daquelas exigências. Ela, provavelmente, encaminhou meu *e-mail* a um(a) superior (um(a) burocrata de médio escalão), que também não se deu ao trabalho de responder nem a ela, nem a mim.

Os meus questionamentos quanto à burocracia não devem ter sido os primeiros, nem serão os últimos. Diariamente, esses profissionais se veem no cerne da dualidade das ações estatais, dos processos burocráticos engessados nessa cultura. Eles enfrentam a constante demanda por mais eficiência e responsividade por parte do Estado, ao mesmo tempo em que são instados pelos usuários a proporcionar um atendimento personalizado e soluções eficazes. Essas pressões se entrelaçam, apresentando potenciais contradições, já que a primeira prioriza produtividade, velocidade e eficiência, enquanto a segunda destaca a importância da individualidade, personalização, efetividade e o tempo dedicado para a resolução dos problemas apresentados pelos usuários (Lotta, 2019).

O questionamento que fica é: se para uma mulher de mais de 40 anos de idade, mais de 25 de atuação profissional na área da cultura e relativa estabilidade, as demandas da Funarte exigiram tempo e organização para serem cumpridas, imagina como deve ser para uma pessoa jovem, periférica e com menos possibilidades de acesso (a direitos, internet, capital social, entre outros)?

Esse exemplo busca ilustrar como espaços públicos de direitos, muitas vezes, não dão conta de atender, de fato, o seu próprio público. Os servidores de ponta envolvidos nesses processos são orientados e convencidos a seguir protocolos e normas oriundas dos gestores do médio e alto escalão, que não se aproximam das realidades do público usuário. A gestão objetiva uma falsa isonomia entre todos, tratando o público diverso de maneira

invariavelmente igual. Como é possível garantir tratamento igualitário, mas que promova equidade, tratando os diferentes de forma diferente?

O princípio da isonomia e da equidade é central e desejável no âmbito das políticas públicas, exceto pelo fato disso não ser o suficiente para atender uma população diversa e plural. Cabe ao burocrata de nível de rua romper com a lógica universalista desejada pelo poder público frente à realidade individual e particular de cada um. São eles, os burocratas da ponta, que têm a oportunidade de ver o público-alvo, tão bem desenhado e pensado no momento da formulação das políticas públicas e tão precariamente atendido, tantas vezes, no momento da implementação. Seria, então, nessa interação entre o servidor da ponta e o usuário da política pública que poderia ocorrer a possibilidade de reformulação e adequação das políticas públicas para fazê-las mais aderentes e funcionais para seu público? Entretanto, como isso ocorre?

Sobre isso, Lotta (2019) prioriza o entendimento da discricionariedade como um fator central nesse manejo. No contexto dos estudos de implementação de políticas públicas, um conceito central é a compreensão de que múltiplos atores estão envolvidos na tomada de decisões sobre elas. Essa aceitação da diversidade decisória demanda uma análise profunda sobre os processos de decisão, para os quais o conceito de discricionariedade é instrumental. Este, refere-se à margem de liberdade para tomada de decisão que os burocratas de nível de rua possuem. Diariamente, esses servidores se veem na posição de tomar decisões parasituações as quais não estão preparados, seja por falta de informações e instruções, seja por falta de normas para casos específicos. São eles que têm de lidar com o embate entre o planejado e o que surge no dia a dia e que exige deles soluções novas e adaptadas. De acordo com Lotta (2019), essas soluções, na prática, conformam que a política pública é “[...] a somatória das pequenas decisões tomadas pelos vários burocratas envolvidos na implementação. É por isso que dizemos que são os burocratas de nível de rua que de fato fazem as políticas públicas na prática” (Lotta, p. 32).

Voltando à missão de implementação da primeira oferta do CRJ, ou seja, a cessão de uso do espaço para os jovens, tínhamos de tomar decisões para que ela fosse acessível às diversas juventudes da RMBH. Assumir a elaboração de um formulário simplificado e informal exigiu discricionariedade radical. As perguntas do formulário eram: nome, *e-mail*, telefone, descrição da atividade, número de participantes da ação e necessidades técnicas para a realização da atividade. Nenhum número de documentos, nem cópias, nem comprovantes eram demandados no formulário. Mesmo se o nome viesse sem o sobrenome, o espaço era agendado. A descrição do evento era importante para que a equipe soubesse, minimamente,

do que se tratava, mas mesmo se fosse descrita de uma maneira de difícil compreensão, com erros gramaticais, o espaço poderia ser agendado. A ideia disso era sobre o direito de ocupar o CRJ com base na lógica dos ocupantes. Dessa forma, a ideia de controle dos corpos e trajetórias não podia fazer coro no CRJ. O espaço deveria ser seguro e acessível e quem deveria fazer isso acontecer éramos nós, os burocratas de nível de rua. Tínhamos de romper com a lógica de normatização excludente do setor público, por meio da nossa discricionariedade.

3.1.2 Pode mesmo?

A maioria dos jovens, após o preenchimento do formulário para ocupação do espaço, costumava perguntar: *é só isso? Pode mesmo usar?* Existia uma incredulidade inicial a respeito da lógica democrática e acessível do CRJ. A maioria dos jovens não parecia compreender aquele espaço como um espaço de direito e a percepção de que quem deveria se adaptar para garantir essa premissa era o Estado e não eles.

Voltando ao formulário, mesmo que fosse simplificado, era importante que existissem diretrizes mínimas que norteassem o agendamento das salas do CRJ e garantissem que o espaço atingisse seu público objetivo: os jovens. Dessa forma, de maneira colegiada com o Comitê Gestor do CRJ, quatro premissas foram consideradas para que os espaços fossem agendados, como apresentado na Figura 6 a seguir.

Figura 6 - CRJ – Critérios para uso do espaço - 2017



Fonte: nossa autoria.

Em primeiro lugar, era fundamental que a ocupação do espaço justificasse a própria existência de um centro de referência das juventudes na cidade. Diferente de uma política pública universalista, concebida para beneficiar toda a população, independentemente de sua condição socioeconômica, étnica, de gênero de qualquer outra característica individual, o CRJ era uma política temática, desenhada e destinada a um público específico, com demandas específicas, configuradas para uma faixa etária estabelecida entre quinze (15) e vinte nove (29) anos, de acordo com a lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens.

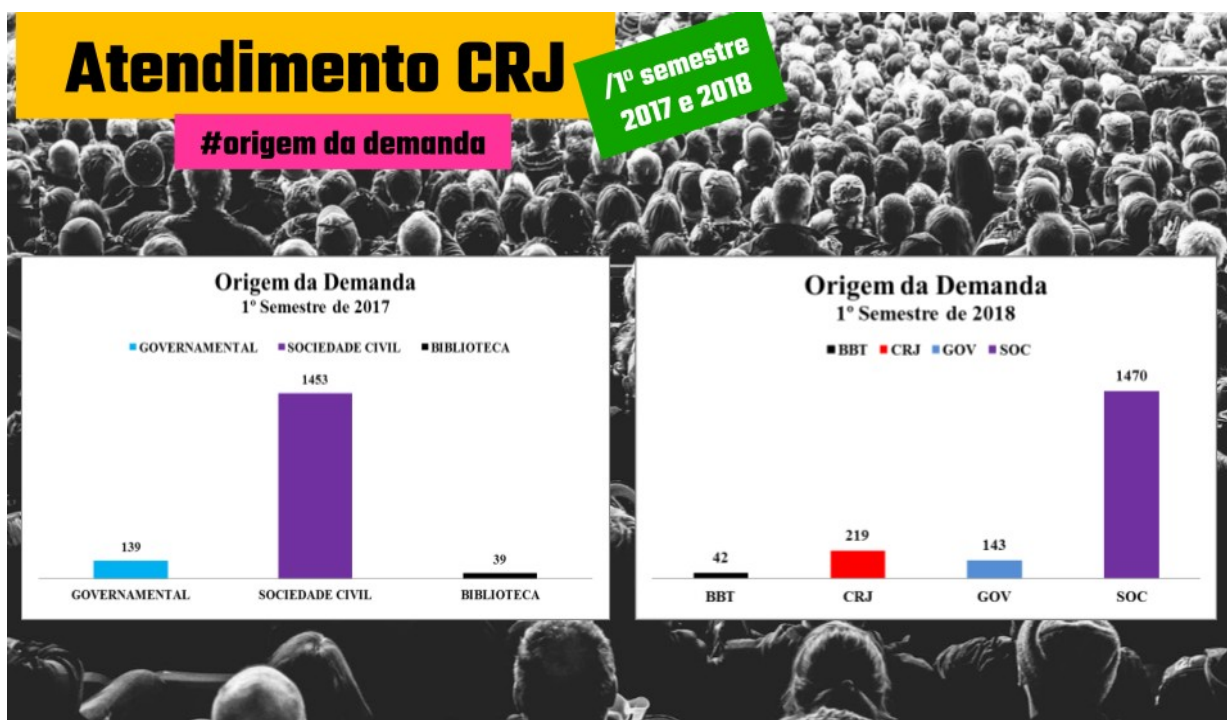
Como já colocado, a estrutura do CRJ era muito cobiçada por diversas secretarias da prefeitura de Belo Horizonte. Assim que o espaço abriu, começaram a chegar inúmeras demandas de ocupação para toda sorte de eventos e atividades de órgãos públicos, desde seminários, reuniões e encontros de categorias trabalhistas da PBH (agentes de saúde, agentes tributários, guarda municipal) até grandes eventos de setores da gestão municipal (festa de Natal, confraternização e mostra de resultados de setores não relacionados às juventudes ou seu contexto). Por isso, era fundamental estabelecer a premissa categórica que garantisse a destinação do CRJ para seu fim, ou seja, para o atendimento ao público jovem.

Dessa forma, para garantir o agendamento e uso dos espaços do CRJ, as atividades deveriam ser: 1) feitas ou promovidas POR jovens; 2) feitas ou promovidas COM o público jovem; e 3) feitas ou promovidas PARA os jovens.

O terceiro recorte: ações feitas ou promovidas para os jovens, era o que gerava mais debate interno e necessidade de avaliação. Em algumas situações, era necessário avaliar se uma atividade ou ação promovida por pessoas não jovens entrava no escopo das juventudes. Um exemplo disso eram os encontros de categorias, como professores do ensino médio. Por mais que a atividade fosse realizada por um público adulto, considerava-se que esse público, especificamente, era integrante do universo dos jovens, na medida que compõem uma estrutura fundamental para adolescentes e jovens: a escola. Foi por meio de exercícios diários de compreensão (e discricionariedade) sobre a amplitude do escopo do que eram atividades feitas pela, com e para as juventudes, considerando também seu domínio de interesses e demandas, que os agendamentos para ocupação do espaço eram feitos.

É interessante observar alguns dados a respeito da ocupação, por meio de agendamento dos dois primeiros anos do CRJ, como demonstrado na Figura 7.

Figura 7 – Atendimento CRJ – 2017-2018



Fonte: nossa autoria.

Os gráficos apresentam uma comparação da origem da demanda de ocupação do CRJ no primeiro semestre de 2017 (*ano zero*, momento em que não existia um projeto norteador da política) com o primeiro semestre de 2018 (*ano um*, momento em que o projeto construído com as juventudes começava a ser implementado). É interessante perceber que o número de agendamentos para atividades governamentais manteve-se sempre abaixo dos 10%, em relação à ocupação feita pela sociedade civil. Esse dado reflete o alcance do objetivo de garantir que o espaço não fosse transformado em um centro de convenções da PBH, nem mesmo de outras iniciativas governamentais. Outro dado importante a ser observado é que, somente em 2018, está presente o marcador “CRJ” na contagem da origem das demandas de atividades. Esse indicador marca o ano em que o projeto do CRJ passa a existir como instrumento norteador para desenvolvimento de ações próprias da política pública e, consequentemente, o espaço passa a ofertar atividades para além dos agendamentos.

O segundo critério para ocupação do CRJ era que as ações propostas promovessem ou garantissem os direitos das juventudes, com base no Estatuto das Juventudes – EJ. Essa premissa, que envolvia o amplo escopo de direitos previsto no EJ,³⁹ servia como uma espécie

³⁹ No Estatuto das Juventudes (2013), estão presentes onze sessões concernentes aos direitos dos jovens, são eles: Seção I – Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Seção II – Do Direito à Educação

de escudo para possíveis propostas discriminatórias ou de natureza moral, religiosa ou política⁴⁰ que desprezasse a pluralidade e diversidade das juventudes.

Já o terceiro critério versava sobre o fundamento de os agendamentos serem feitos por períodos estipulados, não permitindo nenhum tipo de ocupação permanente nas salas do CRJ. Essa medida buscava garantir a rotatividade do uso dos espaços, incluindo aqueles mais demandados (Sala das Artes e Auditório), bem como impedir que o espaço fosse utilizado como sede fixa por grupos ou coletivos. As ocupações fixas passaram a ocorrer somente a partir de 2018, por meio de parcerias respaldadas pelo projeto consolidado do CRJ. Enquanto gestora do espaço, tive de negar diversas propostas de parcerias para ocupações permanentes no ano de 2017, pelo fato de que ainda não tínhamos validado o projeto do CRJ com as juventudes.

Já em 2018, o CRJ selou sua primeira parceria ao conceder o uso da Sala das Artes e do Auditório de maneira contínua ao *Ballet Jovem de Minas Gerais*, no turno da manhã. O Ballet Jovem, naquela época, havia passado por um desmonte realizado pela gestão estadual. O grupo atuava como um corpo estável ligado à Fundação Clóvis Salgado, e os jovens bailarinos recebiam uma ajuda de custo para se dedicarem ao grupo, às apresentações e aos ensaios, que ocorriam nas salas do Centro de Formação Artística e Tecnológica (CEFART).⁴¹ No primeiro ano da gestão Pimentel (2017), o Ballet Jovem foi encerrado pela gestão estadual, porém alguns professores, profissionais ligados ao grupo e bailarinos decidiram continuar os trabalhos de forma independente. Foi em virtude disso que a diretora artística e dois produtores do grupo procuraram o CRJ. Eles estavam se organizando para se

Seção III – Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Seção IV – Do Direito à Diversidade e à Igualdade

Seção V – Do Direito à Saúde

Seção VI – Do Direito à Cultura

Seção VII – Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

Seção VIII – Do Direito ao Desporto e ao Lazer

Seção IX – Do Direito ao Território e à Mobilidade

Seção X – Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

Seção XI – Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

⁴⁰ As vedações para fins políticos e religiosos eram assim descritos:

- *É vetado o uso do equipamento para fins políticos partidários nos termos do inciso I do art. 73 da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições). A atividade, portanto, não pode caracterizar benefício a candidato, partido ou coligação.*
- *É vetado, também, o uso do equipamento para fins religiosos nos termos do inciso I do art. 19 da Constituição Federal.*

⁴¹ O Centro de Formação Artística e Tecnológica – Cefart, da Fundação Clóvis Salgado, é responsável por promover a formação em diversas linguagens no campo da arte e em tecnologia do espetáculo, com qualificação em Cursos Técnicos, Regulares e de Extensão. Mais informações em: <https://fcs.mg.gov.br/apresentacao-cefart/>.

constituírem enquanto uma associação,⁴² porém estavam ensaiando em diversos espaços emprestados, em locais de difícil acesso para os jovens bailarinos (que, naquela época, estavam sem receber ajuda de custo). A demanda era compatível com o entendimento presente no documento base do CRJ, que descrevia que uma das prioridades e razão de existir do CRJ era atender às juventudes nos seus “corres”:

A segunda prioridade é a respeito dos jovens que demandam por realizar os seus “corres”, seus primeiros trabalhos, sua formação escolar, a articulação da sua formação complementar, o ingresso na universidade, jovens que querem viver experimentações, adquirir novos conhecimentos sobre si mesmos, sobre o mundo, sobre política, sobre sustentabilidade etc. Muitos desses jovens estão começando seus “corres” agora, outros tantos estão realizando e acumulando aprendizado já algum tempo. O CRJ precisa dar suporte aos “rolês” que as juventudes querem realizar e àqueles que elas já realizam (CRJ, 2017, p. 29).

Nesse contexto, aqueles jovens bailarinos do Ballet Jovem (cerca de vinte jovens) estavam em um momento crucial de suas vidas. O grupo era uma oportunidade que, após a formação técnica em dança, os bailarinos encontravam para aprimorar suas técnicas, treinar, ensaiar, criar e participar de espetáculos. Além do cunho formativo e profissionalizante, o Ballet Jovem ainda tinha a missão de integrar jovens bailarinos no mercado da dança, mantendo-os sempre conectados com as audições e testes para grandes companhias e corpos de dança do Brasil e exterior. O desmonte do grupo enquanto uma política pública de formação e fomento do CEFART deixou esses jovens completamente desamparados e, aos olhos da gestão do CRJ e do seu Comitê Gestor, fazia muito sentido acolher o grupo na sua demanda por um espaço fixo para ensaios. Além dos ensaios pelas manhãs, o grupo também realizou diversas apresentações no CRJ, bem como organizou com as juventudes de dança do espaço diversas atividades.⁴³

O último critério de ocupação dos espaços do CRJ era que as atividades deveriam ser, impreterivelmente, gratuitas. Para as juventudes a gratuidade total, de todas as atividades, era uma demanda inegociável, na medida que o CRJ deveria existir para atender, sobretudo, às juventudes mais vulnerabilizadas. Houve tentativas, raras, de reservar o espaço para oferta

⁴² A Associação Ballet Jovem Minas Gerais tem como foco ações que viabilizem o acesso do jovem ao aprendizado, desenvolvimento e amadurecimento no campo das artes cênicas, com ênfase na dança. Mais informações em: <https://bjmg.com.br/associacao-ballet-jovem-minas-gerais/>.

⁴³ O *Ballet Jovem de Minas Gerais* coordenou, em 2017, o Dia Mundial da Dança, que se configurou como uma grande mostra de dança dos coletivos que ocupavam o CRJ. Nos anos seguintes, o grupo ofereceu oficinas, rodas de conversa, entre outras atividades abertas às juventudes do CRJ.

de atividades pagas diretamente ao professor ou professora, mas tais práticas eram sempre denunciadas e a atividade suspensa.

Cumpridos esses quatro critérios e, por meio do preenchimento do formulário simplificado, a demanda era recebida e o espaço agendado para a atividade. Para eventos maiores, a produção marcava uma reunião prévia com os organizadores para os devidos alinhamentos. Nessas reuniões, também era comum perguntas como: *a gente não precisa assinar nada? É só isso mesmo?* O senso de direito de uso de um espaço público central e bem estruturado parecia não fazer parte do repertório daquelas juventudes. Aquilo me trazia algumas lembranças de quando fui gestora do programa *Valores de Minas*, outra política pública de juventudes. Como parte do projeto político pedagógico, levávamos turmas de jovens a teatros, museus e outros espaços públicos. Após essas atividades, muitos jovens relatavam que nunca haviam se imaginado entrando naqueles lugares, como no Palácio das Artes. Eles diziam que quando eles passavam pela porta não achavam que o lugar “era para eles”.

O acesso desburocratizado, simples, transparente e com foco em atender às demandas dos jovens foi um dos motivos centrais que fez com que, dia após dia, o CRJ ficasse cada vez mais conhecido e ocupado pelas juventudes e seus “corres”. No final de 2017, foram registrados 6.279 agendamentos para atividades de diversas naturezas e um público estimado médio de 500 pessoas por dia. Por isso, à pergunta recorrente sobre o uso do espaço, fazíamos questão de responder: “pode, sim! O CRJ é nosso!”

3.1.3. *Quanto menos regras, melhor!*

O termo burocracia (Aragão, 1997) surgiu inicialmente com uma conotação negativa, e foi utilizado, pela primeira vez, em meados do século 18, pelo economista francês Vincent de Gournay (Girglioli, 1995, *apud* Aragão, 1997), como uma reação à centralização administrativa e ao absolutismo, especialmente no contexto do Estado absolutista francês. O termo designava o conjunto de funcionários e empregados sob a dependência do soberano, incumbidos de funções especializadas. Posteriormente, o termo expandiu-se e foi empregado para criticar o formalismo e o espírito corporativo da administração pública, principalmente na Alemanha (Girglioli, 1995, *apud* Aragão, 1997). Essa conotação pejorativa continua a acompanhar o conceito de burocracia nos dias de hoje. Apesar da vasta produção intelectual sobre o tema, é comum associar o termo à abundância de papéis, rigor excessivo em normas e um certo formalismo exacerbado.

Não é à toa que a palavra “desburocratizado”, associada ao uso do CRJ, foi recorrente durante o primeiro ano do espaço. Momento em que, além da elaboração do formato para uso das salas e estruturas do espaço, por meio do formulário simplificado e diretrizes norteadoras, foi o de definição sobre as regras e normas que seriam definidas para os usuários do espaço, durante sua ocupação. Ou seja, o que podia e o que não podia no CRJ. Assim que assumi a gestão do espaço, em janeiro de 2017, percebi que os funcionários da Guarda Municipal lotados no CRJ pareciam orientados a proteger o espaço “do uso dos jovens”. Uma das primeiras cenas que vi foi a de um guarda municipal (GM) se dirigir a um jovem sentado no chão e pedir que ele se levantasse, pois não era permitido sentar-se no chão, naquele lugar. O jovem, sem questionar, levantou-se e buscou uma cadeira para assentar-se (ele não era pertencente aos movimentos juvenis que haviam ocupado o espaço). Aproximei-me do guarda e perguntei por que não podia se sentar no chão. Ele respondeu que era uma ordem e que foi orientado a segui-la. Fui até os assistentes de produção que estavam atuando no espaço desde a pós ocupação (agosto de 2016) e perguntei sobre onde estavam escritas aquelas regras e normas do espaço, já que me parecia um despautério proibir um jovem de sentar-se no chão de um espaço criado justamente para atender às demandas dos jovens. Foi, então, que me responderam que não havia nenhum manual nem conjunto de regras e normas do CRJ. Ou seja, o guarda municipal, pertencente a uma categoria que, no município de Belo Horizonte, atua em todos os tipos de equipamentos públicos da cidade, como escolas, unidades de saúde, espaços de cultura, entre outros, seguia regras de uso do CRJ sem que o espaço as tivesse.

Nesse sentido, as “regras” que os guardas e, conseqüentemente alguns porteiros seguiam, a partir dos exemplos dos guardas, que se posicionam hierarquicamente acima desses, variavam de guarda para guarda, de acordo com sua própria discricionariedade. Para um deles, por exemplo, era proibido não só assentar-se no chão do CRJ mas também nos sofás do espaço. Segundo ele, era porque existiam muitas pessoas em situação de rua na região e, se ele deixasse um jovem sentar-se no sofá, a população de rua ia também se sentir no direito de se assentar e até deitar-se no sofá. Então, era melhor que ninguém se sentasse no sofá, “ainda mais porque estavam novos” (os sofás), de acordo com o guarda. Essa regra do sofá variava entre os porteiros e guardas. Para alguns, assentar-se no sofá era, sim, permitido, só que tinha de se assentar “direito”, sem estender as pernas nem apoiar as costas nas laterais, como se estivesse recostado.

Como disse anteriormente, a lógica da conduta dos guardas municipais no controle do uso, cumprimento das regras (não existentes) e manutenção da ordem do espaço era

ancorada no cuidado e na proteção do espaço físico e material do CRJ. Esse deveria ser protegido dos próprios jovens, principais usuários do espaço. Esse raciocínio pode ser considerado não tão absurdo, se entendermos o contexto de atuação da Guarda Municipal em Belo Horizonte.

De acordo com matéria veiculada no portal da internet da prefeitura de Belo Horizonte,⁴⁴ a Guarda Municipal de Belo Horizonte foi criada em 2003, com base na Lei Municipal 8.486, subordinada à atual Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSPP), cuja função inicial era voltada à proteção dos bens e instalações do patrimônio público municipal, incluindo serviços de vigilância de portarias (Belo Horizonte. A História..., 2021). Somente, a partir de 2017, que a Guarda Municipal deixou de atuar exclusivamente como guarda patrimonial e se tornou uma corporação voltada também para o policiamento preventivo comunitário, assumindo também ações de prevenção na ordem pública. Isso quer dizer que, no primeiro ano de CRJ, a orientação da guarda era a de proteção patrimonial material dos espaços públicos. As regras de uso dos espaços não precisavam estar necessariamente escritas ou dispostas em algum documento nem manual específico, feito para um espaço específico. Eram regras gerais de proteção de bens e patrimônio material, independentemente do espaço e função do espaço.

Diante disso, era necessário que a gestão do CRJ institísse um conjunto de normas de uso do espaço, que se sobrepusesse às regras naturais de proteção patrimonial da Guarda Municipal de Belo Horizonte. Afinal, o pensamento de proteção patrimonial material era incompatível com as ideias de acolhimento, livre ocupação e espaço de direitos nas quais o CRJ estava se fundamentando. Sabe-se que a administração pública necessita, para seu funcionamento adequado, de regras e normatizações que visam delimitar ações e regular situações, estabelecendo modelos a serem seguidos para a regulamentação de serviços que alcançam milhares de pessoas, e esses fundamentais para a garantia da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade das ações do Estado (Aragão, 1997). Todavia, é imperativo que tais normativas sejam avaliadas e revisadas constantemente, a fim de garantir que elas continuem a regular de maneira eficaz os serviços e acesso aos bens e espaços públicos.

No caso do CRJ, as normas de uso do espaço deveriam ser compatíveis com a priorização das pessoas acima do patrimônio público e dos processos burocráticos e administrativos. A ênfase deveria ser nos jovens, sujeitos de direitos e razão de existir de um Centro de Referência das Juventudes, considerando todos os jovens da RMBH, em toda sua

⁴⁴ Disponível em:

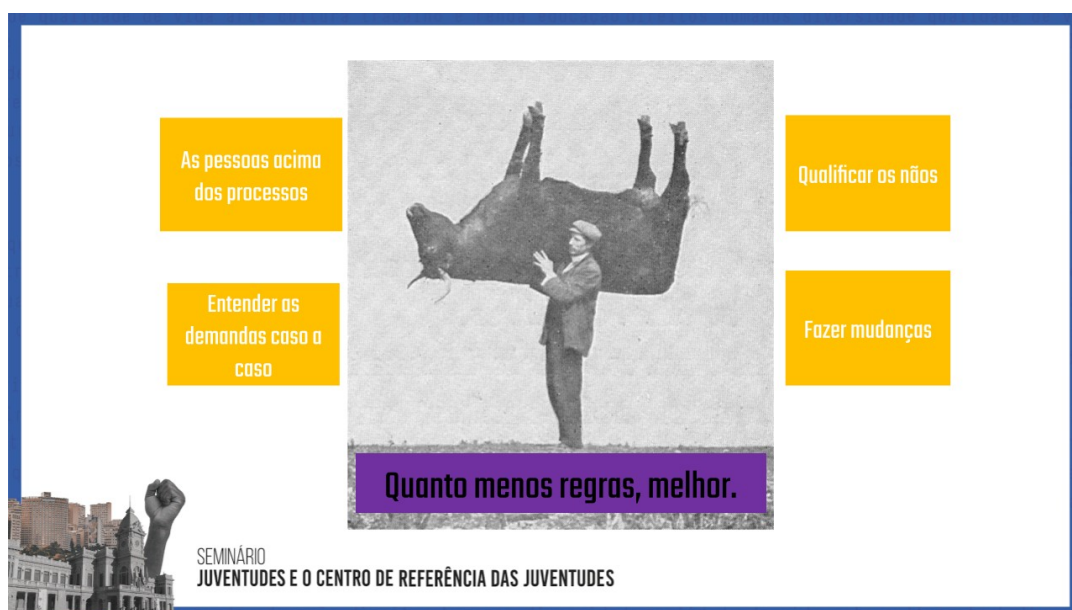
<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/historia-da-guarda-municipal-de-belo-horizonte-o-antes-e-o-depois>.

diversidade e pluralidade. De forma paradoxal, para atender às juventudes na sua pluralidade, seria necessário conseguir olhar para as particularidades e singularidades de cada jovem, considerando a antinomia entre igualdade e diferença, como refletido entre os autores Souza Santos (2009), Dumont (1985) e Lefort (1983):

Quando a igualdade avilta a diferença de percepção e modos de vida manifestos nas relações intra e intergrupos, ela representa uma visão totalitária, em virtude do não reconhecimento do outro. Mas quando a diferença cultural deprecia a condição de humanidade comum, a exemplo de práticas relativas a valores instituídos por determinadas culturas que trazem risco à integridade física, emocional e mental do ser humano, levando-o ao sofrimento, nisso reside o despotismo (Souza Santos, 2009; Dumont, 1985; Lefort, 1983, *apud* Ribeiro, 2014, p. 18).

A abordagem da igualdade e diferença em um espaço como o CRJ, moldado pelas lutas democráticas pelo reconhecimento de direitos, inspirava uma política que valoriza a igualdade social com a inclusão de diferentes modos de viver. Foi nesse contexto que surgiu uma das frases mais emblemáticas do primeiro ano do CRJ: “quanto menos regras, melhor!”. Junto a essa frase, outras, complementares à ideia de colocar o jovem, na sua diversidade e unicidade, como ponto de partida e de convergência, como no *slide* (mais um, resgatado das minhas apresentações) a seguir:

Figura 8 - Quanto menos regras, melhor! – 2020



Fonte: nossa autoria.

Nesse contexto, quanto a quebrar regras, é importante entender o ato, não como desrespeito total às normas, mas como uma adaptação incremental para atender melhor às necessidades dos cidadãos usuários dos serviços e equipamentos públicos, por meio de práticas e abordagens mais personalizadas e eficazes. Assim, no intuito de atender às diversas necessidades específicas de uma pluralidade de jovens, as regras e normas de uso do CRJ não poderiam excluir nenhum grupo. Por isso, a proposta foi diminuir ao máximo as regras e normas e, em contrapartida, **entender as demandas, caso a caso**.

Nesse sentido, a orientação da gestão para a equipe foi a de qualificar colegiadamente qualquer negativa dada ao usuário. Um “não pode” deveria ser sempre questionado, na medida que tínhamos compromisso com a descontinuidade de um passado pautado no zelo patrimonial e na medida que estávamos dispostos a correr riscos para garantir que o CRJ cumprisse com sua missão. Rapidamente, outra frase tomou conta do imaginário: *CRJ, lugar do sim*. Em contraposição a um Estado que tende sempre a dizer não; que não pode, ou, ainda mais crítico, que só alguns podem.

Na prática, **qualificar os “nãos”** era levar as questões que fugiam às (poucas) regras do espaço para discussão e deliberação no Comitê Gestor do CRJ. Um exemplo foi a especificidade da demanda de um grupo de jovens da área do circo. No caso, de um grupo particular do circo: os circenses imigrantes. Muitos jovens artistas circenses imigrantes, na maioria, oriundos de países da América Latina, têm cães como parceiros de vida e, muitas vezes, de arte. Os animais são praticamente extensões de seus corpos e vivências, até mesmo ocupando espaços cênicos em seus números circenses. Diante dessa dinâmica específica do jovem circense imigrante, deparamo-nos com uma regra geral pertinente a equipamentos públicos: a vedação da entrada de animais em tais espaços, por questões de saúde pública e de acordo com as normas da vigilância sanitária municipal. Contudo, a presença da juventude circense latino-americana imigrante só aumentava no CRJ, e impedir o acesso dos animais desses jovens e, conseqüentemente, dos próprios jovens no espaço, não fazia sentido. Os cães dos jovens imigrantes circenses faziam (de certo, ainda fazem) parte de sua cultura peregrina, tanto no âmbito da companhia, quanto no da proteção (muitos deles, até mesmo mulheres, só viajam acompanhados dos cães).

Desse modo, não cabia a uma política de juventudes ignorar tais fatos, a fim de garantir o cumprimento de uma regra ou norma prévia, que seria a de não aceitação de animais nos espaços públicos fechados, estabelecida a partir de uma lógica cultural e normativa local. Foi no sentido de “qualificar os nãos” que a demanda desses jovens imigrantes, sobre seus animais de estimação, chegou ao Comitê Gestor e à gerência do CRJ.

Enquanto o Comitê Gestor foi unânime ao votar pela flexibilização da “regra geral” sobre a restrição da entrada de animais no CRJ, tratando os imigrantes e seus cachorros como um caso particular, cabia a mim, enquanto gerente do espaço, também garantir a saúde dos servidores e usuários do CRJ, na medida que eram essas preocupações que criaram, de antemão, as restrições normatizadas pelos órgãos públicos de saúde.

Dessa forma, solicitei uma reunião com uma liderança circense e fui até a casa onde diversos jovens imigrantes do circo moravam, de maneira coletiva e colaborativa. Informei que estávamos tratando o caso dos cães como um fator integrante da realidade e vivência dos jovens circenses estrangeiros e, dessa forma, queríamos garantir que eles ocupassem o espaço na companhia de seus respectivos animais. No entanto, tratamos também da fragilidade que poderíamos colocar o CRJ frente aos órgãos de saúde, controle e prevenção. Os jovens foram muito responsivos a essas problematizações e propuseram fazer um movimento coletivo entre os artistas circenses para a vacinação dos animais. Assim, o combinado foi que eles apresentariam os cartões de vacina dos cães, vigentes, como condição para a entrada no CRJ.

No livro *Inovação no setor público - teoria, tendências e casos no Brasil*, coletânea de capítulos sobre inovação no setor público (Cavalcante *et al.*, 2017), diversos pesquisadores e servidores públicos de instituições que fazem parte da Rede InovaGov,⁴⁵ como também colaboradores internacionais referências no campo, discorrem sobre a temática da inovação na gestão pública, tendo as experiências brasileiras como objeto de análise. Para além de entenderem as práticas inovadoras de gestão pública como ferramentas potentes para criar governos mais efetivos e eficientes, alguns autores (Cavalcante; Cunha, 2017) ponderam sobre sua aplicação para o enfrentamento e solução de problemas complexos:

Com efeito, a inovação no setor público ganha impulso na medida em que os governos buscam atender às demandas contínuas por, entre outros, maior transparência, qualidade, eficiência e eficácia de suas ações, mediante processos interativos com cidadãos, empresas e sociedade (OCDE,⁴⁶ 2015). Nesse cenário, cada vez mais complexo pela globalização imparável, aliada ao combate à desigualdade e ao respeito à diversidade e ao multiculturalismo impõem-se à administração pública a necessidade de ser mais criativa e

⁴⁵ Criada em 2016, a Rede Inovação em Governo - Rede Inovagov foi idealizada como uma iniciativa para o fomento à inovação no setor público brasileiro. Seu principal objetivo foi e é ainda estabelecer uma comunidade para a promoção da inovação, através da troca de experiências e aprendizados. Mais informações em: <https://inovagov.enap.gov.br/>

⁴⁶ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) representa uma estruturação formada por países e parceiros estratégicos dedicados ao desenvolvimento econômico. Os membros pretendem discutir políticas públicas e econômicas que os orientem. Esses países apoiam os princípios da democracia representativa e as regras da economia de mercado. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/ocde.htm>.

inovadora nas suas respostas, em termos de políticas públicas (Cavalcante; Cunha, 2017, p. 24).

Para dar conta de efetivar uma ocupação jovem comprometida com a diversidade e multiculturalidade no CRJ, era necessário o empenho da gestão em “ser criativa e inovadora” (2017). Dentro das travas burocráticas das usuais normas de uso de espaços públicos, os escapes criativos deveriam ocorrer no âmbito da ação. Era necessário experimentar, ter flexibilidade regulatória e sensibilidade para criar boas estratégias, sob a ótica das vivências e trajetórias juvenis. Isso se encaixa no item “**fazer mudanças**”, que consta na Figura 8. Ainda articulando com o conceito de inovação, esse, no campo da gestão pública, implica propor e realizar mudanças, sejam incrementais ou radicais, como resultado da intencionalidade humana, sendo, em regra, oriundas de elementos coletivos (Cunha; Severo, 2017.). As mudanças – ou ajustes – não se configuram, na maioria das vezes, como algo genial nem surpreendente, como nos incita a correlacionar automaticamente a palavra *inovação*. Os ajustes engendrados pelo e no CRJ representavam correções, respostas, adequações pertinentes ao uso pleno do espaço pelas juventudes.

Observe-se que

A inovação passa a ser vista como uma solução criativa de problemas com espaço para improvisação, experimentação, tentativa-erro e assunção de riscos dentro das organizações públicas – que laboratórios tanto estimulam quanto retiram as potencialidades de danos reais, uma vez que precedem o desenrolar prático e real da inovação. Com efeito, sobressai o aprendizado, aspecto relevante como uma estratégia para capacitar equipes no tema inovação, e, por conseguinte, aperfeiçoar o desempenho das organizações (Cavalcante; Cunha, 2017, p. 26).

Mudar regras, voltar atrás, abrir brechas fazia mais sentido para a gestão de um espaço vivo, dinâmico e democrático do que a consolidação de um manual de regras e normas do CRJ. Por isso, tal manual nunca foi escrito. Escrevê-lo, pois, registraria – para o presente e para a posteridade – como deveria funcionar o Centro de Referência das Juventudes de BH. Se escrito, seria escrito e formatado nos moldes dos manuais da PBH, seguindo a lógica do arsenal regulatório existente na gestão municipal, por exemplo: decretos, portarias, resoluções e atos administrativos, e, assim que fosse consolidado e validado (por meio de publicação no Diário Oficial do Município ou por meio da sua impressão em formato de cartilha), se transformaria no instrumento norteador da gestão atual e futuras do CRJ. Quão irresponsável poderia ser definir quais as regras de uso de um espaço sem ter a vivência do espaço junto a(os) seu(s) público(s)? Observe-se que, naquela época, o projeto do CRJ não estava consolidado. E, mesmo que se passasse um tempo, um ano que fosse, como seria possível que

tais regras ainda atendessem plenamente aos novos públicos juvenis e contextos que se apresentassem? Definitivamente, quanto menos regras fixadas, melhor.

Saliento, porém, a importância da discussão de como isso seria possível, não só pensado, mas implementado. Ou seja, como foi possível implementar a não implementação de um manual com as regras de uso e normas do CRJ? A gestão do CRJ contava com uma instância colegiada com a sociedade civil: o Comitê gestor, mas o responsável direto pela gestão da política pública e espaço CRJ era mesmo a prefeitura, por meio de uma gerência nomeada e empossada por ela. No caso, eu mesma. Como foi possível ocupar este espaço institucional, como servidora pública comissionada, operando declaradamente pelo interesse dos jovens em relação ao CRJ e impondo tantas mudanças, flexibilizações, exceções do poder público?

3.2 Ativismo institucional

Rebeca Abers (2021) pontua que “ativismo institucional parece uma contradição em termos. Se instituições são, por definição, ordens que se auto reproduzem, o termo ativismo evoca a ideia de transformação” (Abers, 2021, p. 17). É possível que a ideia de transformação e inovação no âmbito público seja vinculada a atores – ou grupo de atores – específicos, no sentido de associar avanços, mudanças e transformações significativas na condução e resultados das políticas públicas a nomes ou grupos específicos da ocasião. É possível que tais méritos sejam endereçados às habilidades, práticas e personalidades extraordinárias de uma pessoa específica ou de um grupo político. É importante parcimônia quanto a essa visão heróica da ação “que essencialmente atribui poderes transformadores apenas a atores que são tão especiais que as regras sociais não se aplicam a eles” (Abers, 2021, p. 21), na medida que ela ignora a dinâmica dual presente no contexto da gestão pública e institucional. Tal conceito ancora-se numa concepção mais abrangente sobre ação, considerando esta indissociável da estrutura. Se, por um lado, as instituições são validadas na prática por meio da ação, por outro, a ação não apenas é restringida por instituições, mas depende delas. As estruturas não se resumem apenas a regras que prescrevem comportamentos em situações específicas; também abrangem os recursos que os atores utilizam em suas ações (Giddens, *apud* Abers, 2021).

Para articular a dupla face entre ação e estrutura, Abers (2021) pauta-se no marco conceitual do pragmatismo de John Dewey (1922, 1933, 1934) e Hans Joas (1996), sobretudo no que tange à crítica à divisão cartesiana entre corpo e mente e sobre a relevância do

conhecimento proveniente da experiência no mundo e das interações sociais. Nesse sentido, os pragmatistas também costumam rejeitar verdades e crenças fixas, o que pode, para Abers (2021), facilitar a compreensão de fenômenos que parecem paradoxais, como o ativismo institucional. Ao considerar a falibilidade das concepções fixas, a visão pragmática nos convida a uma postura flexível e aberta a aprendizados constantes, que só pode ocorrer em uma existência criativa e experimental: “[...] por meio de processos constantes de experimentação, atores não somente aprendem sobre os problemas, mas modificam o mundo em que atuam, mesmo de forma extremamente incremental” (Abers, 2021, p. 25). Contudo, tais atos criativos, não significam o desaparecimento das normas culturais, papéis sociais e regras políticas (Joas, 1996, *apud* Abers, 2021). Pelo contrário, esse contexto produz matéria-prima que o ator usa para experimentar. A prática experimental se desenrola exclusivamente em função das inclinações e princípios que o agente incorpora de seu meio social e percurso de vida.

Neste sentido, podemos afirmar que a ação ocorre não como negação das estruturas, mas a partir delas, como enfrentamento crítico às suas inconsistências:

Isso significa que não é incomum que o ator seja obrigado a usar a capacidade criativa para decidir o que fazer. Por outro lado, esses atos criativos não são superações heroicas em que o ator consegue se livrar das estruturas em que se situa. Pelo contrário, as mesmas rotinas (hábitos), crenças e recursos são a matéria-prima que o ator vai ter que usar para lidar com os problemas (Abers, 2021, p. 25).

Essa visão de ação, na qual os atores são frequentemente compelidos a agir de maneira criativa com os recursos cognitivos e materiais oferecidos pelo contexto problemático em que se encontram, aborda a ação de forma ampla, não se limitando apenas ao ativismo. Para chegar à conceitualização de ativismo institucional, além da articulação pragmática entre ação e estrutura, Abers (2021) remete à ideia, amplamente fundamentada na literatura sobre movimentos sociais sobre ação coletiva. Muitos autores descrevem o surgimento da ação a partir dos contextos, e não apesar deles. Da mesma forma, a ação coletiva é resultado de ações voluntárias “[...] desenvolvidas em um campo de oportunidades e constrangimentos. Indivíduos agindo coletivamente constroem sua ação ao definir em termos cognitivos estas possibilidades e limites” (Melucci, *apud* Abers, 2021, p. 29). A autora também chama a atenção para o fato de a ação coletiva exigir criatividade no seu vasto repertório de rotinas e práticas (abaixo-assinados, ocupações, passeatas), podendo ser associada também à “performance” como coloca Tilly (2008, *apud* Abers, 2021, p. 29):

A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, apreendido, porém improvisado das interações entre pessoas quando eles fazem e recebem reivindicações. Reivindicar normalmente parece *jazz* e *commedia dell'arte* mais que a leitura ritual de escrituras (tradução da autora).⁴⁷

É por meio da associação dos conceitos anteriores do pragmatismo e das teorias sobre movimentos sociais que Abers (2021) propõe o conceito de ativismo institucional como subtipo da ação criativa, que implica agir de forma reflexiva, utilizando a capacidade crítica e a inteligência humana a partir de contextos que apresentam desafios, restrições e recursos que viabilizam a ação, considerando essa como uma prática de natureza coletiva (p. 31-32). Embora indivíduos proativos e comprometidos sejam frequentemente considerados ativistas, a discussão anterior ressalta o ativismo como uma prática de grupo, o que rompe a problemática associada ao conceito “heróico” de ação.

Assim sendo, se o ativismo sugere a imagem de indivíduos com poder limitado lutando contra forças poderosas, a ação coletiva surge como uma maneira de reunir recursos e capacidades para esse empreendimento (Abers, 2021). Geralmente, o ativismo é conduzido por atores que, ao agirem coletivamente em prol de causas, participam de movimentos sociais, que podem ser considerados como uma forma de rede (Diani, 1992, *apud* Abers, 2021). No entanto, a ação coletiva do ativismo também pode ocorrer fora dos movimentos sociais, por meio de outras formas de redes, como aquelas compostas por servidores públicos ou grupos de profissionais. Dessa forma, nas palavras de Abers, define-se ativismo institucional como:

Ação coletiva em prol de causas contenciosas, entendidas como projetos que colocam as instituições em questão, seja para transformá-las, seja para defendê-las contra ameaças percebidas. Entendo, assim, que ativismo é por definição um tipo de ação que sempre envolve instituições. (...). A palavra institucional aqui se refere mais ao local da luta do que ao objeto: ativismo institucional seria então a ação coletiva em prol de causas contenciosas quando realizada por atores em instituições. Pode envolver ação coletiva com outros atores governamentais, com atores não governamentais, ou ambos (Abers, 2021, p. 31).

Utilizo-me do conceito de ativismo institucional proposto por Abers (2021) para a compreensão das dinâmicas da gestão do CRJ no seu primeiro ano de funcionamento, tanto na sua prática com os atores não governamentais, por meio do Comitê Gestor e juventudes

⁴⁷ “The theatrical metaphor calls attention to the clustered, learned, yet improvisational character of people’s interactions as they make and receive each other’s claims. Claim making usually resembles jazz and *commedia dell’arte* rather than ritual reading of scripture” (Tilly, 2008, *apud* Abers, p. 29).

organizadas (ou não), quanto aos atores governamentais, a saber, os servidores lotados naquele espaço e os dirigentes do médio e alto escalão.

Quanto aos últimos, como visto na seção anterior, a postura da gestão (apoiada pelos servidores do espaço, bem como ancorada nas construções com o Comitê Gestor do espaço) foi a de abandonar a ideia de que as estruturas e instituições públicas são, ou devem almejar ser, perfeitamente sólidas. A ideia pragmática de definições provisórias e falíveis quanto ao funcionamento do espaço e suas regras de uso definiu a abertura da gestão para aprendizados constantes e estimulou a ação criativa e reflexiva, tratando cada caso como um caso único, aberto a revisitações e incrementos, como observado nas seções anteriores.

Nesse sentido, não irei me furtar de usar da palavra *luta* para tais feitos na gestão no CRJ, uma vez que as posturas tomadas nada tinham de triviais. Ao contrário, exigiam embates e enfrentamentos com outros servidores e com os meus próprios chefes. Tanto que não foi surpresa para alguns que, uma semana após a minha nomeação no CRJ, fui exonerada do cargo, sem qualquer comunicado prévio, nem mesmo ao gestor máximo da pasta a qual o CRJ estava vinculado, o então presidente da Fundação Municipal de Cultura. A minha exoneração foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM).⁴⁸

Na semana seguinte, descobriu-se que o então prefeito, Alexandre Kalil, afirmou que não havia participado da escolha da gestão do CRJ e que não sabia quem eu era. Por meio de informações que obtive na prefeitura, ele havia questionado sobre o meu envolvimento “exagerado” com os movimentos juvenis. Não fiquei tão surpresa, por mais que tenha sido com este envolvimento “exagerado” que eu havia atuado na gestão de políticas públicas de juventudes por 13 anos (até aquela época), em governos, em tese, mais conservadores que aquele: respectivamente, o de Aécio Neves (2003-2010) e o de Antônio Anastasia (2011-2014).

Na semana que seguiu a minha súbita exoneração do cargo em comissão de gerente executiva do Centro de Referência das Juventudes, ao que me foi informado, diversos representantes de movimentos sociais de juventudes, como a então vereadora Áurea Carolina, além de gestores públicos da PBH, intervieram a meu favor diretamente com o então prefeito. Tais intervenções surtiram efeito, pois fui nomeada ao cargo de gerente do CRJ, menos de

⁴⁸ATO ADMINISTRATIVO: ATOS DO PREFEITO - CONVOCAÇÃO PARA POSSE

Edição: 5218 | 1ª Edição | Ano XXIII | Publicada em: 21/01/2017

PMBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Torna sem efeito a publicação no DOM de 13/01/2017, referente à nomeação de Samira Ávila Theiss Vorcaro, para o cargo em comissão de Gerente de 1º Nível – A, da Gerência do Centro de Referência da Juventude, do Gabinete do Prefeito, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/344001>.

uma semana depois de minha exoneração (Cf. DOM).⁴⁹ Alguns meses depois, em reunião com o então prefeito Kalil, este me estendeu as mãos para um cumprimento e disse: “o movimento se movimentou e você ficou”.

Esse foi somente um dos enfrentamentos que passei nos mais de cinco anos à frente da gestão do CRJ. Em 2017, enquanto gerente do CRJ, eu ocupava, ao mesmo tempo, o espaço da ponta, com os jovens, diariamente, e o do médio escalão, para o qual eu tinha de me reportar, a Fundação Municipal de Cultura. Entretanto, com a mudança de governo e, consequentemente, com as diversas mudanças internas, nos primeiros meses de 2017, o CRJ foi desvinculado da pasta da cultura e, até setembro de 2017 (quando se fixou na Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC –, uma demanda do CRJ), ficou lotado na Secretaria de Governo. O cenário era tão caótico que, na prática, eu não tinha um chefe fixo e a quem me reportar. E isso facilitou muito o meu trabalho. A gestão municipal estava agradecendo que as coisas estavam em paz no CRJ: sem ocupações, manifestações nem polêmicas que pudessem ferir a imagem da recém-empossada gestão municipal. Era demonstrado que o CRJ estava operando de acordo com o Inquérito Civil do Ministério Público e cumprindo todas as etapas ali elencadas. Dessa forma, eu executava a implementação inicial do CRJ e as Ações Participativas totalmente alinhada com as juventudes e com o Comitê Gestor.

Posteriormente, quando o CRJ foi fixado na estrutura municipal dentro da SMASAC e, naturalmente, teve que se alinhar a alguns princípios e lógica da pasta, alguns embates ocorreram. Muitas vezes, mesmo sendo contratada pela prefeitura, tive de me sentar à mesa do médio e alto escalão para negar pedidos e demandas do poder público para o CRJ. Era importante que o processo de implementação do CRJ, pós ocupação e com um Comitê Gestor, fosse coerente e transparente. Era fundamental que a gestão pública tratasse o CRJ nas suas peculiaridades e especificidades. Nesse sentido, a SMASAC era uma secretaria muito propícia a compreender essas particularidades. Além das políticas complexas da Assistência Social e Segurança Alimentar, a pasta abriga as Subsecretarias de Direitos de Cidadania, por meio das diretorias temáticas de políticas dos Idosos, Mulheres, Igualdade Racial, Juventudes, Pessoas com Deficiência e Criança e Adolescente. Nesse contexto, o acolhimento e a aderência às questões específicas do CRJ e das juventudes, por mais que exigissem um posicionamento

⁴⁹ ATO ADMINISTRATIVO: ATOS DO PREFEITO - CONVOCAÇÃO PARA POSSE

Edição: 5222 | 1ª Edição | Ano XXIII | Publicada em: 27/01/2017

PMBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Torna sem efeito a publicação no DOM de 21/01/2017, referente à Samira Ávila Theiss Vorcaro, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/344237>

quase de subversão institucional (Olsson, 2016, *apud* Abers, 2021) da gestão do CRJ, ocorriam de maneira satisfatória.

Foi na sustentação flexível da contradição entre ativismo (transformação) e instituição (reprodução) que a gestão do CRJ, por meio do seu corpo funcional de servidores públicos e do Comitê Gestor, conduziu o primeiro ano de funcionamento do espaço, em 2017, antes do seu projeto conceitual e norteador ser construído com as juventudes da RMBH. Ao final daquele ano, o público estimado do recém-aberto CRJ foi de quase 150 mil pessoas. Figueiredo (2020), em sua pesquisa de mestrado, intitulada de *Resistência Cultural e Juventudes na Praça da Estação: ativismos urbanos e transformações espaciais a partir da cultura e do lazer*, efetivou entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas com 50 jovens usuários do CRJ, em outubro de 2019.

Sobre a ocupação do CRJ, ela observa que

Essa apropriação do espaço – que acontece de forma fluida ao longo de toda a semana, principalmente a partir das 19h e intensifica-se mais a partir das quartas-feiras – mostra que a forma de gestão do Centro de Referência da Juventude, diferentemente de outros equipamentos públicos que impõem mais regras e burocracia para uso, facilita o acesso e a fruição das pessoas, possibilita encontros e experiências importantes para a juventude de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. É importante destacar, mais uma vez, que essa gestão só se tornou diferenciada do restante dos equipamentos da prefeitura depois de muitos conflitos e debates entre sociedade civil e poder público, com a presença constante no espaço de movimentos sociais ligados à juventude (Figueiredo, 2020, p. 100)

Um desdobramento significativo que surgiu da observação, entrevistas e conversas informais, conduzidas pela pesquisadora no CRJ, foi a descoberta da “profunda ligação de pertencimento que os jovens estabelecem com o Centro de Referência da Juventude (CRJ), um equipamento da Prefeitura de Belo Horizonte” (Figueiredo, p. 102). De acordo com ela, as entrevistas semiestruturadas destacaram que a ocupação pelos jovens estava intrinsecamente relacionada à expressão artística, seja para ensaios, aulas, seja para oficinas. No entanto, essa conexão transcende o aspecto físico de ter um espaço disponível para atividades artísticas, revelando laços afetivos e políticos. Nas entrevistas, as palavras mais associadas ao CRJ foram “liberdade”, seguida por “acolhimento”, “diversidade”, “acessibilidade”, “oportunidade” e “união”. As percepções expressas pelos entrevistados, como “espaço agregador”, “lugar de encontro e trocas” e “espaço de representatividade”, ressaltam a importância desse local para os jovens (Figueiredo, 2020).

O próximo capítulo tratará de aprofundar o entendimento dessa relação de pertencimento dos jovens e seus desdobramentos para a vocação artística e cultural que o CRJ assumiu nos anos seguintes à sua abertura, bem como a análise da sua correlação com o formato de gestão do espaço.

4 MINHA SEGUNDA CASA

4.1 A criação de um novo imaginário, o coletivo

Em *A Instituição imaginária da sociedade*, Cornelius Castoriadis (1975) defende que cada sociedade particular se “autoinstitui” ao criar as significações imaginárias que, por sua vez, emprestam sentido às vivências sociais. O conjunto articulado dessas significações imaginárias, crenças, mitos, valores e normas que regem a vida social e conferem significado às ações cotidianas, constitui o imaginário da sociedade em questão, no qual os indivíduos são socializados e modelados enquanto corpos sociais como membros de uma comunidade em particular. É nesse imaginário que as instituições encontram solo fértil para enraizar e exercer poder sobre os indivíduos, que internalizam normas e valores estabelecidos e os incorporam ao seu comportamento e identidade. Dessa forma, o poder explícito das instituições não se limita à coerção física ou às regras formais, mas também à assimilação pelas pessoas das significações imaginárias sociais, o que garante o seu controle direto sobre eles, mantendo sua legitimidade e reprodução.

A ideia de poder explícito (Castoriadis, 1975) pode ser ampliada para incluir não somente o controle exercido pelas estruturas institucionais sobre os indivíduos, mas também a dimensão da auto-instituição da coletividade como uma forma legítima de poder. De acordo com o autor, a capacidade das sociedades de se auto instituírem implica não somente a criação das significações imaginárias sociais, mas também a possibilidade de os membros da sociedade participarem de forma ativa na definição e organização das estruturas sociais. Essa autogestão é uma demonstração concreta do poder da coletividade ao criar e dar forma às suas próprias instituições, normas e significados compartilhados.

Assim, o poder explícito não se limita somente à dominação hierárquica mas também abrange a autoridade emergente de baixo para cima, por meio do processo de auto-organização e autodeterminação das comunidades. Castoriadis (1975) sustenta que a autogestão da coletividade é uma manifestação da liberdade humana, na qual os indivíduos assumem a responsabilidade pela definição do seu próprio destino e participam ativamente na construção do contexto em que estão inseridos. Essa abordagem nos leva a refletir sobre o poder não somente como uma imposição externa mas também como uma construção interna, que se dá pela participação, engajamento e autonomia dos membros da sociedade. Nesse sentido, a autonomia e a auto-instituição são conceitos interligados, sendo ambos

fundamentais para a compreensão da capacidade das sociedades de se autodeterminarem e se auto-organizarem, como pontua Castoriadis (1975, *apud* Dardot; Laval, p. 32):

A autogestão coletiva das atividades comuns configura-se como uma manifestação prática do poder explícito, onde a coletividade exerce sua autonomia instituinte por meio do engajamento prático compartilhado na regulação de suas próprias atividades e na criação de normas comuns.

A partir do conceito de poder explícito, de Castoriadis (1975), é possível refletir sobre o histórico de luta pelo Centro de Referência da Juventude (CRJ), que, ao longo de uma década (2006-2016), buscou superar o poder e o controle das forças institucionais que impediam o acesso e a participação dos jovens na construção do espaço. Foi por meio da atuação direta da coletividade em prol do direito de construir um CRJ que emergiu uma outra forma legítima de poder, onde foram estabelecidos novos significados compartilhados e outras formas de pensar a construção do espaço. É importante inserir a ideia de autonomia coletiva vinculada a este processo.

A autonomia, segundo Castoriadis (1990b), é a capacidade do indivíduo de estabelecer uma relação reflexiva com suas instâncias psíquicas e sua história, permitindo-lhe escapar da repetição e refletir sobre suas ações e pensamentos, além de compreender seus desejos. Um indivíduo pode ser considerado autônomo se, de forma consciente, afirmar que a lei sob a qual vive é também a sua lei. Para isso, não é necessário que ele aprove a lei; “[...] é suficiente que tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei” (Castoriadis, 1990b, p. 132).

Já a autonomia coletiva remete à existência de instituições sociais que garantem a participação nos processos de decisão que regem a vida coletiva. Essa autonomia é fundamentada em instituições que permitem a existência de indivíduos independentes e educados para a liberdade, ou seja, que atribuem tanto valor à liberdade própria quanto à liberdade dos outros. A maneira como isso se concretiza tem a ver, muitíssimas vezes, com organizações e práticas espaciais insurgentes⁵⁰ (Souza, 2012). É importante demarcar que o projeto de autonomia coletiva instituída no CRJ, por meio do Comitê Gestor e dos processos participativos de gestão e planejamento do espaço, era tributário do poder de auto-organização das juventudes na insurgência que eclodiu na ocupação do espaço, por 28 dias, pelos movimentos juvenis, em maio de 2016. As práticas de autogestão que passamos a desenvolver

⁵⁰ Para Marcelo Lopes de Souza, “a práxis dos movimentos contemporâneos vem mostrando o quanto a mudança social concreta tem que ser uma mudança sócio-espacial, começando pelo trabalho de mobilização e organização em escala (micro) local” (Souza, 2012, p. 81).

no CRJ a partir da instauração do Comitê Gestor foram embrionárias das práticas prévias de participação e auto-organização das juventudes no processo de conquista do CRJ nas audiências públicas, nas diversas reuniões e tentativas de negociação e, por fim, no ato de ocupação do espaço.

No entanto, quando o Comitê Gestor foi efetivamente criado e a prática diária não se limitava mais à luta pela abertura do CRJ, mas, sim, à criação desse espaço (que naquele momento existia apenas como uma ideia, um sonho e um espaço físico), era necessária uma predisposição para a radicalidade.

É na concepção de novos significados e formas de organização social que nasce o conceito de “imaginário radical”, em Cornelius Castoriadis (1975), que busca transcender as limitações impostas pelo “imaginário instituído”, manifestando-se como uma disposição mental caracterizada pela imaginação criativa e pela subversão das normas dominantes, que possibilita a autoalteração e autocriação da sociedade e do sujeito.

Desse modo, para o autor, o imaginário radical está na base tanto da criação social histórica quanto da subjetividade individual. É o que permite a emergência de novas instituições, leis, normas e significações imaginárias sociais em uma sociedade, sendo fonte da criatividade psíquica individual e comportamental:

[...] aparece como comportamento não meramente “imprevisível”, mas criador (de indivíduos, grupos, classes ou sociedades inteiras); não como simples desvio em relação a um tipo existente, mas como enunciação de um novo tipo de comportamento, como instituição de uma nova regra social, como invenção de um novo objeto ou nova forma – em resumo, como surgimento ou produção que não pode ser deduzida da situação precedente, conclusão que supera as premissas ou “posição” de novas premissas. [...] A história não pode ser pensada de acordo com o esquema determinista (aliás, nem segundo um esquema “dialético” simples), porque é domínio da criação (Castoriadis, 1975, p. 65).

Nessa perspectiva teórica, a “imaginação radical” é concebida como uma força propulsora para a mudança social, oferecendo a possibilidade de os indivíduos transcenderem os constrangimentos do *status quo* e engendrarem outras formas de organização coletiva. Ele representa, portanto, um convite à reflexão sobre as potencialidades emancipatórias da imaginação humana, um “[...] poder de instituir significações imaginárias, poder que, sendo “participável por todos”, é obra coletiva de todos” (Castoriadis, 1975, *apud* Dardot; Laval, 2017, p. 350).

Nesse ponto, o autor introduz o conceito de “práxis”, que é a ação que objetiva a autonomia, isto é, “[...] atividade que visa aos outros como sujeitos (potencialmente

autônomos) e quer contribuir para que eles alcancem plena autonomia” (Castoriadis, 1975, p. 112). Ao contrário da instituição que, “[...] não persegue nenhum objetivo, porque foge do controle direto da consciência, mas cria significações imaginárias (a instituição)” (Castoriadis, 1975 *apud* Dardot; Laval, 2017, p. 356), a práxis é uma atividade emancipadora por natureza, consciente, que “[...] visa à autonomia e a pressupõe, mas não pode decidir por si mesma a destruição das antigas significações imaginárias e sua substituição por novas (a práxis)” (Castoriadis, 1975) *apud* Dardot; Laval, 2017, p. 356). Ou seja, a prática “instituidora” não pode escapar completamente das condições impostas, na medida que o exercício do poder instituidor da sociedade, em parte, envolve a retomada do que já está estabelecido, pois sempre carrega o peso da herança social. A sociedade instituidora, mesmo em sua forma mais radical, sempre opera a partir do que já existe, estando sempre presente na história.

Os homens, embora “façam” sua história, fazem-na sempre em circunstâncias e condições que eles não escolheram, que eles “encontram sempre já aí”, porque foram herdadas das gerações anteriores. Por esse lado, o “fazer” dos homens é sempre condicionado pelos resultados da atividade daqueles que os precederam. Todavia, esse condicionamento não apenas não exclui a criação do novo, como o torna possível. Isso porque as condições encontradas já aí por cada geração não são um meio neutro, ao qual a ação dos homens só poderia se conformar passivamente. Pois – e esse é o segundolado do “fazer” –, ao agir em determinadas condições, os homens agem sobre essas condições de tal modo que “estabelecem” novas condições. Eles subvertem assim o antigo estado de coisas e trazem à existência o que não possui precedentes na história (Dardot; Laval, 2017, p. 357).

A dimensão histórica revela sua relevância não apenas na análise da evolução interna das instituições ou na transição de uma para outra, mas, especialmente, na fundação de uma outra instituição. Já o conceito castoriano de “práxis instituinte” desempenha um papel central ao evidenciar esse processo: instituir novas regras de direito implica a formação de outra instituição, desde que se conceba “instituição” como o conjunto de regras resultantes da atividade instituinte, e não a própria atividade em si. Ou seja, a práxis instituinte, demanda não apenas habilidade técnica mas também uma base derivada do “já instituído”, que carrega consigo uma herança de significado.

Simultaneamente, isso consiste em estabelecer novas regras que, olhando retrospectivamente, conferem a essa herança um significado que anteriormente não tinha. Ademais, outra função essencial do conceito de práxis instituinte é de ressaltar a necessidade premente de uma atividade instituinte contínua, que transcenda o momento inicial do ato fundacional e opere como uma *instituição em andamento*. Como apontado por Castoriadis

(1975), uma vez estabelecida, cada instituição tende a autonomizar-se em relação ao ato que a originou, em virtude da sua inércia. Portanto, a práxis instituinte é tanto a atividade que estabelece um novo conjunto de regras quanto aquela que busca reiniciar continuamente esse processo para evitar a rigidez do instituído. Sendo assim, é a práxis que, desde o início, antecipa, conscientemente, a necessidade de modificar e reinventar o instituído para garantir sua eficácia contínua ao longo do tempo. Dessa forma, ela produz seu próprio sujeito na “[...] continuidade de um exercício que deve se renovar para além do ato criador. Mais exatamente, ela é autoprodução de um sujeito coletivo na e pela co-produção continuada de regras de direito” (Dardot; Laval, 2017, p. 363).

Nesse sentido, é importante registrar a noção e a consciência, na prática diária do CRJ, de que não se estava criando nada, no sentido de “nunca existente”, no âmbito da gestão pública. Os processos para planejamento, práticas de gestão e organização do espaço estavam, automaticamente, dados. Caberia aos gestores, conduzirem suas práticas de acordo com os modelos existentes nos equipamentos similares da PBH. Um exemplo já relatado, os guardas municipais que estavam lotados no espaço operavam de acordo com as regras de proteção patrimonial, até o momento em que essas normas começaram a ser questionadas e, a partir disso, revisitadas. A partir da prática diária, sob uma perspectiva instituinte, novas camadas iam sendo criadas pelo coletivo que, naturalmente, promoviam outras condições de estar e ocupar aquele lugar. Isso jamais seria possível sem um processo diário e contínuo. Assim, era no dia a dia que o “novo” surgia. A partir de fatos e acontecimentos na rotina do espaço que demandavam uma ação que era, em praxe, pensada coletivamente e cuja solução estava focada nos direitos das juventudes em relação ao CRJ, que poderia gerar uma nova abordagem, como foi o caso dos cães dos jovens da área do circo.

Os processos de participação, gestão e planejamento desenvolvidos no primeiro ano de funcionamento do CRJ demandaram e resultaram na criação de significações imaginárias, que deram origem a um tipo específico de habitação naquele espaço. Espaço inventado, espaço utopia – CRJ que sonhamos – a germinação e o fruto do sonho coletivo. O exercício diário e contínuo de não se concentrar na satisfação das demandas e desejos individuais, mantendo a atenção na coletividade, que, aliás, sempre se mostrou mais potente (radical) e assertiva.

O exercício de driblar as artimanhas do poder, aliado à coragem e ao ambiente propício para a oposição às normas postas – imaginário instituído – foram sendo fortalecidos no dia a dia do espaço, à medida que se reivindicava a alteridade daquele espaço no que concerne às políticas públicas da PBH: um espaço *de e para* jovens, diversos e múltiplos.

Assim, as ações participativas realizadas ao passo da implementação do funcionamento descomplicado e democrático do espaço, sob a égide da construção de um CRJ que sesonhava, afetava não só o imaginário coletivo das juventudes participantes mas também aquele espaço e aqueles corpos.

Existia a nítida sensação de criação coletiva e partilhada, pela qual se podia imaginar um *lugar diferente dos outros*, criado sob outras lógicas institucionais, com objetivos voltados radicalmente para o interesse dos jovens. A força do simbolismo da estrutura institucional sob a qual o CRJ se encontrava, incrustada no poder executivo municipal, não superou a competência da coletividade, que se auto institui em torno de um projeto sonhado por tantos jovens há mais de uma década. O efeito da disposição mental suscitada por esse processo criativo e imaginativo parecia também encorpar o espaço do CRJ na relação que as juventudes iam criando com aquele lugar, um senso de pertencimento e integração perceptível no comportamento dos jovens na ocupação do espaço.

4.1.1 Radicalmente colorido

Em geral, a maioria dos equipamentos públicos da PBH não autoriza a realização de pinturas de murais nem painéis de grafite. Normalmente, apenas nas áreas externas desses espaços, como muros e fachadas, é possível encontrar algumas obras que, em geral, contam com a aprovação da gestão pública antes de serem executadas. Quanto à presença de murais grafitados ou desenhos nas paredes internas desses locais, isso geralmente depende da discricionariedade do gestor direto do equipamento ou do nível de envolvimento da comunidade local com o espaço.

No CRJ, a situação não era diferente. Quando assumi a gestão do espaço, todas as paredes estavam recém-pintadas e totalmente brancas. No entanto, havia uma demanda significativa por parte de jovens artistas interessados em pintar murais e imagens nas paredes do recém-inaugurado espaço, seja de forma individual ou coletiva. No dia do primeiro seminário das Ações Participativas, o *Cola no CRJ*, um grupo de meninas, pertencentes a um coletivo de mulheres grafiteiras, chegou no espaço com latas de tinta em aerossol (*spray*) de diversas cores. Como havia uma atividade⁵¹ destinada a ocupar visualmente o espaço, com

⁵¹ Como previsto no folheto de divulgação do seminário, a programação do dia 1o de abril de 2017, entre 13:00 e 14:30 era:

Programação: 13h às 14h30 – *Okupa* – ocupe o CRJ com cartazes, faixas, balões, desenhos, instalações, palavras, imagens, performances com o seu corre, mostrando as lutas das juventudes, o seu movimento e as causas prioritárias. Haverá oficinas de elaboração de cartazes, lambe-lambe, tipografia e carimbos. A dinâmica

cartazes, faixas, frases, lambe-lambe, entre outros, não me pareceu incoerente a proposta das jovens artistas: pintar um grande painel coletivo em uma parede que contornava a área da Arena do CRJ, para demarcar a importância daquele dia.

Acionei o Comitê Gestor, cujos integrantes estavam espalhados pelo espaço na organização do evento, para deliberar sobre a demanda das jovens. Não era uma decisão que eu poderia tomar sozinha. Ao mesmo tempo, mesmo que a decisão fosse tomada em conjunto, eu sabia que, futuramente, seria a única responsável perante a PBH, pela autorização para a pintura. Contudo, por ser uma demanda legítima e recorrente, além de resultar de um processo participativo interno, eu estava convencida de que essa decisão ia ao encontro com o CRJ que as juventudes queriam construir. Como todos os membros do comitê demonstraram apoio à execução do grafite, ele foi executado naquela tarde, cobrindo uma parede inteira do CRJ. Essa foi a primeira de uma série de paredes que seriam pintadas nos próximos meses e anos.

Embora uma regra tenha sido quebrada, uma regra inexistente, do ponto de vista normativo, não nos apressamos em estabelecer, em contrapartida, outras normas que regulamentassem e normatizassem a ocupação visual do espaço. As “novas regras” deveriam ser flexíveis, refletindo a dinâmica de ocupação que se instaurava no espaço. Uma regra poderia não atender à realidade e às aspirações de um determinado coletivo de jovens e, a partir dela e em diálogo com o novo contexto apresentado, outra diretriz poderia emergir ou escalonar. E assim por diante, de maneira instituinte. De fato, sem muitos critérios pré-estabelecidos, mas com análises “caso a caso” e sempre com a anuência do Comitê Gestor, as paredes do CRJ começaram a ser ocupadas pelos mais diversos projetos artísticos visuais: diferentes estilos de grafite, pinturas e desenhos de diversas técnicas, colagens, lambes, *grapixo*, entre outros. As áreas destinadas às exposições de artes plásticas e visuais – *hall* de entrada, galerias do primeiro e do segundo andar, mantinham-se sem intervenções permanentes.

A radicalização da ocupação visual das paredes do CRJ gerou uma crescente demanda – que ainda não havia surgido àquela altura – por exposições coletivas e individuais de jovens no espaço. Um marco desse movimento foi a exposição coletiva *Deriva*, que, semestralmente, reunia a produção dos alunos do curso de Artes Visuais da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A exposição estava em sua décima edição em 2017 e reunia mais de 50 jovens artistas estudantes. Eles, não só expunham como também participavam de todo o processo de concepção e de produção da mostra, que

das performances deverá ser itinerante e inclusiva. Quer ocupar? Cola na gente! Cola na parede o seu sonho coletivo para o CRJ!

teve como idealizador e curador o docente e artista da Escola de Belas Artes, professor Marcos Hill⁵². O professor foi o primeiro a propor uma ocupação artística visual de grande porte no CRJ, não restringindo nem delimitando os espaços de exposição, transformando todo o prédio em uma grande galeria aberta. Meses antes, quando passou uma tarde no CRJ para conhecer melhor o espaço e as políticas nele envolvidas, observou o caráter coletivo e criativo que se processava ali, identificando-o com as características da exposição *Deriva*. Ao boletim de notícias da UFMG, Marcos Hill disse, posteriormente, que se tratava “de uma parceria que estamos celebrando com muita alegria e que queremos que perdure: o centro é um espaço democrático e privilegiado de acolhimento dos jovens, de suas ideias e de suas necessidades de expressão artística e cultural” (Exposição de alunos..., 2017).

Como os graduandos em Belas Artes da UFMG começaram a ocupar o espaço constantemente, tanto eles quanto os docentes e colaboradores da EBA puderam conhecer o contexto de resistência e luta do CRJ. Afinal, a presença deles coincidia com as movimentações e mobilizações em torno do seminário *Cola no CRJ* (abril de 2017) e da posse do Comitê Gestor (maio de 2017). A presença da juventude universitária e da instituição UFMG contribuiu para dar eco ao recém-conquistado, mas ainda extremamente vulnerável, espaço: “a sociedade precisa se mobilizar para que o caráter democrático e horizontal do centro, que propicia o amplo acesso dos jovens, seja mantido” (Exposição de alunos..., 2017). Essa primeira ocupação abriu o caminho para muitas outras importantes parcerias e projetos⁵³

⁵² Marcos Hill é bacharel em Gravura pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e Especialista em Conservação-Restauração pelo Curso de Especialização Lato Sensu em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR) da Escola de Belas Artes da UFMG (1986) e em Cultura e Arte Colonial pelo Curso de Especialização Lato Sensu em Cultura e Arte Barroca pelo Instituto de Filosofia, Arte e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (1987). Realizou seu mestrado em História da Arte na Université Catholique de Louvain (Louvain-la-Neuve-Bélgica) (1990). É Doutor em Artes pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (2008). É Pós-Doutor em Línguas Modernas e Literaturas pela University of Miami - EUA (2015). Tem experiência na área de Artes, com ênfase no Ensino de Arte, em História, Teoria e Crítica da Arte, desenvolvendo pesquisas sobre os seguintes assuntos: arte colonial luso-brasileira, arte moderna e contemporânea brasileira, arte contemporânea internacional com ênfase em arte africana contemporânea e performance. Atua como curador independente.

Disponível em: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=8769142164B74B12B9A797077BFCEC91.buscatextual_0.

⁵³ A Universidade Federal de Minas Gerais foi parceira do CRJ em diversas ações entre os anos de 2017 e 2022 (período que fui gestora do espaço). Porém, cito dois projetos / programas permanentes que eram desenvolvidos no espaço:

1. Programa de Extensão Brota: Juventude, Educação e Cultura, fruto da parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão (Proex), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), o Centro de Referência da Juventude (CRJ) e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED). O programa atende alunos das escolas públicas municipais em diversas áreas, como artes visuais, poesia, circo, dança, design, gastronomia, teatro, além de rodas de conversação de orientação psicanalítica.
2. Já o PrEP1519 é um estudo desenvolvido em três capitais brasileiras, Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), entre adolescentes de 15 a 19 anos que se identifiquem como mulheres transexuais ou travestis ou como homens cisgêneros gays, bissexuais ou que fazem sexo com outros homens (HSH). O objetivo é avaliar

com a instituição, além de inaugurar a ocupação das juventudes da UFMG no CRJ, fato que fortalecia e legitimava a luta pelo espaço, como afirmaria o professor Hill: “a presença da UFMG no local é um importante sinal de resistência” (*Ibidem*, 2017).

Ao se tornar a tela da imaginação criativa de uma coletividade extremamente plural, o espaço do Centro de Referência da Juventude (CRJ) começou a ser auto criado pelos jovens ocupantes, a partir da ruptura e reformulação das normas estabelecidas anteriormente, bem como da criação de outras, mais maleáveis e customizadas, comprometidas com as subjetividades daqueles que intervieram criativamente naquelas paredes e ambiente. Enquanto as paredes brancas remetiam à introjeção e aceitação das normas que regulavam a maioria dos espaços públicos frequentados pelos jovens, resultando em um tipo de concepção e construção imaginária sobre as próprias instituições públicas, as paredes coloridas do CRJ promoviam outras e novas associações psíquicas, corporais e comportamentais com o espaço, fomentando outros tipos de vínculo e apropriação com aquela instituição recém auto instituída.

4.1.2 Radicalmente “nosso”

Articulando o conceito da imaginação radical, práxis instituinte e a ruptura e transformação de práticas institucionais subalternizantes, que paralisam e impedem a atuação autônoma e criativa dos cidadãos, cabe rememorar algumas experiências coletivas vivenciadas no primeiro ano de funcionamento do espaço.

Como já relatado, o CRJ dispõe de diversas salas e ambientes que podem ser utilizados pelos jovens para atividades diversas. Todavia, em função do número reduzido de funcionários na instituição, era essencial envolver os jovens no processo de gestão e utilização desses espaços. Assim sendo, as ocupações eram, como as denominávamos, “autogestionadas”: os jovens eram responsáveis por retirar as chaves do espaço que pretendiam usar na sala onde ficavam os dois produtores assistentes do CRJ, abrir o local, organizar o *layout* conforme suas necessidades (quase todas as salas possuíam mobiliário básico, incluindo cadeiras e mesas) e, após o uso, devolver o espaço ao estado original em que foi encontrado. Caso a atividade demandasse montagens mais complexas, como a organização de fileiras de cadeiras para uma plateia maior, instalação de equipamentos de som e outras

a efetividade da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) nessa população. Em Belo Horizonte, o projeto possui um espaço de atendimento, exames e consulta no CRJ. Disponível em: <https://prep1519.org/>.

estruturas, os organizadores do evento coordenavam mutirões para a montagem edesmontagem dos espaços.

Foram raras as ocasiões em que esse combinado – o de deixar o espaço exatamente como foi encontrado – não foi cumprido. Mesmo porque os grupos sabiam que o espaço, após a utilização, seria ocupado por outros jovens que, assim como eles, gostariam de encontrar um espaço organizado.

A lógica de ocupação por atividades autogestionadas também se aplicava às atividades promovidas pelo poder público ou por instituições. Nesse caso, dependendo do porte do evento, era combinado com os organizadores dos eventos que eles providenciassem apoio extra para limpeza posterior do espaço utilizado e dos banheiros, equipe extra para montagem e desmontagem, seguranças, entre outros.

O formato de atividades autogestionadas objetivou dar o máximo de autonomia e responsabilização aos grupos no ato da ocupação, baseado na convicção sobre a capacidade coletiva das juventudes em construir, fruir e manter espaços coletivos funcionais, respeitosos e bem cuidados. Ouvi, diversas vezes, no primeiro ano de gestão do espaço, que o CRJ seria todo *pixado*, que os móveis ficariam inutilizados, que o local seria palco de bagunça e contravenções. Era preciso romper com os preconceitos e estereótipos – imanginários – que são atribuídos aos jovens, sobretudo aos periféricos, pobres e negros(as): um movimento necessário e diário de quem trabalha com juventudes.

Diante das premissas de ocupação, de maneira geral, a dinâmica de ocupações autogestionadas fluía muito bem e nos permitia garantir a ocupação integral das salas e espaços do CRJ nos três turnos. Além dos espaços que eram necessários o agendamento, havia os espaços comuns, que eram aqueles ocupados espontaneamente, que não demandavam reserva prévia, como as galerias, o *hall* de entrada, o entorno da arena, corredores. Todos os cantos estavam livres para a ocupação. Dependendo do tipo de ações agendadas em uma única noite, além das ocupações espontâneas, as áreas externas – a praça da estação e o passeio do CRJ – também ficavam lotadas de jovens reunidos, ensaiando, dialogando, ocupando.

A dinâmica de autogestão dos eventos e ações agendadas sempre funcionaram muito bem e o espaço nunca foi depredado, *pixado* nem destruído, como advertido. Pelo contrário, o que foi observado e recorrente era uma legítima relação de responsabilização e comprometimento com o espaço e com os equipamentos por parte dos ocupantes. Certa vez, durante um treino, um coletivo de *b-boys*, que são os dançarinos do movimento *hip-hop*, acertaram com os pés uma pilastra de gesso, localizada em um espaço comum do CRJ,

deixando um buraco na estrutura. Obviamente, aquilo tinha sido um acidente, resultado da prática, dos movimentos intensos característicos da modalidade da dança em questão. Assim sendo, o procedimento seria o de entrar com um pedido para a reparação na Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), que é órgão responsável pela manutenção predial das edificações da PBH, que atende as demandas de todos os equipamentos públicos municipais de Belo Horizonte, de acordo com a urgência dos chamados e disponibilidade da equipe. Uma pilastra danificada, sem apresentar danos estruturais ao prédio e aos usuários do espaço, seria provavelmente um chamado de baixa prioridade, que levaria meses (até anos) para ser consertado pela SUDECAP. O grupo de *b-boys* que danificou a pilastra era um coletivo que estava ocupando o espaço há alguns meses e, de alguma forma, sabiam que aquele buraco na pilastra não seria resolvido prontamente pela PBH. Dessa forma, dois dias após o incidente, os jovens chegaram ao espaço com material e instrumentos para a restauração da pilastra. Alguns dias depois, um outro grupo de jovens fez um grafite na pilastra, não deixando nenhuma marca visível da restauração.

Outro episódio que merece destaque foi a ativação da cozinha do CRJ. Como já mencionado, o espaço conta com uma cozinha que foi projetada para ser uma cozinha escola. Por isso, na sua parte estrutural, existiam grandes bancadas de granito, uma extensa mesa no centro, pias e cubas profundas, assim como espaço pensado para equipamentos de uma cozinha de porte industrial. Só não contava com equipamentos nem eletrodomésticos. Como era o espaço que os funcionários faziam suas refeições, um forno de micro-ondas foi “arranjado” pelos servidores da Biblioteca Infantojuvenil e, posteriormente, uma pequena geladeira também foi angariada. Entretanto, a utilização da cozinha restringia-se ao espaço de alimentação dos trabalhadores da casa e, no máximo, para dar suporte a alguns eventos agendados no espaço, servindo para armazenar ou organizar alimentos e bebidas para lanches, *buffets* e coisas do gênero.

Não demorou muito, começaram a surgir demandas de ocupação de atividades culinárias e gastronômicas. Todavia, considerando a falta de equipamentos, eletrodomésticos e utensílios mínimos de cozinha no local, não poderíamos viabilizar tais eventos. Até que o projeto de extensão da UFMG, o Brota, iniciou uma parceria com o CRJ para a realização de diversas trilhas de formação em arte e cultura, aliadas a rodas de conversas e dinâmicas em grupo, voltadas para adolescentes da rede municipal de educação. Surgiu a ideia de trabalhar com a formação culinária, uma vez que dois *chefs* de cozinha parceiros do programa estavam dispostos a ministrar um curso para os jovens.

A partir disso, os alunos e alunas do projeto de extensão iniciaram um mutirão entre eles, seus amigos e familiares para arrecadar utensílios e eletroeletrônicos de cozinha para o CRJ e, com isso, viabilizar a formação. Em poucos dias, diversos produtos, a maioria usados, foram arrecadados: panelas, pratos, copos, talheres e acessórios, além de um fogão industrial, uma geladeira e um *freezer*. Com esse mínimo de equipamentos, além dos materiais que os professores combinaram de levar nos dias de oficina, acreditava-se que seria possível iniciar a atividade formativa. O recurso para compra de alimentos e insumos necessários para a elaboração dos pratos de cada aula também era rateado entre uma rede de colaboradores do projeto.

Dessa forma, as aulas tiveram início e a cozinha começou a produzir um cardápio escolhido com a participação dos jovens. No final das aulas, os pratos produzidos eram servidos a todos os alunos do projeto. A cada dia de oficina, os jovens, equipe do Brota e do CRJ, se surpreendiam com aquela espécie de magia que acontecia naquela cozinha, aparentemente tão precária, mas que produzia comidas saborosas e bem-servidas. Como os professores eram profissionais da gastronomia, em todas as oportunidades, incluíam algo diferenciado nas receitas, por mais simples que fosse⁵⁴, além de formas arrojadas de servir e apresentar os pratos, o que impressionava os jovens, que diziam que nunca haviam experimentado nada parecido em suas vidas.

A revolução na cozinha incentivou outras pessoas e projetos a proporem outras ocupações culinárias no CRJ. Diante do sucesso e da expectativa, a equipe do Brota começou a organizar jantares para amigos e parceiros que pudessem contribuir com fundos para a aquisição de mais utensílios e equipamentos para o espaço. Foram realizados cerca de três grandes jantares e todo recurso arrecadado foi investido nestes itens, que deram mais impulsionamento e movimento na nossa cozinha.

Dardot e Laval (2017) argumentam que o *comum* emerge das práticas coletivas dos indivíduos que, por meio de sua ação conjunta, produzem normas e instituições para regular alguma atividade compartilhada. O comum, portanto, não é apenas uma ideia ou um conceito, mas uma prática viva que “visa criar instituições de autogoverno que possibilitem o desenvolvimento mais livre possível desse agir comum” (Dardot; Laval, 2017, p. 378).

Já a abordagem política do comum atravessa todas as divisões institucionais estabelecidas, manifestando uma demanda por democracia que é, ao mesmo tempo, abrangente e consistente. Desta feita, em todos os campos, os indivíduos colaboram e devem

⁵⁴ Como o molho de tomate do cachorro-quente que, em vez de ser um molho pronto, como a maioria conhecia, foi preparado com tomates frescos transformados em tomate *pelati*, um molho caseiro típico italiano.

ter a oportunidade de participar na definição das normas que os impactam, na gestão das instituições onde atuam, vivem e trabalham. No que diz respeito aos serviços públicos, a indagação central reside em como reestruturar os serviços públicos de modo que se transformem em entidades do comum, voltadas para os direitos de uso compartilhado e administradas democraticamente.

A ativação da cozinha do CRJ foi um mutirão em prol do comum, que gerou uma rede articulada, mobilizou recursos que, em um tempo muito curto, transformou o que não existia em realidade. O princípio da transformação daquele espaço fundamentava-se na ação autônoma da coletividade em um *agir comum* (Dardot; Laval, 2017), que desenvolveu estratégias próprias – um autogoverno – para viabilizar um sonho partilhado. Em correspondência à imaginação radical (Castoriadis, 1975), a prática que desafiava as condições postas na estrutura do CRJ e propunha novos horizontes de significado e ação, propulsionou a capacidade dos coletivos que habitavam o espaço de se governarem e de se organizarem de acordo com suas próprias necessidades e aspirações. Ela atuava como catalisadora para a transformação do espaço, por meio das práticas e dos fins coletivos, desdobrando-se em novas realidades palpáveis, como uma cozinha operante por meio da mobilização e da solidariedade dos ocupantes do CRJ.

4.1.3 *Catraca livre*

O Centro de Referência das Juventudes está localizado no chamado baixo centro – área do hipercentro da cidade, que abrange o entorno da Praça Sete e Praça da Estação – de Belo Horizonte. O espaço se posiciona ao lado da Praça da Estação, fica a poucos passos da estação central do metrô e as laterais do prédio dão, de um lado, para a Avenida dos Andradas, do outro, para a rua Aarão Reis. Esta, que possui um trecho movimentado do outro lado da praça, ali na altura do CRJ é uma rua de paralelepípedos, com duas casas abandonadas e tombadas pelo patrimônio histórico estadual e um grande estacionamento pertencente ao Museu de Artes e Ofícios – MAO, também localizado na Praça da Estação.

Em suma, o CRJ está situado em um dos trechos mais movimentados da cidade, uma vez que é um ponto de passagem para aqueles que utilizam o transporte público, seja através do metrô ou das diversas linhas de ônibus. Outro aspecto marcante da região, particularmente na área da praça próxima ao CRJ e na Rua Aarão Reis (atrás do CRJ), é a grande quantidade de pessoas em situação de rua. Em sua maioria, homens adultos e alguns casais com malocas

(como eles chamam as barracas que constroem para se abrigarem, com diversos tipos de materiais) e pertences pessoais, como cobertores, roupas, produtos de higiene etc.

Inserido nesse cenário e contexto urbano e social, é natural que o CRJ seja frequentado por esse público do seu entorno, principalmente para beber água e utilizar os banheiros. Desde a abertura do espaço, havia um plano da PBH de colocar catracas na entrada do CRJ, instalar câmeras de segurança e cercar o prédio com grades. De acordo com a gestão pública, tudo isso seria em prol da segurança do espaço. Entretanto, com a instauração do Comitê Gestor e a realização das Ações Participativas, tais medidas de proteção do espaço foram sistematicamente questionadas. O CRJ que estava sendo pensado e desenhado enquanto política pública de juventudes, tinha, naquele primeiro ano de funcionamento do espaço, as palavras “aberto”, “acessível” e “democrático” como pilares estruturantes inegociáveis. Afinal, o primeiro motivo da ocupação do espaço, no ano anterior, era justamente a exigência da abertura imediata do CRJ. Questionava-se também a verdadeira intenção daquelas medidas de segurança. A ultrapassada visão patrimonialista da prefeitura, aliada às diversas medidas higienistas aplicadas no baixo centro nos anos anteriores pela gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda, apontavam para mais uma tentativa de dificultar o acesso de pessoas em situação de rua, pessoas em conflito com a lei, pobres, ambulantes, entre outros, a espaços públicos, especialmente aqueles de arte e cultura. Isso pode ser constatado na própria sede do MAO, ao lado das instalações do CRJ, cuja entrada do público é totalmente controlada por seguranças.

Para o CRJ, que vinha sendo construído coletivamente, não fazia sentido impedir ou dificultar o acesso de qualquer cidadão ao espaço. Muito pelo contrário, quanto mais acessível e democrático fosse, quanto mais pessoas entrassem e frequentassem diariamente aquele prédio, mais próximo ele estaria de ocupar seu espaço no baixo centro da cidade como uma referência não só das juventudes, mas também da diversidade e da resistência.

É certo que nunca chegamos a entrar em bons termos quanto às investidas da PBH para a instalação das catracas. Talvez tenhamos vencido pela falta de interesse em colocar esse assunto em pauta. Já em relação às câmeras de segurança, como a Biblioteca Pública Infantil e Juvenil (BPIJ), vinculada à Fundação Municipal de Cultura, alegava ter registrado um número expressivo de furtos do acervo de livros e gibis, sua gestão optou por instalar câmeras voltadas para a área da BPIJ.

Figueiredo (2020) observa um ponto que exclama sobre o CRJ e suas práticas,

Essa relação de pertencimento relatada em falas e conversas informais, além de desvendar modalidades com as quais os coletivos se apropriam do espaço

para realizar suas atividades, demonstra que as ações utilizadas pelos gestores do espaço, voltadas para uma lógica da juventude, dos artistas e do público no entorno, conflitando, muitas vezes, com a lógica governamental de gestão de equipamentos públicos, potencializa a ocupação daquele espaço pela juventude. A ocupação fica, assim, mais facilitada, com a possibilidade de um acesso mais direto ao CRJ pelos diferentes públicos, que, apesar de em sua maioria serem jovens moradores de regiões diversas da cidade, também inclui atores sociais que estão no entorno imediato, como moradores de rua, flanelinhas e ambulantes que frequentam o espaço para beber água, pedir dinheiro, tomar banho nos banheiros mesmo sem chuveiros, ou apenas observar alguma atividade no teatro de arena (Figueiredo, 2020, p. 102-103).

Segundo a autora, a ideia de pertencimento dos atores sociais é o cerne da questão do espaço CRJ. Da forma como o CRJ vinha sendo amalgamado, o ambiente inspirava respeito e cuidado com os ocupantes, trabalhadores do espaço e passantes. Os prestadores de serviço da MGS e os guardas municipais lotados no local que não dialogavam com o espírito democrático e afetivo que ali pairava acabavam naturalmente sendo substituídos. A postura que o espaço suscitava, a partir de um ambiente que se consolidava diariamente, era de abertura e valorização das diferenças, reconhecendo que não há uma única forma de organizar a sociedade, mas múltiplas maneiras de ser e de conviver. Essas novas significações imaginárias, um espaço público grafitado, aberto e cuidado por todos, já não pareciam uma utopia distante, mas possibilidade concreta que surgia da ação coletiva e da imaginação criativa, motivando as juventudes a se engajarem na construção de um ambiente mais justo, livre e solidário.

4.2 Coletivo e afetivo

Se a criação de um imaginário coletivo, advindo de uma práxis que subverte a ordem das coisas, que pressupõe a prática da imaginação emancipatória, traduz o panorama do CRJ no seu primeiro ano de funcionamento (e de constituição), isso só foi possível pelo fato de existir uma coletividade atuante e presente. Resta, porém, compreender o que move tudo isso, isto é, como o coletivo opera nesse exercício constante de reinvenção da instituição que ele mesmo originou?

Dardot e Laval (2017) buscam abordar a questão por meio de Félix Guattari (2004[1972]), envolvendo a dimensão do coletivo na subjetividade individual: “como todo grupo é capaz de produzir seu próprio veneno, deve-se entender que a estruturação do grupo é intrinsecamente um problema de subjetivação do grupo” (Dardot; Laval, 2017, p. 365). Essa linha de raciocínio de Guattari (2004[1972]) é especialmente destacada no conceito de

“arranjos coletivos de enunciação”, os quais são diversos, variados e heterogêneos, permitindo a participação dos diferentes elementos de cada sujeito.

É nesse contexto que o conceito de “transversalidade” assume sua importância integral: a transversalidade representa a dimensão do grupo que não se limita nem à hierarquia vertical oficial, nem à horizontalidade contingente dos indivíduos que ali se encontram por acaso, “[...] e pela qual o grupo tem a possibilidade de compreender o sentido de sua práxis, e as subjetividades têm a possibilidade de se engajar numa transformação efetiva (Dardot; Laval, 2017, p. 366). Isso evidencia a necessidade de que o coletivo esteja sempre ligado a uma prática que o defina: a práxis “transversal” da enunciação, que possibilita influenciar a instituição para evitar seu fechamento. Num outro momento, Guattari (1989, p. 27) concebe a transversalidade como um conceito-chave para “[...] escapar das estruturas binárias e lineares, abrindo espaço para a multiplicidade e a diversidade de conexões possíveis”. Essa abordagem permite estabelecer interações e articulações entre diferentes dimensões da realidade, introduzindo novos elementos e perspectivas que promovem a abertura e a transformação.

A práxis transversal está intimamente relacionada à noção de “cartografia do inconsciente institucional” desenvolvida por Guattari (1987). Essa abordagem busca mapear as forças e tensões que permeiam as instituições, tornando possível identificar pontos de fuga e de reinvenção, revelando as forças que atuam nos bastidores e moldam as práticas e relações dentro desses contextos. Guattari enfatiza a importância de explorar as relações de poder, os afetos, as subjetividades e as práticas institucionais que moldam o funcionamento das organizações, permitindo uma intervenção mais efetiva e consciente na construção de ambientes mais saudáveis e produtivos.

Neste sentido, o Comitê Gestor e a gestão do CRJ estavam atentos à condução de funcionamento daquele espaço para práticas que, em outros espaços públicos, não eram possíveis (como pintar paredes) e a novas maneiras de organização para a realização de ideais coletivos (como foi o processo de ativação da cozinha); isto é: intervindo de maneira ativa e conscienciosa na construção de um CRJ acolhedor, dinâmico e seguro.

Outro aspecto percebido no dia a dia do espaço era a sensação de apropriação e pertencimento ao espaço por parte dos jovens ocupantes. A maioria dos jovens que ocuparam o CRJ em 2017 não participou de todas as ações de mobilização política social e luta pela existência e abertura do espaço. Então, eles não detinham, de maneira vívida, a dimensão política daquela conquista. Apesar disso, sabia-se (ou sentia-se) que aquele era um espaço de luta e conquistas coletivas. Havia ali um espírito de conquista e condução coletiva, não autoritária e que não reproduzia o que se conhecia sobre espaços públicos. A percepção era de

que um espaço verdadeiramente seguro e livre estava acontecendo no centro da cidade, sobretudo para jovens pouco habituados a locais protegidos, como os jovens negros, as mulheres e a população LGBTQIAPN+.

Esse sentimento era decorrente da experiência vivida no espaço, como o formato desburocratizado de ocupação, a flexibilização e moderação das regras, a abertura ao diálogo e ao trato de questões específicas e individuais, o questionamento constante em relação às hierarquias e a prática dinâmica e viva de gerir o CRJ, de forma aberta e questionadora. As práticas de gestão e condução do CRJ contribuíram para uma forma particular de ocupação pelas juventudes naquele espaço. Era comum ouvir a afirmação de que aquele ambiente era diferente de todos os outros: uma política pública com tamanha aderência com os seus usuários que (problematicamente), não parecia pública.

Nesse cenário, de forma espontânea, o CRJ acabou sendo ocupado predominantemente por atividades de arte e cultura. Resta a questão: a maneira como o espaço havia sido conquistado e as práticas (instituintes) de gestão coletiva influenciaram nesse ponto?

4.2.1 Atravessando a cidade

Para iniciar a reflexão proposta no capítulo anterior, faço referência ao primeiro parágrafo da apresentação do projeto de pesquisa, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG para o processo de seleção de Mestrado, em 2021:

O presente projeto nasce da afirmação de um jovem bailarino morador da periferia de Belo Horizonte em relação ao Centro de Referência das Juventudes (política pública e espaço municipal geridos pela Prefeitura de Belo Horizonte, localizado no baixo centro da cidade). Em uma determinada situação, o jovem afirmou que não sabia por que, mas que preferia sair da sua comunidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte, pegar dois ônibus de ‘pulão’⁵⁵, para ensaiar suas coreografias no CRJ. Segundo ele, lá, ele sentia que rendia mais, se concentrava mais, sentia-se mais satisfeito com os resultados dos ensaios. Pode parecer um fala solta. Mas, mesmo assim, a pergunta se faz, insistente: por que um jovem cruza municípios e atravessa a cidade, sem nem ter dinheiro para o ônibus, para ir a um local ensaiar? O que há neste lugar que o faz mover, seja de sua casa, seja seu corpo (para e no espaço)? Este local, ou lugar, afeta, como o jovem acredita, na sua dinâmica de trabalho com a dança? E, se sim, por que afeta? Como afeta?

⁵⁵ Gíria utilizada para pegar o ônibus sem pagar a condução

É interessante retomar, no último capítulo desta dissertação, o parágrafo que narra o que motivou, inicialmente, a desenvolver um projeto de pesquisa de mestrado. Naquele momento, já se passavam quase cinco anos que eu estava à frente da gestão do Centro de Referências das Juventudes de BH e ele havia se tornado um *caso* na PBH, tanto pela alta taxa de ocupação do espaço, com investimento relativamente baixo, quanto pelos processos de gestão e funcionamento, desencadeados pela existência de uma gestão compartilhada.

Todavia, o que mais interessava nisso tudo era a relação que os jovens desenvolviam com o espaço e o que tornava aquele lugar particularmente propício para a realização de atividades artísticas, a ponto de motivar uma empreitada significativa, de cruzar a cidade, para se chegar até lá. E essas ações não eram fatos isolados. Os corredores e galerias do CRJ viraram, ao longo dos anos, os pontos “oficiais” de ensaio de diversos coletivos de dança de BH e RMBH. Esses grupos eram formados por jovens, na sua quase totalidade, periféricos e negros, e as modalidades de dança passavam pelo *funk* (que era a dominante), passinho, *vogue*, *stiletto*, *breaking*, *hip-hop*, *freestyle*, *house dance*, forró, dança de salão, entre outras. A maioria daqueles jovens também atravessavam a cidade para ir ensaiar no CRJ, mesmo existindo outros centros culturais em seus bairros ou regionais. Nas minhas noites no CRJ, eu acompanhava o trabalho desses grupos e era nesses momentos que eu escutava sobre as motivações que os levavam ali e sobre como se sentiam naquele ambiente.

Foi nas teorias não-representacionais, conforme discutidas por Daniel Paiva (2017), no artigo, *Teorias não representacionais na Geografia: conceitos para uma Geografia do que acontece* (2017), que identifiquei uma abordagem que valoriza a experiência, a materialidade e a dinâmica dos espaços e das práticas sociais. É relevante refletir sobre o CRJ por meio das teorias não-representacionais, na medida que elas podem nos ser úteis para “compreender os processos da vida cotidiana e explicar como os espaços, estruturas, práticas, identidades e relações sociais produzem experiências e afetações no dia a dia que potenciam ou são geradas pelos acontecimentos mundanos” (Paiva, 2017, p. 160). O autor se baseia em amplo referencial teórico para apontar como tais teorias emergem no contexto da Geografia Humana e na Nova Geografia Cultural e demonstrar como, a partir delas, a produção de conhecimento passa a tratar não somente das representações mentais da realidade (como, significados, sentimentos, discursos, estruturas), “[...] mas também com o modo como essas representações são produzidas e praticadas corporeamente no decorrer das ações e interações de que o mundo é constituído (incluindo práticas, hábitos, afetos)” (Paiva, p. 161). Assim, a *performance*

torna-se uma palavra-chave. As teorias não representacionais garantem o interesse nas estruturas sociais e como essas estruturas sociais afetam a ação social (Anderson, 2014, *apud* Paiva, 2017) e o interesse na subjetividade e na percepção dos fenômenos pelos indivíduos.

Nesse aspecto, há uma linha fenomenológica que foca na representação mental do mundo pelo sujeito e uma linha de base pós-fenomenológica que aborda o modo como o sujeito emerge e se relaciona com o mundo (Ash; Simpson, 2014, *apud* Paiva, 2017). Paiva também ressalta como notória a incorporação da teoria ator-rede, explicitadas em Law (2004) e Latour (2005), pelas teorias não representacionais:

A noção alargada de agência que Latour (2005) defende é talvez a peça central desta absorção. As reflexões de Latour (2005) foram particularmente felizes em descentralizar a noção de agência do ser humano, passando-se a considerar a agência como um fluxo no qual participam não só humanos (e seres vivos não-humanos), mas também diversos actantes, nomeadamente objetos, tecnologias ou a própria morfologia do espaço. Esta perspectiva tem sido particularmente útil em estudos urbanos para analisar a ação social em relação com o espaço e os seus objetos (Paiva, 2017, p. 162).

Assim sendo, noções fundamentais como a de estrutura, sujeito, corpo e agência (capacidade de ação) passam a ser compreendidas de maneira processual, dinâmica e fluida, possibilitando observar os aspectos performativos da experiência do mundo.

Um dos fundamentos teóricos apresentado pelo autor, relativo às teorias não representacionais, foi o de “movimento, tempo e eventos”. De acordo com o autor, no cerne das teorias não representacionais “[...] está o intuito de perceber os aspetos processuais dos fenômenos (...), para tal, importa especialmente perceber como é que as relações se desenvolvem na prática, os fluxos e movimentos das coisas e os seus resultados” (Paiva, p. 164). Então, os corpos podem ser afetados por fluxos afetivos no espaço tempo – o conceito de tempo vira uma variável, se associando à noção de espaço, ou seja, espaço-tempo (Crang, 2012, *apud* Paiva 2017), e o lugar passa a ser visto como um evento, e não como uma entidade estável.

Cabe aqui, remetendo ao CRJ e à sua ocupação e apropriação pelas juventudes, articular as contribuições de Paiva com a ideia de "cidadania participada", de José Machado Pais (2005). Pais (2005) aplica o conceito de cidadania às juventudes por meio de diversas alegorias, sendo uma delas a relação do jovem “skatista” (m.q. esqueitista) com a cidade. Segundo ele, os jovens *skaters* produzem “espaços livres” no domínio das quadraturas formadas pelo “poder arquitetônico” das cidades (Menser, 1996 *apud* Pais 2005) produzindo outros fluxos: os da expressividade performativa (Pais, 2005). As performances dos skatistas

desafiam as hierarquias espaciais estabelecidas, deslizando – corpo a corpo com a cidade – sobre espaços de regulação e tomando-os para si, reivindicando “[...] uma vivência democratizada dos espaços públicos das cidades” (Pais, p.58). É nesta perspectiva do movimento de “tomar para si” e se apropriar corporeamente, que Pais (2005) quer fundar a ideia de cidadania: aquela que se cumpre globalmente apenas quando localmente exercida, a cidadania participada, que faz sentido para as juventudes porque remete a “[...] espaço de trânsitos, itinerantes, intersticiais, lugares de movimento e de cidadania que se abrem a uma diversidade de usos, a uma multiplicidade de apropriações” (Pais, 2005, p.59).

O autor rememora a Pólis grega, associada ao espaço público, pertencente a todos, que “[...] remetia à praça pública —, a ágora, onde se defendia o direito à igualdade na diversidade das formas de falar, de pensar, de sentir e de fazer” (Pais, p. 60). É nesta multiplicidade, movimentos e fluxos que dá-se a construção dos sentimentos de pertença do jovem, que ultrapassa os âmbitos “objetivos” ou “subjetivos” da sua constituição como sujeito no mundo, para inaugurar-se a partir da sua trajetividade, ou seja, a partir da sua trajetividade existencial como diferença (Virilio, 2000 apud Pais, 2005).

Carvalho (2018, p. 122) explicita essa condição “trajetiva”:

Existir é estar em um trajeto, e um trajeto é uma aventura política do modo de existir. A trajetividade, ademais, também é uma passagem constante, um deslizamento irrecuperável posto entre as condições objetivas do existir e as suas condições subjetivas, quer dizer, entre a maneira pela qual um dado objetivo, como, por exemplo, a escassez, é tratado subjetivamente por alguém, conforme o aspecto trajetivo do fazer-se com e na escassez (Carvalho, 2018, p. 122).

Ao abrir suas portas após e a partir da Ocupação (física e simbólica) do espaço, o CRJ inicia sua construção considerando todos os movimentos prévios e acumulados que, historicamente, começam em 2006 e culminam na ocupação de 2016, sendo esta o último evento determinante que deverá garantir seu lastro no desenho e consolidação enquanto política pública de juventude. O conceito de evento aponta para o estudo de acontecimentos, focando como a transformação do mundo ocorre através de instâncias de agência relacional que incluem elementos humanos e não-humanos, produzindo efeitos e significados sobre esses efeitos (Shaw, 2012). Eventos são importantes porque produzem significados sobre o que acontece, sendo uma parte crucial da pertença dos sujeitos ao mundo e da presença do mundo perante o sujeito. Pelo seu foco na transformação social, o conceito de evento “[...] aponta também para um modo de compreender como aspectos representacionais ou estruturais

como significados sociais ou instituições nascem a partir da ação social e a moldam" (Shaw, 2012 *apud* Paiva, 2017, p.165).

Ainda buscando pistas sobre como a relação de jovens com o espaço do CRJ pode dar-se por meio de instâncias não representacionais e, para tanto, fazendo a leitura dessas conceptualizações, avancemos nos seus fundamentos constitutivos, como os relativos à *subjetividade, afetos e sensações*. Segundo Paiva (2017), “[...] a noção de sujeito e subjetividade é central para um programa de investigação focado na experiência performativa do mundo” (Paiva, p.162). Nessa perspectiva performativa, é útil pensar no sujeito vinculado ao que o rodeia e como ele é afetado por isso, remetendo ao conceito de afeto de Espinosa “[...] como o conjunto de capacidades de um organismo para afetar outros organismos e serele próprio afetado” (Espinosa, *apud* Paiva, 2017, p. 163).

Nesse sentido, Paiva (2017) observa que a ação humana é também tributária de processos não representacionais, como sensações, sentimentos, sentidos, reflexos fisiológicos automáticos, hábitos, entre outros, que podem ser articulados com o conceito de “atmosferas afetivas” de Ben Anderson (2009). Anderson (2009), por sua vez, procura entender a interatividade e a inter-relação de espaços e emoções, sendo esses considerados materialidades que se impactam, e nossos corpos “[...] forçados a sintonizarem-se com as atmosferas dos lugares onde se encontram, pelo impacto no seu corpo” (Paiva, 2017, p.163).

Se considerarmos o afeto como uma força que molda as capacidades dos corpos, ele pode ser sentido como uma “atmosfera”, um “sentimento”, uma “sensação”, que gera modificações no campo subjetivo do sujeito e que pode, com isso, moldar capacidades de percepção, pensamento e ação. “Movimentos de afeto são sempre acompanhados por um nó virtual de tendências e latências reais, mas virtuais, que geram diferenças e divergências no que se torna atual” (Anderson, 2006, p. 738, *apud* Dutta, 2020, p. 73). Apesar dessa força afetiva virtual ser frequentemente “vaga”, “frágil” e “fugaz”, ela pode ser sentida – como uma “atmosfera”, um “sentimento”, uma “sensação”, um “choque”, uma “hecceidade”... Ela gera modificações “nas múltiplas camadas de sensibilidade a partir da qual o pensamento acontece” (*Ibidem*).

Em relação aos corpos, cada corpo pode ser visto como composto de outros corpos que entraram “[...] em composições afetivas de uma certa intensidade” (Deleuze; Guattari, 1997, *apud* Dutta, 2020). As configurações corporais são formadas por meio de variados registros e em múltiplas escalas, resultando em estruturas afetivas intrincadas e com numerosas ramificações. Importante também não restringir a compreensão de corpo sob uma única materialidade, mas múltiplas, podendo um corpo “[...] ser qualquer coisa, pode ser um

animal, pode ser um corpo sonoro, pode ser uma alma ou uma ideia, pode ser um corpus linguístico, pode ser um corpo social, uma coletividade” (Deleuze, 2002, *apud* Dutta, 2020). Assim, o mundo pode ser concebido como um conjunto de interações, intercâmbios e formações afetivas entre corpos diversos que, continuamente, alteram suas habilidades de influenciar uns aos outros. Tanto os seres humanos quanto outros entes estão envolvidos nessa dinâmica afetiva, não somente por meio de suas percepções e vivências pessoais mas também pelo aumento ou pela redução constante das conexões entre os corpos.

Nesse contexto, Derek McCormack (2013) chama de “espaços afetivos” ambientes caracterizados por suas naturezas relacionais – envolvendo interações complexas entre corpos e diferentes entidades, como ideias e conceitos, onde tanto os corpos quanto essas entidades não são completamente estáveis. Os espaços afetivos são processuais, “eles existem como mundos em transformação ontogênica cujas variações podem ser sentidas através de diferentes técnicas de atenção, participação e envolvimento” (McCormack, 2013, p. 4, *apud* Dutta, 2020, p.72).

Compartilho o depoimento de uma jovem sobre o CRJ, presente na dissertação de Bruno Vieira (2019), sobre aquele primeiro ano de funcionamento do espaço:

É muito doido ver a galera de altas quebradas colar aqui. E tem várias atividades rolando aqui, por exemplo, um cursinho pro ENEM pra galera periférica, é só colar; sua existência é uma conquista. E a coisas que são desenvolvidas aqui. Ele [o CRJ] tá sendo um espaço que tá realmente contemplando a juventude; e como ele funciona, as ações que estão sendo feitas para a manutenção do espaço são uma grande conquista. (...) Então alcança uma galera que procura de rua, as mulheres, a classe LGBT, é um espaço para a galera colar e ter acesso às discussões atuais e importantes. Eu acho que essa é a maior conquista: não adianta fazer um espaço pra juventude que tem que seguir só as resoluções das leis. Porque se fosse isso agalera não ia se sentir contemplada. E eu acho que o massa do CRJ é exatamente a tentativa de contemplar os diversos setores da juventude [Luísa Nascimento, entrevistada em 29 de julho de 2017] (Vieira, 2019, p.88).

O enfoque nos afetos e sensações é crucial para entender como os espaços e as práticas sociais produzem experiências significativas, gerando a *atmosfera afetiva*, a qual o jovem ocupante do CRJ, citado no início deste capítulo, se refere, como um lugar onde ele “rende” mais e se sente mais seguro, confiante e satisfeito com os resultados do seu ensaio de dança. Nesse sentido, o CRJ não se configura apenas como um local de prática, mas uma zona ativa que resulta na criação de experiências, afetos e identidades, transcendendo sua função física. Atravessar a cidade para esse local, que foi construído pela imaginação radical de uma coletividade, é uma experiência performativa que exige uma reformulação da noção de sujeito

e subjetividade, cujos significados são derivados tanto da trajetória (coletiva) quanto das trajetividades (individuais) das juventudes.

4.3 Política de juventudes ou de cultura?

A lotação institucional do CRJ, ou seja, em qual estrutura temática do executivo a política pública se posicionava, foi um tema de amplo debate no contexto das Ações Participativas, do Comitê Gestor e da própria prefeitura no ano de 2017.

Como já foi mencionado, até o dia 23 de maio de 2016, data em que o CRJ foi ocupado pelos movimentos juvenis, o CRJ era um equipamento pertencente à Secretaria Municipal de Governo, vinculado especificamente à estrutura do Gabinete do Prefeito da cidade. Esse posicionamento era político estratégico e visava ter o controle e o alinhamento ideológico partidário de espaços e políticas de juventudes. Nesse contexto, os cargos de gestão que dizem respeito às juventudes foram (e, em muitos lugares ainda são), por muitos anos, escolhidos de acordo com o quadro jovem dos partidos e em merecimento à atuação desses nos processos e disputas eleitorais. Deter a fatia jovem da população no coração do executivo significava garantir as orientações políticas e os ideais do governo eleito nas ações e projetos voltados para as juventudes. Dessa maneira, enquanto esteve vinculado ao gabinete do prefeito, o CRJ mantinha-se em conformidade com o projeto político dos governos vigentes. Foi contra o projeto criado pelo governo para o CRJ que as juventudes da cidade se posicionaram por anos, o que levou à ocupação do espaço e, posteriormente, sua conquista.

Foi justamente durante a ocupação do CRJ que o executivo municipal se rendeu diante do fracasso comunicacional e institucional da pasta do governo e do gabinete com os jovens. A ocupação, como dito, foi o estopim de muitos anos de tentativas ininterruptas de diálogo e negociação entre as partes. Nesse cenário, a gestão municipal incluiu um ator que seria fundamental para o início de uma construção para o CRJ atual: a Fundação Municipal de Cultura (FMC). Pouco antes da ocupação, a Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte (BPIJ), vinculada à FMC, que funcionava há anos no bairro Santo Antônio, começou sua mudança para a estrutura do CRJ. Relembrando, a PBH tinha prometido “partes” do espaço do CRJ para a realização de projetos, serviços e ações já existentes na estrutura da prefeitura. A ideia era que cada um ocupasse um pedaço desse loteamento e, ao final, parecesse que uma política pública havia sido implantada no local. Voltando à BPIJ, uma parte considerável do primeiro andar foi cedida a eles e a mudança já estava quase finalizada no ato da ocupação do espaço. De alguma forma, os jovens viam com bons olhos a

movimentação de uma biblioteca no espaço e foi nessa brecha que teve início um diálogo com os servidores e gestores da BPIJ.

É importante registrar que a ocupação do CRJ tinha um cerne artístico e cultural, tanto pelo fato de muitos dos ocupantes serem artistas ou aspirantes às artes, quanto pela própria rotina da ocupação, que incluía saraus, apresentações de dança, aulas de teatro, música, intervenções no espaço, entre outros.

Dessa forma, o presidente da FMC foi nomeado para mediar o diálogo entre os jovens e o Ministério Público, bem como conduzir as negociações entre eles e a PBH. Após a desocupação e o início dos processos de abertura e implementação do espaço, o CRJ já estava integrado à pasta da cultura, mas não formalmente. Isso ocorreria na Reforma Administrativa, que prometia reformular o desenho institucional da PBH, mais alinhado à nova gestão (a de Alexandre Kalil).

No entanto, a relação entre o CRJ e a Cultura era baseada na emergência e em uma articulação feita com base nos quadros da gestão da FMC naquele momento específico. Não houve construção prévia nem planejamento para a integração perene e adequada na pasta da cultura. Quando, de forma inadvertida, menos de três meses após a mudança de governo, o presidente da FMC foi desligado da gestão municipal, o CRJ ficou no limbo institucional.

De um lado, a presidência da FMC foi designada interinamente à uma diretora de um dos departamentos da FMC, que não tinha qualquer autonomia para prosseguir com os assuntos da pasta, pois já era esperado que o então prefeito nomeasse um novo presidente para a FMC (que viria a ser o futuro Secretário Municipal de Cultura, após a Reforma Administrativa). De outro, o CRJ era ainda vinculado à Secretaria de Governo e, quando ficou alienado da pasta que o acolhera (a cultura), teve de voltar para seu *locus* institucional. Todavia, todos sabiam do histórico do CRJ, da ocupação e da intervenção do Ministério Público. De mais a mais, era improvável que a nova gestão fosse arriscar seus primeiros meses na PBH com uma possível retomada de ocupação e sua consequente publicidade pesando contra o governo.

Dessa forma, a Secretaria de Governo não se apressou em indicar a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Direitos de Cidadania (SMASAC) como futuro lar para o CRJ e para a Coordenadoria da Juventude (instância máxima da temática das juventudes na PBH naquela época, a qual o CRJ estava vinculado). Fazia sentido a medida que ali estavam as temáticas de cidadania, na Subsecretaria de Direitos de Cidadania (SUDC), ao lado das políticas de Mulheres, Igualdade Racial, Pessoa com

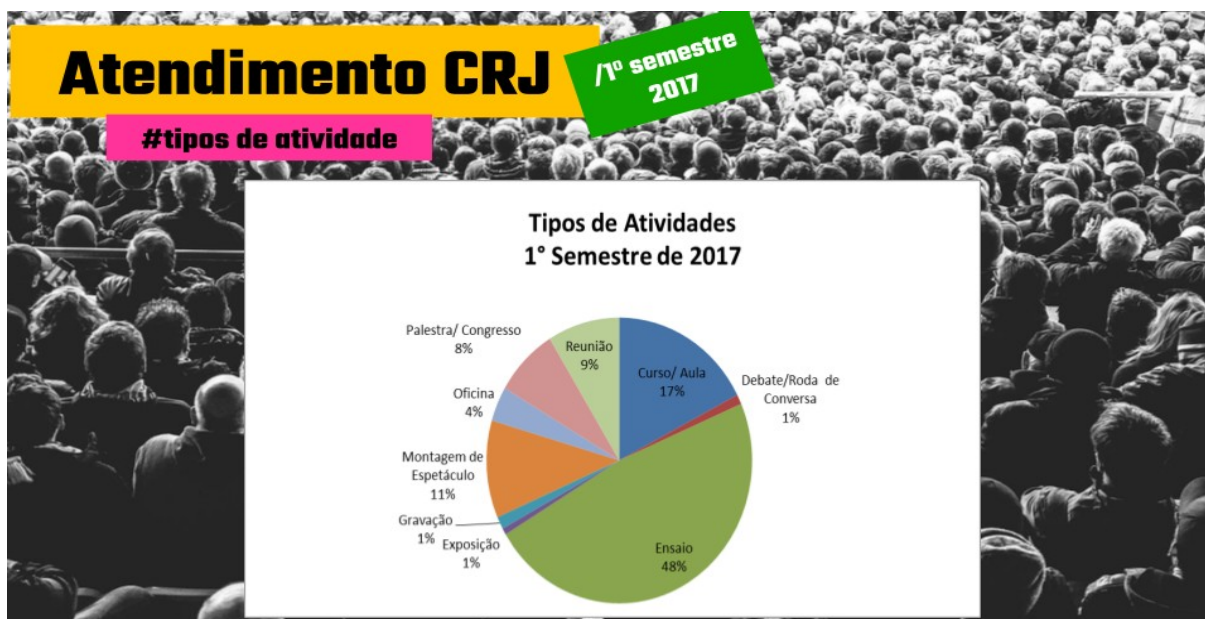
Deficiência, Pessoa Idosa e Criança e Adolescente. Na reforma administrativa, além das políticas de Juventudes, as políticas LGBTQIAPN+ também foram incorporadas à SUDC.

A mudança do CRJ para a SMASAC foi amplamente discutida no Comitê Gestor e nas Ações Participativas e, principalmente, no Grupo de Trabalho (GT) Redes e Parcerias. Não era um consenso que o CRJ deveria ser integrado à pasta dos direitos humanos e cidadania (SUDC) na SMASAC. A lotação na cultura parecia mais aderente e estratégica, em virtude do compartilhamento de pautas, público e valores. Contudo, o cenário da FMC era incerto, não havia indícios de quem seria designado para gerir a pasta. Em contrapartida, a SMASAC já estava configurada com um corpo de gestores alinhados às políticas sociais e identitárias de grupos políticos de esquerda, o que dialogava com os propósitos do CRJ.

E, assim, foi feito. Em setembro de 2017, o CRJ passou a fazer parte da Diretoria de Políticas de Juventudes, criada na SMASAC, por meio da Reforma Administrativa. Foi sob as diretrizes das políticas sociais e de cidadania que o espaço se fundou na estrutura da prefeitura. A gestão da SMASAC e da SUDC estiveram sempre alinhadas aos princípios de coletividade e autonomia do CRJ. A criação, posse e funcionamento do Comitê Gestor, e seu lastro basilar para todas as decisões relativas ao espaço e à política pública CRJ, foram plenamente acolhidas pelos gestores da pasta e, mesmo nos embates, a secretaria manteve-se como uma aliada do CRJ no seu projeto de autonomia e emancipação.

É preciso, porém, salientar que nos anos seguintes, a vocação do espaço para a arte e cultura era evidente e latente. Isso não anulava a presença e a importância dos projetos e ações de outras áreas, também caras e relevantes para as juventudes, como a educação, os direitos humanos, o bem-estar social, saúde, entre outros. Além de ser constantemente chamado, por engano, de Centro Cultural das Juventudes, pelos jovens e agentes públicos, o espaço demonstrava uma maioria absoluta de ocupações com atividades artísticas e culturais, como pode-se observar na Figura 9:

Figura 9 - Atendimento CRJ - 2017



Fonte: nossa autoria.

Esse gráfico foi elaborado a partir da planilha de agendamentos *online* derivada do formulário *Google forms*, que era utilizado pelo público para solicitar a ocupação do CRJ. Como ilustrado, em relação ao tipo de atividade agendada no CRJ no primeiro semestre de 2017, a maior demanda era para ensaios (48%), seguido por cursos/aula (17%), montagem de espetáculo (11%), reuniões (9%), palestras/congresso (8%), oficinas (4%) e, por fim, gravações (1%), exposições (1%) e debates (1%). Importante registrar que nos seis primeiros meses de 2017, o CRJ estava implementando o formato de formulário *online* para agendamento, algo inédito, até então, na prefeitura de Belo Horizonte. Por isso, ele era ainda muito rudimentar e simplificado. Podemos observar que as categorias (que eram as opções de preenchimento em múltipla escolha no formulário) ainda estão divididas de forma confusa; separando, por exemplo, a opção *cursos/aula* da opção *oficinas*, sem uma especificação mais evidente sobre a diferença entre elas. Independentemente dessas fragilidades, o gráfico evidencia que a maioria das ocupações do CRJ era para atividades de cunho artístico ou cultural, confirmando a vocação do espaço.

Nesse contexto, levando em consideração o norte cultural dado pelos usuários do CRJ, pode-se dizer que a questão se dá por meio da performatividade dos afetos, que Ana Pais(2021) destaca como aspecto central sobre os estudos sobre o afeto, uma vez que que influenciam e moldam experiências e podem ser amplificados ou modificados por meio de práticas artísticas como o teatro e a *performance*. Segundo a autora, essas práticas são vistas

como meios privilegiados para explorar e expressar afetos públicos, potencializando novas formas de interação e compreensão social:

Em particular, o teatro como um “trabalho-de-sentir” (HURLEY, 2010), a um tempo motivação e resultado do próprio teatro, a par da performance arte, que resgatou o corpo para um encontro que renova relações com o espaço e com o outro no aqui agora, constituem práticas de sentir privilegiadas para reflectir sobre sentimentos públicos. Por um lado, através dos seus dispositivos cénicos, a performance cria as condições de emergência de atmosferas colectivas de afectos que condicionam (e, por vezes, constroem) a experiência do espectador, mobilizando corpos, activando conexões ou fricções. Eles podem reforçar sentimentos públicos dominantes ou, pelo contrário, quebrar o ciclo de repetição, expondo-os, subvertendo-os, potenciando afectos não planeados ou solicitados. Por outro lado, o público, na medida em que participa na produção de atmosferas afectivas, também influencia a intensificação dos afectos, corpo a corpo no auditório, na galeria, no galpão, nas ruas. Neste movimento entre cena e público podem ser activadas e propagadas forças imprevistas e poderosas, intensificando os corpos que se oferecem ao encontro (Pais, 2021, p. 19).

Pais (2021) nos convida a pensar no teatro e na performance como espaços de experimentação emocional e social, onde tanto os artistas quanto o público participam ativamente na criação e na reflexão sobre os afetos coletivos. Essas práticas não apenas refletem as emoções do público mas também têm o potencial de gerar (mesmo ressignificar) entendimentos, desafiando normas e promovendo um encontro significativo entre indivíduos e comunidades.

Nesse contexto, Mora (2019) argumenta que as práticas artísticas possibilitam formas de organização, agência e intervenção no mundo que são, em si mesmas, transformadoras. Segundo a autora, a arte tem a capacidade de criar espaços que, embora não sejam explicitamente confrontativos ou articulados em discursos políticos reconhecíveis, tornam-se locais de transformação individual e coletiva por meio da formação de novas formas de relacionamento. A arte desempenha uma função política ao apurar sensibilidades, permitindo a imaginação e a experimentação de outros mundos possíveis. O contato com as formas estéticas, estilísticas, sensíveis e afetivas presentes em produtos e práticas artísticas pode induzir mudanças que moldam experiências e ampliam os limites do que é experienciável.

Em suma, as autoras se apoiam na ideia de que a arte pode ser vista como um processo de formação artística, política e afetiva que transforma vidas, adquirindo um caráter político ao romper com o funcionamento normal do sistema de sensibilidade (Rancière, 2005, *apud* Mora, 2019). Essa perspectiva decorre do fato de que, ao colocar o corpo em contato

com uma prática artística, aumentam-se as possibilidades de agência e as capacidades de interagir com o mundo, o que tende a democratizar os corpos e a impedir que as diferenças sejam usadas como um fator de discriminação.

Nessa linha, incremento às ideias anteriores o conceito de "sentimentos públicos" (Berlant, 2011) – atmosferas afetivas que são ativadas por narrativas através de práticas cotidianas (ou artísticas), que moldam a experiência individual e coletiva. Para a teórica cultural Lauren Berlant (2011), os afetos são vínculos emocionais que nos conectam ao mundo ao nosso redor, mediados por normas, valores e fantasias construídos culturalmente e adquiridos por meio de práticas sociais (ou artísticas).

As atividades artísticas e culturais desenvolvidas no CRJ visavam promover a interação entre o espaço e as emoções, criando composições afetivas que poderiam efetivamente transformar as subjetividades dos usuários, proporcionando-lhes novas percepções e sentimentos (públicos) em relação ao local. Além disso, a dinâmica ativa e participativa do CRJ, que moldava novos imaginários coletivos, afetos e sentimentos (públicos), ativava a subjetividade dos corpos no espaço, favorecendo, dessa forma, as práticas artísticas.

Assim sendo, mantinha-se, no espaço, um processo contínuo de recriação e renovação, possibilitando imaginar novos contextos, linguagens, normas e modos de existência. Os dois processos, ação coletiva e práticas artísticas, eram geradores e tributários dos afetos e se retroalimentavam mutuamente. Os sentimentos públicos cultivados *no* e *pelo* CRJ eram decorrentes tanto de sua forma específica e única de implementação quanto da forte presença dos movimentos de arte e cultura no espaço. A pulsação criativa que se manifestava no CRJ abria perspectivas e possibilidades de novos futuros nesse espaço público tão sonhado, o que pode ter sido fator determinante para a aproximação das juventudes das artes plásticas, do teatro, das artes visuais, da literatura, do circo e da música ao espaço. Um ambiente que desperta e conecta aqueles que também estão ligados à arte e à cultura de modo geral.

Chegando ao final desta pesquisa, outra conexão vem à tona, a de um livro que eu tive comigo pelos últimos dois anos que fui gestora do CRJ: *Imaginação – Reinventando a Cultura*, da brasileira Marta Porto (2019). Os textos desse livro se aproximam da minha prática no CRJ, pois tratam das políticas culturais e da própria cultura sob a ótica da imaginação e da criação. Para Porto (2019), a essência das políticas culturais reside em ampliar os horizontes subjetivos das pessoas, enriquecendo, assim, as possibilidades de

escolhas simbólicas sobre si mesmos, o mundo ao seu redor e os sonhos que cultivam ao longo de suas vidas. Por subjetividade, entende-se todo o domínio que desperta a imaginação, a criatividade, os sonhos e a sensibilidade diante de experiências estéticas e dilemas éticos (Porto, 2019, p. 93). A expansão da subjetividade não apenas enriquece as experiências individuais, mas também fortalece o tecido social, promovendo a diversidade, o diálogo e a compreensão mútua.

Assim, ao valorizar a imaginação, a criatividade e a sensibilidade, uma política cultural eficaz cria oportunidades para que as pessoas se conectem umas com as outras, compartilhem perspectivas e construam pontes entre diferentes realidades e sonhos:

[...] ao fazer isso com ações que promovam o diálogo e a noção de alteridade, é possível iniciar aquilo que Antanas Mockus, em Bogotá, intitulou de “cultura cidadã”, um projeto (ethos) comum, de como projetamos a nossa vida em sociedade, como imaginamos para além da realidade do aqui e agora (Porto, 2019, p. 93).

Segundo a autora, a liberdade para imaginar a vida individual e coletiva de forma criativa, promovendo um deslocamento da realidade vigente para uma imaginação ativa (radical) é uma contribuição importante promovida pelas políticas culturais. Em outro trecho a autora desenvolve essa ideia, consoante a algo que sempre pensei sobre o CRJ:

O que deve mover as políticas de cultura é o espírito aberto presente nos processos criativos, abrindo janelas de experiências simbólicas em que se reinventem os imaginários pessoais e coletivos, permitindo aos indivíduos a liberdade de fazerem escolhas que poderiam inicialmente parecer disparatadas, ou impossíveis. É estimular o sonho, a liberdade de espírito que nos leva a produzir outras formas de estar juntos (Porto, 2019, p. 96.).

Porto (2019) propõe desenhos de políticas públicas para o mundo globalizado e, entre eles, a criação de espaços culturais (e outras plataformas) “[...] cujo único propósito é criar novas [*sic.*] declarações de mundo, que comuniquem valores que sustentem imagens humanas de criação, inovação, empatia e solidariedade” (Porto, 2019, p. 56).

Essa defesa de políticas culturais que promovam a imaginação radical e a reinvenção criativa dos imaginários pessoais e coletivos harmoniza com o princípio político do comum proposto por Dardot e Laval (2017), que observam o comum não como um dado, mas como algo a ser constantemente instituído pela práxis transformadora. Para esses autores, o comum não é um bem ou uma essência pré-existente, mas um princípio político que deve ser instituído pela práxis coletiva dos indivíduos engajados em uma mesma atividade.

4.3.1 *A felicidade é a prova dos nove*

Em “Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI”, Dardot e Laval (2017) argumentam que o neoliberalismo se consolidou por meio da implementação de políticas deliberadas que construíram um arcabouço institucional robusto, tanto macro quanto microeconômico, material e ideal, político e social. Esse arcabouço promove uma competição incessante entre povos e indivíduos, criando a percepção de um sistema inescapável. Os autores destacam que o sucesso dos neoliberais reside na criação consciente de um sistema coerente de instituições capitalistas, o que eles identificam como uma revolução, que foi, na verdade, uma contra-revolução (Dardot e Laval, 2017). Para eles, romper com o neoliberalismo requer a desconstrução desse arcabouço institucional existente e sua substituição por um outro, inspirado pelo princípio do comum:

[...] trazendo à tona a exigência do comum, os movimentos de resistência e as insurreições democráticas deram, há mais de dez anos, o primeiro grande passo na formação de uma racionalidade alternativa: o comum é a nova razão política que deve substituir a razão neoliberal (Dardot; Laval, 2017, p. 474).

Nesse sentido, é necessário que se institua uma nova racionalidade política, baseada no princípio do comum e, já que o sistema neoliberal deixa pouca margem para a “adaptação” do capitalismo por meio do direito público e da proteção social, para sair dele, só será possível por meio de outra revolução. Os autores (2014) reconhecem que a palavra “revolução” pode surpreender, repugnar e seduzir, uma vez que ela, historicamente, já está desgastada, ao mesmo tempo, se mantém inquietante. Eles criticam o uso banalizado do termo “revolucionário” para designar rupturas parciais que se acredita serem possíveis de integrar no regime atual do capitalismo, como uma “revolução” nas instituições políticas, uma “revolução fiscal” ou uma “revolução monetária”, entre outras. Essa forma de falar revela uma hesitação diante da ideia de uma revolução que pudesse reverter a direção das políticas, a lógica das instituições e o significado que damos à vida coletiva (Dardot; Laval, 2017).

Os autores defendem a necessidade de recuperar uma ideia de revolução que não se trate, nas palavras deles, de um apocalipse milenarista nem de uma marcha triunfal, mas de uma auto-instituição da sociedade pela atividade coletiva e autônoma da própria sociedade

(Dardot; Laval, 2017). Em uma entrevista intitulada *Ce qu'est une révolution*,⁵⁶ Cornelius Castoriadis (2005) esclarece que revolução não significa guerra civil nem derramamento de sangue, mas, sim, “[...] uma mudança em certas instituições centrais da sociedade pela atividade da própria sociedade: autotransformação da sociedade em curto espaço de tempo” (Castoriadis, 2005, *apud* Dardot; Laval, 2017, p. 477). Castoriadis enfatiza que revolução é a entrada do essencial da comunidade em uma fase de atividade política, isto é, instituinte, e que revolução é um momento de aceleração, intensificação e coletivização dessa atividade consciente que se designa como “práxis instituinte” (Dardot; Laval, 2017).

Os autores ainda defendem que a revolução deve ser entendida como a *re-instituição explícita da sociedade* pela atividade coletiva e autônoma da própria sociedade. Esse projeto revolucionário deve ser articulado às práticas econômicas, sociais, políticas e culturais diversas, podendo consolidar-se “[...] uma *significação imaginária* que dê sentido àquilo que até então parecia não passar de ações ou posicionamentos dispersos, díspares ou até mesmo marginais” (Dardot; Laval, 2017, p. 478).

Nessa linha, Hardt e Negri (2016) apresentam, no livro “Bem-estar comum”, uma análise sobre as transformações políticas, econômicas e sociais na era da globalização, com foco especial na noção do *comum* como um novo paradigma para entender a organização social e a produção econômica.

Importante registrar, com alguma ênfase que sobressaia mais que uma simples nota, que existem divergências sobre a “teoria do comum”, de um lado, pautada por Michael Hardt e Antonio Negri (2016), e de outro, o ponto de vista de Pierre Dardot e Christian Laval (2017). Em “Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI” (2017), Dardot e Laval evidenciam suas discordâncias em relação aos escritores de “O Bem-estar Comum” (Hardt; Negri, 2016), principalmente quanto à relação estrutural do “comum” com o Estado e o mercado, além das críticas ao neoliberalismo.

Hardt e Negri (2016) baseiam sua teoria em uma análise materialista histórica, influenciada pelo marxismo. Eles propõem o comum com vias a uma alternativa ao capitalismo e ao império, com ênfase na cooperação e na produção imaterial. Os autores introduzem conceitos como “multidão” e “biopolítica” para descrever a coletividade que se opõe ao império e defendem a soberania da multidão como um poder constituinte capaz de criar formas de vida social e política.

⁵⁶ Entrevista cedida a François Dosse (24 nov. 1987), **Espaces Temps**, n. 38-39, 1988. Reproduzido em CASTORIADIS, Cornelius. **Une Société à la dérive**: entretiens et débats – 1974-1997. Paris: Le Seuil, 2005. p. 177-84.

Em contraste, Dardot e Laval adotam uma abordagem construtivista e normativa, focando na prática dos coletivos e na re-instituição de estruturas sociais e políticas, a partir do comum, enfatizando a transformação do Estado em vez de sua supressão. Eles criticam a abstração de Hardt e Negri (2016), argumentando que a teoria do comum deve ser mais ancorada em práticas concretas e na pluralidade das lutas sociais. Enquanto Hardt e Negri (2016) propõem uma ruptura com as estruturas do Estado e do mercado, Dardot e Laval (2017) defendem a transformação dessas instituições a partir do comum, sem necessariamente aboli-las. Na crítica ao neoliberalismo, Hardt e Negri (2016) veem-no como uma extensão do império a ser combatido pela multidão, enquanto, no viés de Dardot e Laval (2017), há um sistema normativo que se alinha ao mercado e ao Estado, propondo uma alternativa baseada na prática coletiva e na transformação das instituições existentes.

Em suma, Hardt e Negri (2016) apresentam uma visão mais radical e abstrata do comum, enquanto Dardot e Laval adotam uma abordagem mais pragmática e normativa, focando na transformação institucional e na prática concreta dos coletivos.

Com os pontos de distinção entre os autores em questão colocados, retomo o comum em Hardt e Negri (2016). Segundo os autores, para que uma revolução possa se concretizar, é essencial que a insurreição se consolide e se mantenha por meio de um processo institucional.

Todavia, essa concepção de institucionalização da insurreição não deve ser confundida com um golpe de Estado, que apenas substitui as instituições estatais existentes por outras semelhantes (Hardt; Negri, 2016). Para eles, a insurreição “[...] precisa das instituições — só que instituições de outro tipo” (Hardt; Negri, 2016, p. 429). Nesse sentido, a revolta só se torna potente e duradoura quando inventa e institucionaliza um novo conjunto de hábitos e práticas coletivas, ou seja, uma nova forma de vida:

As instituições também consolidam hábitos, práticas e capacidades coletivas que designam formas de vida. Finalmente, as instituições são abertas, na medida em que são continuamente transformadas pelas singularidades que as compõem. Este conceito de instituição corresponde de perto ao que denominamos anteriormente “treinamento para o amor”, na medida em que não reduz a multiplicidade de singularidades, criando um contexto para que elas administrem seus encontros — para evitar os encontros negativos, que diminuem sua força, e prolongar e repetir os felizes, que a aumentam. Assim entendidas, as instituições são um componente necessário no processo de insurreição e revolução (Hardt; Negri, 2016, p. 431).

Em tempo, o “treinamento para o amor” ao qual os autores referem-se, é a ideia de que o amor deve ser definido pelos encontros e pela experimentação de singularidades no

comum, que, por sua vez, produzem um novo comum e novas singularidades. O amor “[...] compõe singularidades, como temas numa partitura musical, não na unidade, mas como uma rede de relações sociais” (Hardt; Negri, 2016, p. 229). Fazer convergir essas duas faces do amor – a constituição do comum e a composição das singularidades – é o desafio central para a compreensão do amor como ato material e político.

Voltando à revolução e às instituições, na visão dos autores, a instituição não se inicia com os indivíduos, não se encerra nas identidades e não opera pela conformidade (Hardt; Negri, 2016). As singularidades, em rebelião contra o poder dominante efrequentemente em conflito entre si, ingressam no processo institucional e são sempre múltiplas e envolvidas em um processo de autotransformação. Esse processo institucional permite que as singularidades atinjam uma certa coerência em suas interações e comportamentos, criando, assim, uma forma de vida e moldando as instituições, embora esses padrões nunca se cristalizem em uma identidade fixa. De acordo com Hardt e Negri (2016), a revolução, ao ser transformada em um processo institucional, é uma forma de governo, que os autores definem como *comum*.

Para o governo do comum, os autores, assim como Dardot e Laval (2017), se aproximam da ideia da práxis instituinte de Castoriadis (1975), por meio do conceito de governança constituinte, que propõe uma estrutura funcional de consenso e cooperação social, bem como um esquema aberto e socialmente generalizado de experimentação social e inovação democrática de maneira integrada.

No último capítulo de “Bem-estar comum”, Hardt e Negri (2016) desenvolvem a ideia de se “instituir a felicidade”. De acordo com eles, atualmente, à luz dos pensadores iluministas, que propunham a felicidade coletiva como o objetivo político supremo, a felicidade deveria retornar como um conceito político central, como um bem coletivo soberano, devendo assumir um caráter institucional para garantir sua longevidade. A felicidade não é um estado de satisfação que suprima a atividade, mas um incentivo ao desejo, um mecanismo de aumento e ampliação do que queremos e do que podemos fazer. Naturalmente, os seres humanos não nascem com capacidades plenamente desenvolvidas dese autogovernar, resolver conflitos e constituir relações duradouras e felizes, mas todos temos o potencial para isso. Portanto, a felicidade é o processo de desenvolvimento de nossas capacidades de tomada de decisões democráticas e de treinamento do autogoverno.

Assim, os autores defendem que devemos nos concentrar em cultivar nossa capacidade de agir coletivamente, de tomar decisões informadas e de criar estruturas sociais e políticas que promovam o bem-estar comum. Só então, poderemos avançar em direção a um

mundo verdadeiramente democrático, onde todos tenham voz e participação ativa no processo de governança.

A instituição da felicidade é assim, um projeto não só político, mas também ontológico. A cada aumento de nosso poder, tornamo-nos diferentes, enriquecendo o que somos, expandindo o ser social. O ser não é de uma vez por todas e definitivamente fixado em algum reino do outro mundo, mas está constantemente sujeito a um processo de devir. Da mesma forma, a natureza humana não é imutável, mas aberta a um processo de treinamento e educação. Isto não significa que não haja limites para o que podemos fazer nem que possamos romper completamente com o passado para criar uma lousa absolutamente limpa: a natureza não dá saltos, como gostam de dizer os biólogos evolucionistas. O que isto quer dizer é que a mudança é possível no nível mais básico de nosso mundo e de nós mesmos, e que podemos intervir nesse processo para orientá-lo de acordo com nossos desejos em direção à felicidade (Hardt; Negri, 2016, p. 458).

Salientando uma linha de Hardt e Negri (2016), “[o] ser não é, de uma vez por todas e definitivamente, fixado em algum reino do outro mundo, mas está constantemente sujeito a um processo de devir”, este capítulo não poderia terminar sem tocar em “revolução, amor e felicidade”. Essa tríade parece corresponder, fidedignamente, a um resumo do primeiro ano de gestão do CRJ. Para os que estavam inseridos na estrutura do executivo municipal, nossa atuação era uma atividade política coletiva constante, que buscava novas práticas e uma outra configuração na maneira de pensar e implementar uma política pública, uma nova forma de organização e de racionalidade no que concerne aos espaços públicos.

A diversidade das juventudes que ocupavam o CRJ, além das infinitas singularidades dos usuários que por ali passavam diariamente, colocavam-se presentes no espaço comum, em interação, se auto-transformando e transformando o espaço, possibilitando *treinamentos de amor*; um amor definido pelos encontros e pela experimentação das singularidades no comum.

E a felicidade? Como para os iluministas, acreditávamos, definitivamente, na natureza coletiva da felicidade, considerando-a pública e não privada, ou seja, *uma felicidade comum*: “[...] ela é um bem coletivo, talvez o supremo bem coletivo, devendo assumir um caráter institucional para garantir sua longevidade” (Hardt; Negri, 2016, p. 456).

Olhando em retrospectiva, o tempo todo, durante todo o processo de construção do primeiro ano do CRJ – *o CRJ que sonhamos* – estávamos buscando a felicidade. *Piegas*, talvez; o CRJ que sonhávamos era, primeiramente, um espaço comum para ser feliz. Um espaço onde as juventudes eram respeitadas e valorizadas nas suas singularidades,

incentivadas a desenvolverem seus projetos de vida em um ambiente seguro, afetivo e feliz. Um lugar que se constituía diariamente em diálogo com os corpos presentificados no espaço, singulares, desejosos, atuantes; que salientavam as razões de existir do CRJ.

A palavra felicidade, bem como essa pauta, nunca chegou a ser explícita nem verbalizada no processo de gestão do CRJ. Penso que isso não se faz em política pública. Contudo, como um espaço que busca a revolução, por meio da imaginação total e radical, rompendo com tantas normas e regras descabidas, hoje, eu posso afirmar: nas políticas públicas, a felicidade é a prova dos nove.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida neste trabalho se propôs a refletir criticamente sobre o primeiro ano de gestão do Centro de Referência das Juventudes – CRJ, a partir da instituição do seu Comitê Gestor, especialmente sob a ótica das Ações Participativas. Essas ações não se limitaram apenas à gestão administrativa e operacional do centro, mas estenderam-se à definição do próprio projeto-conceito do CRJ.

Foram muitos os desafios engendrados no primeiro ano de gestão compartilhada do espaço, a começar pela difícil tarefa de validar o Comitê Gestor como uma instância propositiva e deliberativa, que fosse legitimamente reconhecida pelo executivo municipal, do qual esta pesquisadora fazia parte. Vale rememorar que até aquele momento, todas as vezes que o poder público se propôs a considerar as juventudes na construção do CRJ enquanto uma política pública de juventudes, ele não havia sido bem-sucedido, fosse por falta de interesse, fosse por incompetência. Em resposta, os movimentos juvenis mantinham-se em postura vigilante e desconfiada – por vezes, hostil –, fato que era explícito nos primeiros meses de gestão, em 2017. Nesse sentido, destaco o papel fundamental da ocupação do espaço e, consequente instauração do Inquérito Civil pelo MPMG, para que a prefeitura de Belo Horizonte aderisse às demandas das juventudes e do Comitê Gestor.

Por meio das práticas colegiadas diárias para as tomadas de decisões relativas ao funcionamento e encaminhamentos referentes ao espaço, não demorou muito para o Comitê Gestor fosse reconhecido e validado como uma instância que atuava diretamente na gestão e planejamento do CRJ. Destaco, em relação à reflexão sobre esse aspecto, a contribuição teórica de Castoriadis (1975), acerca da auto instituição da sociedade por meio das significações imaginárias que, por sua vez, emprestam sentido às vivências sociais. De fato, a validação e efetivação do Comitê Gestor como parte essencial na condução do CRJ e consequente atuação compartilhada com a gestão do espaço só foram possíveis pela capacidade de se (re)imaginar e (re)organizar de maneiras incessantes as estruturas, normas e significados daquele espaço.

A provocação da imaginação radical alinha-se com a condução coletiva, ativa, permeável a mudanças e evolução, sujeita a acordos e metodologias em constante definição

pelo coletivo. Nesse passo, um (novo) imaginário ia se consolidando diariamente no espaço, sem se restringir nem se fixar, considerando o passado vivido e lutado pelos que antecederam o marco da abertura do espaço, o presente dinâmico do dia a dia de um CRJ de portas abertas e o futuro que se sonhava. Enfatizo a pertinência do conceito de imaginação radical no caso do primeiro ano de gestão compartilhada do CRJ. Para além da mera capacidade de criar imagens ou ideias, ela representou a habilidade de conceber o inédito (para nós, que fosse), de questionar e transcender o existente, de imaginar e criar formas de organização social, valores e significados outros. Se “sonhar é preciso”, imaginar também é.

Na prática, era a ousadia de sonhar uma outra instituição pública, pensada pelas e para as pessoas, superando o imaginário social opressor e mistificador tributário da década anterior de luta pelo CRJ. De fato, muito do que foi feito no CRJ em 2017 foi considerado radical. No âmbito da prefeitura de Belo Horizonte, o CRJ inaugurou práticas que desafiavam – e não só, que iam contra –, as normativas do executivo municipal. Eu escutava que o CRJ “dava um nó” na cabeça da prefeitura.

O referido nó foi atado na ocupação do espaço pelas juventudes em maio de 2016. Foi a ocupação que traçou o projeto de autonomia – o projeto revolucionário de Castoriadis (1975) –, enquanto ato e fazer político, concebido a partir das realidades dos jovens envolvidos, de suas múltiplas visões de mundo, da diversidade e pluralidade das suas existências e das suas demandas. A força que nos permitia desafiar normas estabelecidas, questionar as práticas consolidadas e imaginar futuros alternativos para o CRJ no primeiro ano de gestão compartilhada do espaço emanava do 23 de maio de 2016, fatídico dia da ocupação, cuja data se transformou no nome da sala de trabalho coletivo do CRJ.

Outro desafio, talvez o maior, era o de operacionalizar um espaço e política pública sem nenhum projeto conceitual. Além disso, ter de desenvolver a metodologia para o planejamento e concepção do projeto, em diálogo com as demandas das juventudes, por meio de processos de ampla participação. Nesse sentido, foi fundamental a leitura atenta da documentação existente sobre os anos de reivindicações em torno do CRJ, bem como todo material disponível sobre a ocupação do espaço e seus desdobramentos. Por meio de atas de reuniões, assembleias e audiências públicas, documentos internos da prefeitura e dos movimentos sociais, foi possível apreender o contexto e parte das demandas existentes para o

CRJ enquanto política pública. Desse escopo, foi possível alinhar os jovens e suas aspirações ao CRJ.

Nessas leituras, repetia-se a máxima de que políticas públicas de juventudes não devem ser feitas *para* as juventudes, mas *pelos* e *com* os jovens. A centralidade nos jovens, nas suas demandas e participação, é extremamente libertadora para a gestão. Sob essa concepção, quando é o jovem a refletir sobre as questões para buscar soluções para um espaço feito para outros jovens, o lugar começa a tomar o corpo de bem comum. Não é (só) o Estado, por meio de suas normativas e regras gerais, que determina como proceder. As tomadas de decisões colegiadas eram a força da legitimidade do CRJ.

Outro destaque importante desta pesquisa é o registro do processo das Ações Participativas e do documento “Projeto CRJ – Centro de Oportunidades Qualificadas para as Juventudes” (2017). Esse documento, resultado de seminários com ampla participação juvenil, nunca foi publicado nem publicizado oficialmente pela prefeitura de Belo Horizonte. Todavia, para a equipe e para o Comitê Gestor do CRJ, implementar o conteúdo do projeto foi um compromisso com a cidade e com as juventudes, representando uma luta de mais de uma década, conferindo-lhe uma legitimidade única. Nesse sentido, este trabalho visa também deixar um registro desse legado, desse sonho colocado em pauta, ressaltando a importância de se documentar o desenvolvimento do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte no contexto das políticas públicas de juventudes.

Para tanto ressalto o conceito de ativismo institucional, proposto por Rebeca Abers (2021), como um subtipo de ação criativa, que, como vimos, emerge como uma ferramenta poderosa para efetivar mudanças reflexivas e coletivas em contextos desafiadores. Como vimos, tal conceito pode parecer paradoxal, pois enquanto as instituições tendem a se auto-reproduzir, o ativismo sugere transformação. No entanto, a transformação e inovação no setor público podem, erroneamente, ser associadas a atores específicos, cujas habilidades e práticas são vistas como extraordinárias. Daí o alerta contra a visão heróica da ação, que atribui poderes transformadores a indivíduos especiais, ignorando a dinâmica dual entre ação e estrutura. Por isso, a importância do pragmatismo (Dewey, 1922, 1933, 1934; Joas, 1996)) para articular a relação entre ação e estrutura, destacando a importância do conhecimento derivado da experiência e das interações sociais, rejeitando verdades fixas, facilitando a compreensão de fenômenos paradoxais como o ativismo institucional.

É interessante observar que nessa abordagem, surge, como em diversos outros momentos dessa pesquisa, o direcionamento para a criatividade e para a ação coletiva. A gestão compartilhada do CRJ adotou uma postura pragmática, reconhecendo a falibilidade das estruturas e promovendo aprendizados constantes. A ação criativa e reflexiva foi estimulada, tratando cada caso como único e aberto a revisitações, conforme observado nas seções anteriores.

Porém, há que se admitir que, mesmo sendo desejável que este processo não seja atribuído a atores específicos e práticas heróicas dos mesmos, a prática diária instituinte e criativa não está dada na gestão pública. Prova disso são os efeitos devastadores que a simples substituição de um gestor por outro pode causar em determinados espaços públicos. No CRJ, não somente as práticas e ações foram abandonadas, como também as diretrizes e os princípios orientadores. Ao invés de me envaidecer – como se eu fosse uma peça fundamental para a condução democrática do CRJ –, isso revela uma face frágil do processo de constituição e implementação do CRJ, pela qual também devo me responsabilizar.

Fica a questão (que pode, futuramente, se tornar um problema de pesquisa) sobre quais medidas podem ser tomadas para assegurar a continuidade das conquistas e avanços de políticas públicas, como o CRJ, PlugMinas e Valores de Minas. Como já mencionado, participei da implementação e gestão dos três projetos / espaços e, sem exceção, todos tiveram perdas significativas nas mudanças de gestão. Não de forma imediata ou escancarada, mas de forma gradual e gradativa, as perdas de direitos e condições foram sendo eminentes. No que diz respeito ao PlugMinas e Valores de Minas, houve o corte de vales-transportes, a diminuição dos salários dos educadores, o loteamento do espaço, a exclusão de núcleos de formação, a redução drástica no orçamento dos projetos e a desconfiguração total das políticas. Nos dois anos seguintes ao meu afastamento da gestão, o CRJ permaneceu fechado para atendimento no turno da manhã, o acesso ao espaço foi dificultado por meio da aplicação de normas restritivas e, o mais grave, o comitê gestor foi desativado. Há relatos de que o espaço foi usado para fins pessoais de entes públicos e que projetos fora do contexto ou incompatíveis foram incorporados ao CRJ.

Esse processo de sucateamento aconteceu por dois anos. Porém, há exato um mês da defesa desta pesquisa, recebi com alegria, orgulho e esperança a notícia de que um ex-participante do Valores de Minas, foi convidado para assumir a gerência do CRJ. Um jovem⁵⁷ negro, trans não binária, moradora do Morro do Papagaio, bailarine, graduada em

⁵⁷ O jovem se autodeclara como uma pessoa trans não binária e reivindica o uso do pronome neutro para referir a si. Fato inédito (até onde sei), sua nomeação como gerente do CRJ foi publicada com seu nome social.

Pedagogia, que participou ativamente da construção do Memorial pela Vida da Juventude Negra⁵⁸ do CRJ (cujo projeto é tema do seu mestrado). A minha sensação foi de alívio e esperança, já que junto a essa notícia veio a de que as eleições do Comitê Gestor irão ocorrer ainda este ano e que ele voltará à ativa no escopo da gestão do CRJ.

Mesmo assim, a pergunta permanece. Quais são os aspectos que os gestores, servidores públicos e sociedade civil devem observar para o fortalecimento das instituições, sobretudo nos momentos de mudanças de governo e / ou gestão? Como garantir que as instâncias participativas se mantenham atuantes e vigilantes? Quais os aspectos formais – atos, decretos, portarias – que podem, de fato, garantir a manutenção e as conquistas importantes de projetos e espaços de juventudes, cultura e de direitos, como o CRJ e os outros supracitados?

Um outro ponto que me interessa, mas que não fez parte do escopo deste trabalho, é como seria possível incidir – enquanto governo ou sociedade civil – na formação e nas práticas dos servidores públicos na administração pública. Vimos, no capítulo três, o importante papel da discricionariedade no âmbito da gestão pública e do atendimento aos cidadãos. No meu entendimento, atuar com discricionariedade é uma habilidade que pode ser treinada e adquirida na prática diária das instituições e serviços públicos, não uma competência individual que o servidor pode ter ou não. É fato que observamos abordagens diversas em espaços e serviços que integram a mesma política pública, acarretando resultados diferentes entre si. Quantas vezes não escutamos que um centro cultural ou uma escola específica melhorou ou piorou seu atendimento com a chegada (ou saída) de um determinado gestor? Aí está uma debilidade frustrante para aqueles que ocupam o médio escalão e a ponta no serviço público.

Sabemos que as políticas públicas mais estruturadas, como a saúde e a própria educação, contam com ferramentas e metodologias de acompanhamento e avaliação que explicitam de forma mais evidente as falhas na operação e os impactos de espaços e serviços públicos, possibilitando a revisão e ajustes constantes dos expedientes. Contudo, as ações de acompanhamento, avaliação e formação nas políticas públicas de direitos de cidadania, como as de juventudes são tímidas ou inexistentes. Arrisco dizer o mesmo sobre as de cultura.

⁵⁸ O Memorial Pela Vida da Juventude Negra é uma iniciativa política de fomento e convergência de ações civis solidárias cujo objetivo é reunir cidadãos na defesa pela vida da juventude negra. A escultura "AYA Árvore da Vida Pela Vida" é um monumento criado colaborativamente com jovens, e leva a assinatura do artista plástico mineiro Jorge dos Anjos, reconhecido por suas grandes esculturas expostas ao ar livre, em várias partes do mundo. O monumento foi instalado na entrada do Centro de Referência das Juventude Belo Horizonte, em dezembro de 2019.

Encerro essas considerações desejando que este trabalho cumpra o seu papel de registrar e reconhecer a atuação das juventudes e seus movimentos autônomos e organizados na concepção e implementação do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte como uma política pública de direitos juvenis e como um espaço de referência para jovens de BH e região metropolitana. A atuação comprometida e aguerrida do Comitê Gestor no seu primeiro ano de funcionamento honrou e fez jus àqueles que precederam a luta pelo tão sonhado CRJ. Quanto a mim, após esse primeiro ano, tive a oportunidade de viver outros quatro anos e meio com as juventudes no CRJ. Hoje, olhando em retrospectiva, posso afirmar que sim, parecia um sonho. Melhor ainda: que não foi. O CRJ existe, resiste e é das juventudes!

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da Guarda Municipal de Belo Horizonte: o antes e o depois. **Prefeitura de Belo Horizonte**, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/historia-da-guarda-municipal-de-belo-horizonte-o-antes-e-o-depois>. Acesso em: 24 set. 2023.

ABERS, R. N., ed. **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira** [online]. Brasília: Editora UnB, 2021. ISBN: 978-65-5846-159-3. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593>. Acesso em: 23 set. 2023.

ALICE, Tania; MOTTA, Gilson M. Poéticas do cuidado em tempos de crise: performers sem fronteiras. **Revista do Laboratório de Dramaturgia (LADI)**, Universidade de Brasília, v. 17, ano 6, p. 82-104, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/65357022/Revista_Dramaturgias_n_18_Dramaturgias_dos_Afectos_Sentimentos_P%C3%ABlicos_e_Performance. Acesso em: 4 fev. 2024.

ANDERSON, B. Becoming and being hopeful. Towards a theory of affect. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 24, n. 5, p. 733-752, 2006. DOI: 10.1068/d393t.

ANDERSON, B. **Encountering Affect**. Capacities, Apparatuses, Conditions. Farnham: Ashgate, 2014.

ANDERSON, B.; HARRISON, P (org.). **Taking-Place**. Non-Representational Theories and Geography. Burlington, VT: Ashgate, 2010.

ARAGÃO, Cecília Vescovi. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio1. **Revista do Serviço Público**, ano 48, n. 3, p. 104-132, 1997. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1334/1/1997%20vol.48,n.3%20Arag%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

ASH, J., & SIMPSOM, P. (2014). **Geography and post-phenomenology**. **Progress in Human Geography**. Disponível em: <http://phg.sagepub.com/content/early/2014/08/07/0309132514544806.abstract>

BELO HORIZONTE. Decreto n.º 16.605, de 06 de abril de 2017. Cria o Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, n. 5269, 07 abr. 2017.

BENEDICTO, Jorge. La ciudadanía juvenil: un enfoque basado en las experiencias vitales de los jóvenes. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14, n. 2, p. 925-938, 2016

BERLANT, Lauren. **Cruel Optimism**. Durham: Duke University Press, 2011.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa** (Por um Direito Constitucional de luta e resistência; Por uma Nova Hermenêutica; Por uma repolitização da legitimidade). 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BRODKIN, Evelyn Z. Implementation as policy politics. In: PALUMBO, D.; CALISTA, D. **Implementation and the policy process: opening up the black box**. Westport, CT: Greenwood Press, 1990. p. 107-131.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II** — Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. Entrevista cedida a François Dosse (24 nov. 1987), **Espaces Temps**, n. 38-39, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **Une Société à la dérive: entretiens et débats – 1974-1997**. Paris: Le Seuil, 2005. p. 177-84

CARVALHO, Alexandre Filordi. Heterotopias e trajetividades: lugares para as diferenças nas subjetividades nômades. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v. 36, n.73, p.119-134, 2018.

CAVALCANTE, Pedro; CUNHA, Bruno Queiroz. É preciso inovar no governo, mas por quê? In: CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Wilber (org.). **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. p. 17-32.

COPATTI, L.C. A efetivação da cidadania através da participação no poder local. **Perspectiva**, Erechim, v. 34, n. 126, p. 85-100, jun. 2010.

CRANG, M. (2012). Commentary. **Temporal ecologies: multiple times, multiple spaces, and complicating space times**. *Environment and Planning A*, 44(9), 2119-2123.

CRJ. Centro de oportunidades qualificadas para as juventudes. Belo Horizonte: CRJ, 2017. Não publicado.

DAMASCENO, Edilana. Quando o conhecimento é arma: Criada por Mc Marechal, Batalha do Conhecimento transformou a vida de jovens periféricos educando pelo rap. **Ecoa UOL**, Rio de Janeiro, 20 maio 2021. Plural, p. 01-04.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2023.

DAYRELL, Juarez; EVERTON, Sebastião. Ocupa CRJ: “Onde a Quebrada se Junta”. #CRJ sem Juventudes não rola!, **ANPEd News**, 2016. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/ocupa-crj-onde-quebrada-se-junta-crj-sem-juventudes-nao-rola>. Acesso: 20 set. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Común** – Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI. Tradução de Alfonso Díez. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

DE CALAZANS, Márcia. Juvenicídio. In: IVO, Anete B.L. (coord.). **Dicionário de Desenvolvimento e Questão Social**. 110 problemáticas contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília, 2020.

DELEUZE, G. **Espinosa**. Filosofia Prática. São Paulo: Escuta, 2002 [1981]

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. V. 5. Tradução de: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 1997 [2012].

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1985.

EXPOSIÇÃO DE ALUNOS da Escola de Belas Artes da UFMG será aberta nesta sexta-feira. *Agência de Notícias UFMG*. Assessoria de Imprensa da UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais, 29 jun. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação** – Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FIGUEIREDO, Paula de Senna. **Resistência Cultural e Juventudes na Praça da Estação**: ativismos urbanos e transformações espaciais a partir da cultura e do lazer. Orientadora: Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade. 2020. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Cultura, Identidades e Modos de Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIRGLIOLI, Pier Paolo. Burocracia. In: Bobbio, Norberto *et alii*. **Dicionário de Política**. 7. ed. Brasília, UnB, v.1, 1995.

GUATTARI, Félix. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004 [1972].

GUATTARI, Félix. **Psychanalyse et transversalité**: essais d'analyse institutionnelle. Paris, Maspero, 1972.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. Tradução de Suely Rolnik. 3ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**: outline of the theory of structuration. LA, CA: University of California Press, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução de Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HILL, M. J.; VARONE, F. **The public policy process**. 7th ed. London: Routledge, 2016.

ÍNDICE de Vulnerabilidade Juvenil De Belo Horizonte (IVJ----BH). [S. l.], 28 set. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-de-belo-horizonte>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HUTTA, Jan Simon. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, Número Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 63-89, junho, 2020. ISSN: 2176-5774

LATOUR, B. (2005). *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.

LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, M. **O enigma da revolta**. Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana. Tradução, organização e apresentação de Lorena Balbino. Posfácio de Christian Laval. SP: N-1 edições, 2018.

LAW, J. (2004). **After Method. Mess in social science research**. Oxon: Routledge.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, Gabriela. (org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162>
Data de acesso: 11 nov. 2023

LOTTA, Gabriela Spanghero. **Burocracia e implementação de políticas de saúde**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.

MAFFESOLI, Michel. **Le réenchantement du monde**. Paris: La Table Ronde, 2007.

MCCORMACK, Derek P. **Refrains for Moving Bodies: Experience and Experiment in Affective Spaces**. New York: Duke University Press, 2013.
<https://doi.org/10.2307/j.ctv11smm6b>.

MORA, A. ¿Qué transforma el arte transformador? Reflexiones en torno a prácticas de intervención con el recurso de artes escénicas. **Revista Intervención**, v. 9, n. 1, p. 115-123, 30 nov. 2019.

NEZ, Heloise. Democracia participativa e inclusão sociopolítica: as experiências de Bobigny (França) e Barreiro (Belo Horizonte, Brasil), **O&S**. Salvador, v. 16, n. 49, p. 325-350, abr./jun. 2009.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **The innovation imperative in the Public Sector: setting an agenda for action**. Paris: OECD Publishing, 2015.

PAIS, Ana. (org.). Dossiê Dramaturgias dos Afectos: Sentimentos Públicos e Performance. **Revista do Laboratório de Dramaturgia (LADI)**, Universidade de Brasília, v. 17, ano 6, 2021a. Disponível em: https://www.academia.edu/65357022/Revista_Dramaturgias_n_18_Dramaturgias_dos_Afectos_Sentimentos_P%C3%BAblicos_e_Performance. Acesso em: 4 fev. 2024.

PAIS, Ana. Por quê falar sobre afectos? **Revista do Laboratório de Dramaturgia (LADI)**, Universidade de Brasília, v. 17, ano 6, p. 10-22, 2021b. Disponível em: https://www.academia.edu/65357022/Revista_Dramaturgias_n_18_Dramaturgias_dos_Afectos_Sentimentos_P%C3%BAblicos_e_Performance. Acesso em: 4 fev. 2024.

PAIS, José Machado. Jovem e Cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 49, p. 53-70, 2005.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Revista Portuguesa de Geografia**, v. 52, n. 106, p. 159-168, 2018.

PIRES, R. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. **Dados**, v. 52, n. 3, p. 735-769, 2009.

PORTO, Marta. **Imaginação – Reinventando a Cultura**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

REVEL, Judith. Resistências, subjetividades, o comum. **Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 35-36, p. 107-114, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/lc/article/view/52452/28603>. Acesso em: 4 fev. 2022.

RIBEIRO, Ewerton Martins. Exposição ‘Deriva’, com produção artística de alunos da EBA, chega à décima edição. **Agência de Notícias UFMG**. Belo Horizonte, 29 jun. 2017. Boletim 1983. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/047828.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2024.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Antinomias da Igualdade e Diferença na Sociedade Contemporânea. **Sociedade em Debate**, v. 20, n. 1, 8 ago. 2014.

SARTRE, Jean-Paul. **Critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1960 [ed. bras.: **Crítica da razão dialética**. Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002].

SHAW, I. (2012). **Towards an evental geography**. *Progress in Human Geography*, 36(5), 613-627.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (1ª parte). **Jornal Passa Palavra**, 27 abr. 2012. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/04/56901/>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. Revista Direitos Humanos. Brasília: Revista publicada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. n. 2 p. 10-18, junho 2009. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/revista_dh/dh2.pdf Acesso em: 19/05/2011.

TUMMERS, Lars. The relationship between coping and job performance. **Journal of Public Administration Research And Theory**, p. 150-162, 2017.

VANLEZUELA, J. M. **Juvenicidio**: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España. Ciudad de México: ITESO y El Colegio de la Frontera Norte, Biblioteca de la infancia y juventude, 2016.

VENTURA, Isabela. Belo Horizonte terá centro de assistência para 10 mil jovens. **Jornal Hoje em Dia**, 2 jul. 2012. [Atualizado em: 21 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/belo-horizonte-tera-centro-de-assistencia-para-10-mil-jovens-1.7915>. Acesso em: 13 set. 2023.

VIEIRA, Bruno. **Ativismo juvenil e políticas públicas**: o caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte. Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Andrea Mayorga Borges. 2018. 119f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AXXEK8>. Acesso em: 27 jan. 2021.

VIEIRA, Bruno. **Ativismo juvenil e políticas públicas**: o caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Letramento, 2019.